



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Diário da Sessão

VIII Legislatura
I Sessão Legislativa

Número: 4
Horta, Sexta-Feira, 10 de Dezembro de 2004

Presidente: *Deputado Fernando Menezes (Substituído no decorrer da Sessão pela Vice-Presidente, Deputada Fernanda Mendes)*

Secretários: *Deputados António Loura e Cláudio Lopes*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 11 horas e 15 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, deu-se continuação ao debate do **Programa do IX Governo Regional dos Açores**, tendo proferido intervenções os Srs. Deputados Ana Isabel Moniz (PS), Jorge Macedo (PSD), Nuno Tomé (PS), Manuel Herberto Rosa (PS), Lizuarte Machado (PS), José Rego (PS), Lubélia Chaves (PS), Pedro Gomes (PSD), Maria José Duarte (PSD), Fernanda Mendes (PS), Nélia Amaral (PS), Carla Bretão (PSD), Manuel Avelar (PS), Rogério Veiros (PS), José Manuel Bolieiro (PSD), Piedade Lalanda (PS), Henrique Ventura (PS), Luís Paulo Alves (PS), José Melo (PP), António Ventura (PSD), Jaime Jorge (PSD), António Parreira (PS), Mark Marques (PSD), José Ávila (PS), Rui Meneses (PSD), Hernâni Jorge (PS), José Gaspar (PS) e os Srs. Secretários Regionais dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*), da Presidência (*Vasco Cordeiro*), da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*), do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*) e o Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*).

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 45 minutos

Presidente: Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos prosseguir os nossos trabalhos. Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados

Partido Socialista (PS)

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz

António José Tavares de Loura

António Gonçalves Toste Parreira

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da **Costa**
Fernando Manuel Machado **Menezes**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**
Henrique Correia **Ventura**
Hernâni Hélio **Jorge**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José de Sousa **Rego**
José Gabriel Freitas **Eduardo**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Lubélia Maria de Melo Figueiredo **Chaves**
Manuel Avelar Cunha Santos
Manuel Herberto Santos da **Rosa**
Manuel Soares da **Silveira**
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**
Maria **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Mariana Rego Costa de **Matos**
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Nuno André da Costa Soares **Tomé**
Osório Meneses da **Silva**
Paulo Manuel **Ávila** **Messias**
Renato Luís Pereira **Leal**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos **Reis**
Alberto Abílio Lopes **Pereira**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Maria da Silva **Gonçalves**
Carla Patrícia Carvalho Bretão **Martins**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Menezes**
Jaime António da Silveira **Jorge**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José Manuel Avelar **Nunes**
Luís Henrique da **Silva**
Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**
Mark Silveira **Marques**
Pedro António de Bettencourt **Gomes**
Rui Fernando Dinis Borges de **Menezes**
Sérgio Emanuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (PP)

José Joaquim Vaz de **Melo**
Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Presidente: Estão presentes 50 Srs. Deputados. Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, vamos prosseguir com o debate sobre o Programa do Governo.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Ana Moniz.

Deputada Ana Moniz (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

É com grande alegria e emoção que subo pela primeira vez à tribuna desta Assembleia e saúdo Vossa Excelência, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional, como representante do órgão máximo da nossa Autonomia, desejando-lhe as maiores felicidades no desempenho de tão elevado cargo.

Gostaria, também, de cumprimentar as Sras. e Srs. Deputados, fazendo votos para que o trabalho aqui desenvolvido seja proveitoso e que contribua para o desenvolvimento da Região e para o aprofundamento da democracia. É com grande agrado que constato que, nesta legislatura, o conceito de paridade ganha uma nova expressão, com o aumento significativo da participação de mulheres nesta Assembleia.

Dirijo, igualmente, uma saudação muito especial aos Membros do Governo Regional, desejando a todos o maior êxito no desempenho das suas funções, na defesa desta Região e dos legítimos interesses dos Açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Nesta minha primeira intervenção irei debruçar-me sobre o Turismo na Região Autónoma dos Açores, começando por fazer uma breve abordagem ao desenvolvimento do sector, nos últimos anos, em resultado dos esforços encetados pelo Governo Regional, para dar sentido às novas orientações políticas, que pretendem continuar a orientar e a estimular a actuação dos agentes privados, neste domínio.

O Turismo foi, sem dúvida, uma das actividades que maior crescimento registou, nos Açores, com os Governos da responsabilidade do Partido Socialista, merecendo particular destaque neste contexto de apreciação do Programa do IX Governo Regional pelo facto de se tratar de um sector cuja transversalidade produz efeitos significativos de interdependência com outras áreas chave da economia regional.

No período de 1996 a 2003, houve uma evolução extremamente favorável do número total de hóspedes e de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros e no turismo em espaço rural. Efectivamente, o número total de dormidas na Região praticamente duplicou, passando-se de cerca de 430 mil dormidas, em 1996, para mais de 820 mil dormidas, em 2003, o que corresponde a uma taxa de crescimento médio anual de cerca de 13%, nestes sete anos.

Em idêntico período, o crescimento médio anual das receitas totais e das receitas de aposento, a preços correntes, foi de cerca de 16%.

Entre Janeiro e Setembro do corrente ano, o total de hóspedes apresentou uma variação positiva de 18%, face ao período homólogo do ano anterior, enquanto o total das dormidas apresentou uma variação positiva de cerca de 22%. As receitas totais e as de aposento apresentaram, respectivamente, um crescimento homólogo de 19,7% e de 18,3%, a preços correntes. Esta é, assim, uma das regiões portuguesas a registar maiores acréscimos mensais ao nível da procura turística, numa conjuntura que tem sido pouco favorável ao País, quando considerado no seu conjunto.

Esta evolução positiva deve-se, em boa parte, ao sucesso das medidas de política implementadas pelo Governo Regional nas duas últimas legislaturas, em relação aos transportes aéreos e marítimos e aos sistemas de incentivos à iniciativa privada.

Em 1996, o movimento total de passageiros nos aeroportos dos Açores ascendia a 1.167.000, tendo passado para 1.553.000, em 2000 e para 1.609.000, em 2003, ou seja, registou-se um crescimento de 38% em sete anos, o que corresponde a um crescimento médio anual de 5,4%. Recorde-se que, no período de 1992 a 1996, o crescimento total foi de 3,2%, a que correspondia uma taxa de crescimento médio anual de 0,8%. Já nos primeiros nove meses de 2004, registou-se um aumento de 8,1% no movimento de passageiros efectuado nos aeroportos dos Açores, em relação a período homólogo do ano anterior.

A redução do tarifário dos transportes aéreos para o Continente e das tarifas inter-ilhas e o aumento da frequência e regularidade das viagens, da responsabilidade dos Governos Socialistas, têm

contribuído significativamente para a melhoria da acessibilidade e para o aumento do tráfego aéreo na Região.

O novo modelo de obrigações de serviço público entre os Açores, o Continente e a Madeira vai permitir a coexistência de várias companhias aéreas nas diferentes gateways dos Açores. Sob proposta do Governo Regional, serão abertas as gateways do Pico e de Santa Maria, o que irá descentralizar ainda mais a distribuição dos fluxos turísticos pelas diversas ilhas dos Açores.

A criação de redes de novas ligações aéreas directas entre os Açores e os mercados emissores de turistas veio alterar substancialmente a composição da procura turística. Em 2004, foram realizadas ligações directas a Bóston, Providence, Oakland, Toronto, Montreal, Malmoe, Gotemburgo, Estocolmo, Oslo, Frankfurt, Munique, Zurique, Copenhaga e Madrid. Serão, dentro em breve, reforçadas as ligações para a Dinamarca e iniciadas novas ligações com a Finlândia e Reino Unido. Por esta razão, enquanto há oito anos atrás, cerca de 71% das dormidas eram de origem portuguesa, actualmente esse valor situa-se nos 52%, o que se traduz numa redução da dependência dos fluxos do mercado interno. Com as novas ligações aéreas, será reforçada a promoção turística da Região em novos mercados emissores.

Outra medida importante para o desenvolvimento do turismo, foi o ressurgimento, após cerca de vinte anos de interrupção, do transporte marítimo de passageiros de Santa Maria às Flores. Assim, se em 1996, o movimento marítimo de passageiros, que se concentrava essencialmente entre o Faial e o Pico, andava à volta dos 280 mil passageiros, em 2003 este valor já ascendia aos 470 mil, o que corresponde a um aumento de cerca de 68%, em sete anos, ou seja, um crescimento médio anual próximo dos 9%, o que é deveras surpreendente. Para além disto, tem vindo a ser apoiada a aquisição de navios rápidos de passageiros, o que permitiu melhorar substancialmente as ligações no Grupo Central. A oferta de novos serviços de transporte inter-ilhas de passageiros e de viaturas, a preços muito vantajosos, beneficiou inegavelmente os Açorianos, bem como todos aqueles que nos visitam, dando um forte impulso ao turismo interno no arquipélago. Recorde-se que, no período de 1992 a 1996, este crescimento tinha sido apenas de cerca de 15%, o que dava um crescimento médio anual de menos de metade da taxa de crescimento conseguida nos últimos sete anos.

Foram os Governos da responsabilidade do Partido Socialista que, pela primeira vez, fizeram uma aposta clara no Turismo de Cruzeiros. A escala de navios de cruzeiro nos portos dos Açores já começa a ter e prevê-se que tenha, no futuro, um impacto ainda maior na economia regional, mercê do esforço feito na promoção e na criação das infra-estruturas e dos equipamentos necessários para a atracção deste tipo de embarcações para os Açores.

Em termos de incentivos, cerca de 60% do valor global das candidaturas apresentadas ao Programa de Incentivos à Modernização da Economia são do sector do turismo. No âmbito do Sistema de Incentivos de Base Regional para o Desenvolvimento do Turismo, mas conhecido por SIDET, já foram aprovados 92 projectos com um investimento global de 24,5 milhões de euros, ligados sobretudo ao turismo em espaço rural, à restauração e às actividades marítimo-turísticas.

Quanto à oferta de alojamento turístico, o número de estabelecimentos e de camas mais do que duplicou entre 1996 e 2004, tendo-se atingido, actualmente, as 140 unidades e ultrapassado as 8000 camas. Cerca de 50% da oferta hoteleira actual é totalmente nova e a restante foi reabilitada e remodelada em mais de 50%. Contudo, apesar deste acréscimo de capacidade, não se verificou uma degradação acentuada dos principais rácios de actividade económica dos estabelecimentos hoteleiros, mantendo-se relativamente elevado o preço médio/dormida, nos Açores, quando comparado com outras regiões do país, assim como a taxa de ocupação-cama, que tem vindo a manifestar um desempenho positivo em 2004, em relação a 2003.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Pretende-se que o desenvolvimento da actividade turística nos Açores, nos próximos anos, permita aumentar a qualidade de vida da população residente, manter e/ou melhorar a qualidade da experiência turística, maximizar a rentabilidade das empresas locais e os efeitos multiplicadores do turismo e otimizar os impactes do turismo, assegurando um equilíbrio entre os benefícios económicos e os custos ambientais e sócio-culturais.

Assim, para que se consiga um desenvolvimento turístico sustentável, será preciso harmonizar os interesses económicos, com os ecológicos, sociais e culturais, exigindo-se novas formas de

desenvolvimento da actividade. A política de turismo deve ser concertada com uma política de preservação do ambiente natural e de defesa da identidade cultural do nosso povo.

Por essa razão, é fundamental prosseguir com o desenvolvimento da actividade turística através da conclusão e implementação do Plano de Ordenamento Turístico, da elaboração de um novo Plano de Marketing Operacional, do reforço da promoção da Região nos mercados tradicionais e em novos mercados e da promoção da expansão e requalificação da oferta hoteleira e do turismo em espaço rural.

É necessário dar continuidade a uma política de transportes que permita aumentar a competitividade do destino turístico Açores, através da melhoria da acessibilidade à Região e da mobilidade inter-ilhas, bem como das infra-estruturas de apoio ao transporte.

É imperioso fomentar e diversificar a oferta de serviços de animação turística e de produtos turísticos, através de incentivos à oferta de produtos temáticos, como o golfe, as termas, os congressos, o mergulho e a observação da fauna e flora marinha e terrestre, de modo a atrair novos turistas e a prolongar a sua estadia na Região.

É imprescindível desenvolver uma política de valorização e qualificação dos recursos humanos do sector, de investigação do turismo, de adopção de práticas de sustentabilidade do turismo, de introdução de sistemas de gestão da qualidade e de sistemas de gestão ambiental, de difusão das novas tecnologias da informação, para que se possa aumentar a produtividade e a competitividade das empresas do sector, introduzindo novos padrões de qualidade e novas formas de comunicação e de comercialização.

Para isso estamos aqui, empenhados em assumir um compromisso político neste sentido, no que diz respeito ao planeamento, desenvolvimento e gestão do sector. É este o grande desafio que teremos de enfrentar.

Tenho dito!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Parecendo não haver pedidos de esclarecimentos, dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Macedo para uma intervenção.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, permita-me que lhe faça uma sugestão do ponto de vista logístico.

Porque vejo os nossos colegas deputados meterem aqui a folhinhas e depois elas deslizam até aqui abaixo e caem junto ao umbigo e como a última coisa que nós devíamos fazer aqui na Assembleia era dirigir-nos a esta casa olhando para o nosso umbigo, eu propunha que puséssemos uma ripazinha aqui a meio de modo a que as folhas ficassem um pouco mais altas e não caíssem permanentemente aqui para baixo. É uma sugestão que fica. Se o Sr. Presidente concordar, agradeço.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ser açoriano é ganhar a ambição permanente de, olhando de dentro para fora, mas com a capacidade de observarmo-nos, querer, ou melhor ter a convicção de que é possível fazer melhor, fazer mais, ir mais longe, ir muito para além do que a vista alcança.

A discussão deste Programa do Governo é uma das oportunidades para discutir a valia, a mais valia, ou a menor valia das propostas do Governo do Partido Socialista.

Esta é a oportunidade de averiguarmos até onde chega a “vista”, a visão, deste Governo.

É sem qualquer tipo de satisfação, que afirmo aqui e agora que li, reli e tornei a ler o vosso Programa, infelizmente, sem encontrar uma meia dúzia de ideias que valham a pena.

Podia até discordar, podia até comentar para mim mesmo “olha bem pensado”, mas Sra. e Srs. Membros do Governo, perdi a esperança à 3ª reeleitura. Nem nas entrelinhas. Nada..., nadinha de novo no vosso Programa de Governo.

Senhores Membros do Governo, este Programa **não é mais do mesmo, é o “mesmo ... do mesmo”**.

Quando se exigiria que o Programa de Governo, consubstanciasse um modelo mobilizador da sociedade civil, incentivador dos agentes do processo educativo, catalizador de sinergias do tecido

empresarial, promotor de parcerias para o desenvolvimento equilibrado, mas audacioso, de todas as ilhas dos Açores, deparei-me com uma amálgama de frases feitas, lugares comuns e outras que - perdoem-me a ousadia - nem correctas estão, do ponto de vista técnico.

Quando se exigiria que o Programa de Governo, evidenciasse uma linha de rumo, uma estratégia, uma ideia, deparei-me com um documento que de tanto querer mostrar do passado, que de tanto quer dizer, se apresenta como um documento sem um lampejo de categoria, cinzento, cinzentão, quase uma escuridão.

Falta de inspiração, ou pouca “transpiração”. Fica a pergunta.

Onde estão as respostas aos grandes desafios do fim da 1ª década do século XXI?

Quais são para o Governo Regional os grandes desafios, os grandes combates, que os açorianos, não é o governo regional,... são os açorianos, têm de ganhar nos próximos 4 anos?

Quais são as metas a atingir? Quais são os grandes obstáculos que se irão colocar aos jovens açorianos? Quais as oportunidades que irão surgir para estes?

Quais os principais constrangimentos ao desenvolvimento industrial? Vamos exportar mais ou menos? Vamos continuar a diversificar a produção? Ou vamos continuar a medir o desenvolvimento com o aumento do consumo de cimento? **Que o mesmo é dizer confundir, blocos com insucesso escolar?**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria, dar-me-ia muito prazer discutir nesta Assembleia um Programa de Governo com substância, com brilhantismo na sua concepção. Poderia até discordar, e certamente discordaria dos princípios programáticos apresentados por V. Exas., mas não perderia por nada deste mundo uma boa discussão, com divergentes pontos de vista, é certo, mas que individualmente nos aquece a alma e colectivamente aprofundam a democracia.

Onde estão lavrados e **fundamentados** os princípios para o aumento da eficiência, da racionalidade e da produtividade do tecido produtivo regional?

Onde estão lavrados e **fundamentados** os princípios para atingir o impulso público, necessário para dinamizar a diversificação do sector produtivo?

Onde estão lavrados e **fundamentados** os princípios que conduzam à adopção de modelos de organização e práticas, que propiciem um investimento público com acréscimos de eficiência e rigor na afectação e utilização dos dinheiros públicos?

Seguramente que o PSD tem princípios programáticos diferentes. Seguramente que são poucos os pontos de convergência entre o vossa e o nossa matriz ideológica, mas de uma coisa tenho absoluta certeza, este é um Programa de Governo sem alma, sem chama e sem fulgor.

Onde estão lavrados e fundamentados os princípios de orientação política para operacionalizar o combate à toxicodependência?

Quando, onde e como vai ser implementada a prevenção primária da toxicodependência? Quais vão ser os instrumentos? Vai a sociedade civil organizada ser envolvida nessa política?

Pouco, muito pouco é dito. Poucos muito poucos são os compromissos deste governo, para combater este flagelo, que já não é um problema dos outros. É antes um problema nosso, que já nos entrou pela porta dentro.

O Governo prefere assobiar para o lado e fingir que não era, e não é, nada consigo.

O PSD tem um projecto diferente, tem um projecto arrojado, tem outra prática política. Como disse e repito, este não é o nosso projecto político.

Gostaríamos de estar a discutir um projecto político claro nos princípios e pragmático na acção, mas V. Exas. optaram por apresentar um Programa de Governo sem compromissos, sem metas um programa para ser medido à pagina ou ao quilograma, ou mais modernamente **ao caracter**.

Sr. Presidente, Sras. e Srs Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Se as experiências internacionais não são para decalcar sem espírito crítico, no Sistema de Transportes Marítimos de Mercadorias podem ajudar a dissipar dúvidas e evidenciar que as limitações e condicionamentos **desajustados e desadequados** no acesso aos mercados, são potenciadores da ineficiência.

O PSD defende a implementação de um Sistema de Transportes Marítimos de Mercadorias, que inclua a criação de Subsistemas de Transporte Inter-ilhas e de **Logística**.

Concertando estas actividades complementares podemos ganhar eficiência, alternativas de tráfego e competitividade. Isto sim é que é estratégico.

O desenvolvimento da actividade **Logística**, pode assim introduzir na actividade de Gestão de Tráfego de mercadorias, ganhos acrescidos, por via da eficiência, na actividade de concentração e distribuição.

O PSD disse, e volta aqui a repetir que no Sistema de Transporte Marítimo, o Subsistema Logístico e as infra – estruturas portuárias têm de constituir por isso um corpo coerente e consistente.

No vosso Programa muito pouco é dito sobre isso, e o que está afirmado é manifestamente mal articulado.

Em todo o mundo desenvolvido é isso que acontece: concentrar o subsistema de transportes marítimos, o subsistema de transporte inter-ilhas, no lado de regiões insulares e o subsistema logística. V. Exas. Não dedicam uma palavra ao tema. V. Exas. passam olímpicamente ao lado desta actividade de enorme valor acrescentado.

Devíamos já estar a trabalhar num serviço de Gestão de Tráfego, mas V. Exas. ainda vêm falar, como ao tempo dos Governos Cívicos, do serviço de transporte marítimo.

O Processo de Logística pode e deve incluir também actividades de embalagem e etiquetagem de produtos, como se faz em todo o mundo, porque introduz no Sistema grandes mais valias. V. Exas. continuam agarrados e a gastar letras e tempo com o conceito bolorento do serviço de transporte marítimo.

Infelizmente é com alguma desilusão que o vosso Programa de Governo não gasta um linha para equacionar uma nova política de Gestão do Fluxo de Mercadorias.

Não vos é muito abonatório, mas é o que escreveram no vosso Programa de Governo.

No Sistema de transporte marítimo de passageiros inter – ilhas, o que vem escrito pelo teclado do vosso computador (já não é pelo vosso punho) é pura e simplesmente tempo perdido.

Este serviço tal como está sendo oferecido no mercado regional é o exemplo acabado de uma boa ideia gerida à “moda socialista”.

E já não vai lá com remendos. É preciso refundar os princípios, as regras de funcionamento e a fiscalização desta operação, redireccionando-a para que constitua um factor de complementaridade, diversidade, atracção e competitividade do destino Açores no mercado turístico.

Com o descalabro da operação realizada nos últimos anos do transporta marítimo de passageiros inter-ilhas, V. Exas. dedicam no vosso Programa de Governo umas tímidas palavras ao tema.

Por mim sorri ao entender o vosso desconforto retratado nas parcas linhas que dedicam a uma das vossas bandeiras desfraldadas com mais pompa e circunstância.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Foi mau demais. Oxalá tenham aprendido a lição, porque não quero o nosso dinheiro, o dinheiro dos meus impostos, literalmente enterrado em mais aventuras do género.

Conclusão:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com este Programa de Governo os Açores não vão longe.

V. Exas. optaram por apresentar a esta Assembleia um documento sem garra, frouxo e apenas perspectiva o que a vista alcança.

Assim, porque V. Exas. optam por navegar à vista, ilustram a vossa incapacidade de traçar um rumo e definir uma estratégia que consigam alavancar o nosso processo de desenvolvimento.

Deputado José Rego (PS): Olhe que não.

O Orador: Pela amostra junta, os Açores vão ir caminhando, uns bocadinhos a pé outros bocadinhos andando e muito provavelmente outros bocadinhos parados, para V. Exas. ganharem fôlego.

Tenho pena, tenho muita pena que o Governo da minha terra não tenha outra garra e outra ambição. Vamos todos ter muita paciência, convictos que tempos melhores virão.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Pelo tom do seu discurso, a altura da tribuna não lhe fez mal. Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Estão inscritos para esclarecimentos os Srs. Deputados Nuno Tomé, Herberto Rosa, Lizuarte Machado, José Rego, Ana Isabel Moniz e Alberto Pereira. Cada um dispõe de três minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Tomé para esclarecimentos.

(*) Deputado Nuno Tomé (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Em primeiro lugar, Sr. Deputado Jorge Macedo, gostava de lhe dar os parabéns pelo novo estilo, que é bem o novo estilo do PSD, ou seja, é uma mistura híbrida entre Paulo Portas e Santana Lopes.

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

Gostava de lhe dizer que em relação à política de juventude, talvez o senhor seja das pessoas que menos razões tem para vir aqui criticar, porque foi, salvo erro, o último Director Regional da Juventude dos tristes governos do PSD nos Açores.

Em relação às críticas que fez à política de juventude do Governo, incidindo sobre a toxicodependência, isto é uma demonstração clara que não tem a visão progressista que se deve ter dessas políticas.

Eu no discurso que fiz na tribuna disse - e já percebi que V. Exa. estava distraído, preocupado em preparar o discurso telegénico que tentou aqui fazer - que a política de juventude deve ser desenvolvida com horizontalidade e que se deve preocupar em educar para a cidadania activa, não escondendo, como se fez durante muito tempo, os problemas dos jovens, mas preparando-os para os enfrentar de frente.

Deputado José Rego (PS): *Muito bem!*

O Orador: Também gostava de lhe dizer que em relação às novas tecnologias, foi enorme o salto qualitativo e quantitativo dado pelos Governos Socialistas. É certo que houve uma evolução que tem a ver com a evolução dos tempos.

Todavia, o argumento, que Vs. Exas. usam até à exaustão, de que se nós continuássemos todos de braços cruzadas ou de mãos nos bolsos e que tudo evoluiria da maneira que evolui, não é um argumento intelectualmente honesto.

Em relação a uma política que também me parece muito importante para o desenvolvimento dos Açores e para o desenvolvimento dos projectos de vida de juventude, gostava que Vs. Exas. não se esquecessem que os governos do Partido Socialista são os responsáveis pelas baixíssimas taxas de desemprego, ao contrário daquelas que aconteceram, e que espero deixem de acontecer, no Continente Português, onde governos liderados pelos partidos de Vs. Exas. têm levado a juventude portuguesa a passar momentos de grande aflição.

Muito obrigado.

Deputado Osório Silva (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

(*) Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jorge Macedo, eu tenho que lhe fazer algumas perguntas na sequência da sua intervenção.

Em primeiro lugar, quero perguntar muito claramente a V. Exa., neste Outono do Ano da Graça de 2004, se tem andado por cá?

Eu faço a pergunta, porque se V. Exa. andou por cá talvez se tenha apercebido de que houve eleições no dia 17 de Outubro. Talvez se tenha apercebido que o pobre programa eleitoral do

Partido Socialista, que é na sua essência transferido e transposto para este Programa do Governo, como não podia deixar de ser, por uma questão de coerência ou então não estaríamos sido acusados de não estar a cumprir os nossos compromissos, colheu a expressiva e clara maioria dos açorianos, em voto livre e democrático, conforme demonstram esta e aquela bancada.

Deputado Mark Marques (PSD): Mas estes que aqui estão não foram nomeados, foram eleitos. É bom que faça as contas.

O Orador: Por outro lado, o projecto arrojado da Coligação, porque do PSD não conheço programa, que guardo religiosamente para o futuro, ficou a 20 pontos percentuais de distância e obviamente levou àquilo que a comunicação social chamou de uma “grande banhada”.

V. Exa. deve ser um dos iluminados que acha que tem sempre razão e que o Povo está sempre errado e, portanto, acha que embora o seu programa e o seu projecto político e eleitoral tenham sido claramente rejeitados pelos açorianos, continua a ser o programa que devia estar a ser discutido nesta Casa, é um caso que não tem remédio, gostaria de perguntar ao Sr. Deputado o que é que V. Exa. pensa sobre isto?

O senhor deve achar que nós não estamos aqui democraticamente eleitos, não recebemos o apoio maioritário dos açorianos e não temos o direito de implementar o nosso programa ou então entende que tudo isto está mal. Parece que é manifestamente uma obsessão da vossa parte.

Sr. Deputado, conforme-se e organize-se mentalmente para a realidade que vive neste momento. O PS ganhou claramente as eleições, tem um bom programa, que foi sufragado pelos açorianos, e vai levá-lo à prática nos próximos 4 anos, para bem dos Açores e dos açorianos.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor só fala de barcos...!

O Orador: É barcos, barcos, mas é de quem sabe diferenciar a proa da popa.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é importante.

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Mark Marques (PSD): Isso vem na linha do Secretário da Economia que disse: “não percebe nada disto”.

O Orador: O Sr. Deputado Jorge Macedo colocou aqui algumas questões importantes, embora descontextualizadas, e que têm a ver com a criação dos subsistemas de transporte, das questões de logística e da distribuição inter-ilhas.

Gostava de lembrar ao Sr. Deputado que hoje o conceito de transporte e o conceito de porto não é mais um conceito de estrutura física, estável e permanente, é um conceito numa estrutura física associada a um sistema logístico em permanente mutação e em permanente desenvolvimento.

A montagem e a estruturação desse sistema logístico que estão e têm vindo a ser desenvolvidas nos últimos tempos pelas administrações portuárias, criadas pelo governo anterior, mas por este Secretário, passa por um conhecimento muito aprofundado dos espaços físicos, dos equipamentos, das acessibilidades a essas estruturas, quer marítimas, quer terrestres, do conhecimento preciso dos clientes, das suas necessidades e das cargas a movimentar.

Portanto, o conceito logístico é um conceito muito mais vasto. É isso que é hoje um porto e o conceito logístico associado a isto é, indiscutivelmente, um conceito fundamental, um conceito a desenvolver. Sem o desenvolvimento da logística não haverá um sistema portuário, um sistema de transportes que responda cabalmente às nossas necessidades. Estas questões estão a ser tratadas e desenvolvidas a vários níveis.

Por outro lado, compreendo o Sr. Deputado, que passou por cá pouco tempo na última legislatura, essas questões foram largamente debatidas ao longo da última legislatura e por várias vezes foram aqui faladas e lembro-me perfeitamente que foi falado aqui numa necessidade, e o Sr. Secretário da Economia chamou a atenção ontem no seu discurso e só não ouviu quem não quis, que é a necessidade do Governo Regional apresentar e não impor ao mercado, porque não vivemos num

regime de planeamento centralizado, o modelo coerente e global que represente uma solução integrada para os transportes marítimos nos Açores e esse trabalho está a ser feito. Todos os sinais que o Governo tem dado tem sido no sentido de explicar ao mercado o que é que pretende, como deve esse modelo funcionar e não impor esse modelo ao mercado.

Isto são reflexões que já foram feitas aqui, são apontamentos meus de intervenções feitas e discutidas neste plenário na legislatura passada. É evidente que esse trabalho está a ser feito.

Como o Sr. Secretário disse, isto não é nenhuma novidade. É novidade para o Sr. Deputado, mas não é nenhuma novidade para quem já cá estava.

Relativamente a outras questões também importantes sobre esta matéria, que tem a ver com os subsistemas de transporte e com a centralização,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não está nada aqui.

O Orador: ... o Programa do Governo aponta medidas genéricas, não as concretiza.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Essas medidas são concretizadas no PMP e noutros documentos.

O meu tempo já acabou, mas voltarei para concluir o meu raciocínio em próxima intervenção.

Presidente: Eu queria pedir aos senhores que tivessem cuidado com os telemóveis, porque quando um deputado está a falar e o telemóvel começa a interferir, depois não se consegue ouvir a gravação e os redactores vêem-se aflitos para reproduzir o que se passou.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Jorge Macedo foi àquela tribuna fazer a sua leitura do Programa do Governo. Aceito perfeitamente que a faça, mas aquele Programa do Governo que o senhor diz que é cinzento, foi para todos os açorianos, rosa e um rosa bem forte.

Deputado Mark Marques (PSD): Todos não. Para a maioria.

O Orador: Para a maioria dos açorianos,...

Deputado Mark Marques (PSD): Assim fica melhor.

O Orador: ... mas uma grande maioria que, e não há dúvida, nesta casa nem representa os 20% a mais que tivemos nestas eleições.

Se não tem alma, tem estratégia e é a estratégia que o PS teve na economia dos Açores nos últimos oito anos, que está representada nos números que falámos ontem e que hoje continuamos a falar desses números para o próximo futuro.

A nossa estratégia não é a estratégia do desastre que aconteceu nestes Açores relacionados com os parques industriais que o PSD tentou implantar e que a Ribeira Grande foi o exemplo.

A nossa estratégia para a economia não é a Zona Franca de Santa Maria que só serviu para pagar ordenados chorudos aos seus gestores e que mais nada fez do que aquele espaço que lá continua.

A nossa estratégia é sustentável, tem-no sido nos números e continuará a sê-lo no futuro.

Relativamente aos transportes eu não queria meter-me numa área da qual ainda não percebo muito, mas tenho os números e o Sr. Deputado sabe que hoje, em relação a transportes marítimos, o preço de contentor nada tem a ver com os preços praticados há 4 ou 5 anos. Têm vindo a decrescer e posso-lhe dizer que hoje um contentor, a preços constantes, custa menos 50% e um contentor frigorífico custa menos 23%. É com isto que nós vamos melhorar a economia dos Açores

Deputado Rui Meneses (PSD): Tem que estudar mais.

O Orador: Se a nossa economia está altamente dependente de mercados exteriores para as exportações e para as importações, é no preço dos contentores, é nas acessibilidades e nos transportes marítimos que temos que apostar e essa aposta tem sido ganha nestes 8 anos e continuará a ser ganha no futuro. Isto é dado por outros números, não só nos custos dos contentores, mas no número de passageiros que neste Açores viajaram nos últimos anos, que é completamente diferente do passado, com crescimentos que chegaram a ser de 60%.

Relativamente ao movimento de mercadorias nos Açores, esse movimento também mostra a pujança da nossa economia. Se no passado tínhamos um milhão de toneladas transportadas, hoje já ultrapassámos os dois milhões, sendo também um indicador de que a nossa economia tem crescido e continuará a crescer no futuro próximo com este Programa e com estes Membros do Governo.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputado Ana Isabel Moniz.

(* **Deputado Ana Isabel Moniz (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Deputado Jorge Macedo, qual falta de planeamento, se ainda ontem nós ouvimos aqui que fomos permeados pela boa execução do nosso Plano de Desenvolvimento Regional.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Qual falta de estratégia, se nós temos visto o crescimento que operou nos Açores neste período tão conturbado da história do turismo mundial que foi o período de 2001/2003 em que as dificuldades não surgiram apenas sob a forma duma depressão, mas como uma crise em múltiplas frentes.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): *Muito bem!*

A Oradora: Basta recordar aqui a origem desta crise não foi só o 11 de Setembro, mas também a grande pressão económica que ocorreu antes desta tragédia nas principais economias mundiais, nos principais mercados emissores que são os Estados Unidos da América, o Japão e a Alemanha.

Repare-se que os ataques de Nova Iorque e de Washington apenas vieram acrescer as dificuldades já existentes neste período.

Nós somos afectados por aquilo que acontece no resto do mundo. Nós somos afectados pelo que acontece nas economias mundiais.

Deputado Nuno Amaral (PS): Também pelos maus Governos da República!

A Oradora: Também na área do turismo o crescimento foi surpreendente em que conseguimos passar do marasmo de tantos anos em que não havia acréscimo de oferta hoteleira na Região.

Conseguimos passar do marasmo da falta de transportes marítimos inter-ilhas de passageiros e de viaturas.

Conseguimos sair duma fase de estagnação total neste sector que era um sector fundamental para o desenvolvimento da nossa economia.

Com isto quero dizer que temos trabalhado muito, temos uma estratégia e temos planos para o futuro.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Vocês já perceberam.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(* **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Evidentemente que não tenho tempo para responder a todas as questões que foram colocadas.

Deputado José San-Bento (PS): É a desculpa do costume.

O Orador: Não é a desculpa do costume. Não me interrompa.

Relativamente ao estilo certamente que os senhores, principalmente os que estão alinhados neste lado da fila, também não gostariam de ser comparados ao novo líder do PCP, tipo cassette, caceteiro, Jerónimo de Sousa.

Deputado Francisco Coelho (PS): Agora é CD.

O Orador: Portanto, é escusado fazer este tipo de comparações. É perfeitamente dispensável usar esse tipo de linguagem.

Relativamente às intervenções, que muito aprecio, eu respeito todos os colegas Srs. Deputados aqui dentro desta casa.

Deputado Nuno Tomé (PS): Não vai fazer defesa da honra?!

O Orador: O que eu posso dizer é que os senhores falam, falam...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): E as coisas acontecem.

O Orador: ... mas não os ouço dizer nada.

Digo como dizia a publicidade, é claro que fico chateado e é claro que vou votar contra este Programa de Governo.

Muito obrigado.

Deputado Nuno Amaral (PS): Só falta frequentar discotecas para sermos como Santana Lopes.

Presidente: Não havendo mais inscrições para esclarecimentos, dou a palavra à Sra. Deputada Lubélia Chaves para uma intervenção.

Deputada Lubélia Chaves (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, e nesta minha primeira intervenção, permitam-me saudar Vossa Excelência, Sr. Presidente desta Assembleia e as Sras. e Srs. Deputados, em especial os que como eu tomam assento neste Parlamento pela primeira vez, desejando a todos as maiores felicidades e êxitos no desempenho das suas funções. Desejo, sinceramente, que o nosso trabalho em conjunto contribua para o desenvolvimento da nossa Região e corresponda aos anseios e aspirações daqueles que nos elegeram como seus representantes nesta Assembleia.

Quero também saudar o Senhor Presidente e Membros do Governo e espero que no desempenho das vossas funções contribuam com o mesmo empenho e determinação para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional do Partido Socialista nos últimos 8 anos tem adoptado uma estratégia de desenvolvimento sustentado dos Açores, o que tem permitido a consolidação da actual base produtiva e a diversificação da actividade económica procurando reforçar a competitividade das empresas e dos produtos do nosso arquipélago.

Não há dúvida que a Região Autónoma dos Açores tem registado um acentuado crescimento económico nestes últimos anos comparativamente com outras Regiões do País, o que pode ser facilmente demonstrado através de vários indicadores económicos, senão vejamos:

O PIB per capita nos Açores em milhares de euros, no período de 1995 a 2001 cresceu 56,7% enquanto a média nacional cresceu 46,9%, verificando-se uma aproximação à média nacional e a outras regiões do País, como o Alentejo, Norte e Centro. Os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística apontam para os Açores um PIB per capita que comparativamente à média nacional é de 82 no ano de 2002, ultrapassando a Região Norte do País e igualando a Região Centro.

A taxa de desemprego no 3º Trimestre de 2004 na Região Autónoma dos Açores situou-se nos 3,8%, mantendo-se abaixo da taxa de desemprego nacional que foi de 6,8% no mesmo período. Ou seja, desde o 2º Trimestre de 1999 que a taxa de desemprego nos Açores tem-se mantido entre 2% e 4%, verificando-se igualmente o crescimento da população empregada. De referir, ainda, que entre o 3º Trimestre de 2003 e o 3º Trimestre de 2004 criaram-se cerca de 4000 Postos de Trabalho.

A este crescimento económico não está alheio o sector do comércio regional que registou uma taxa de incremento do VAB (Valor Acrescentado Bruto) de aproximadamente 32% no período de 1995 a 1999, reflectindo-se no aumento do número de estabelecimentos inscritos no Cadastro Comercial, actualmente de 3508, e no aumento da criação de postos de trabalho.

Refira-se que o sector do comércio assume um papel relevante no conjunto das actividades económicas da Região, tendo contribuído com aproximadamente 15% para a formação do Produto Interno Bruto Regional de 1999 e absorvido cerca de 11% do emprego total.

Para além de se ter verificado, nos últimos 8 anos, um aumento superior a 30% do número de estabelecimentos comerciais e de cerca de 160 000 metros quadrados da área coberta verificou-se também a modernização de muitas instalações comerciais existentes e a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos consumidores, o que foi possível através do aproveitamento das verbas disponibilizadas pelo URBCOM.

Para estes factores contribuíram as Políticas do VII e VIII Governos Regionais, que apostaram essencialmente:

Numa **política de formação profissional** incentivando a qualificação dos recursos humanos das empresas de forma a responder a clientes cada vez mais exigentes, a competidores cada vez mais poderosos e às tecnologias cada vez mais complexas e sofisticadas.

A **política de Sistemas de Incentivos** regionais e nacionais implementada e desenvolvida nos últimos 8 anos e que muito contribui para a dinamização e competitividade das Pequenas e Médias Empresas do Sector Comercial. De referir que quanto aos novos incentivos de âmbito regional

integrados no SIDER - Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores, estruturado em três subsistemas designadamente o SIDEL (Subsistema para o Desenvolvimento Local), SIDET (Subsistema para o Desenvolvimento do Turismo) e SIDEP (Sistema de Prémios) os apoios concedidos já atingiram os 20 milhões de euros para a 1ª, 2ª e 3ª fases do SIDEL, correspondendo a um investimento privado de 40 milhões de euros e promovendo a criação de 1200 postos de trabalho. No Turismo os Projectos aprovados no âmbito do SIDET correspondem a um investimento de mais de 43 milhões de euros com incentivos na ordem dos 19 milhões de euros para a 1ª, 2ª e 3ª fases o que permitirá a criação de 340 postos de trabalho. No âmbito do Sistema de Prémios foram já aprovados 53 projectos cujo incentivo ultrapassa os 35 milhões de euros dos quais 26 milhões são na área do turismo.

Por outro lado, nos incentivos de âmbito nacional enquadrados no PRIME – Programa de Incentivos à Modernização da Economia, destaca-se o SIME – Sistema de Incentivos à Modernização das Empresas, no qual desde o início de 2001 foram já apresentadas 100 candidaturas, que perfazem um investimento privado total de aproximadamente 330 milhões de euros. De realçar que no investimento total do PRIME superior a 392 milhões euros, correspondendo a 343 candidaturas, 220.862 mil euros estão previstos para o turismo com 66 candidaturas e 58.977 mil euros para o comércio com 167 candidaturas.

No âmbito do **comércio tradicional** nos centros históricos urbanos e em espaço rural, foi promovido o apoio á **modernização e dinamização** do sector empresarial tendo em vista a cooperação e o desenvolvimento de acções conjuntas em diversas áreas, através de acordos e parcerias com as Associações Empresariais, como foi o exemplo do PROCOM Urbanismo Comercial, e actual URBCOM privilegiando as parcerias com a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e as Autarquias.

E a **política de apoio à promoção dos produtos regionais** no exterior através de acções promocionais, bem como na comparticipação dos custos inerentes ao transporte.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Programa do IX Governo Regional dos Açores, no 4º Capítulo, insiste em dinamizar o crescimento, expandir a base económica de exportação e promover o desenvolvimento sustentável.

O **IX Governo Regional** entende que relativamente ao Comércio é fundamental manter “**uma política de incentivos selectiva que não estimule a proliferação de estabelecimentos comerciais da mesma área de negócio, mas sim a modernização, a inovação e a diferenciação do comércio já estabelecido**”. Para tal será de manter e reforçar os sistemas de incentivos ao investimento privado que privilegiem a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a formação profissional.

Paralelamente com a criação do **Fundo Regional de Apoio á Coesão e ao Desenvolvimento Económico** este Programa de Governo prevê garantir uma discriminação positiva dos investimentos que visam os mercados de pequena dimensão, como o Corvo, Flores, São Jorge, Graciosa e Santa Maria, para além de pretender criar condições para atrair o investimento externo. Assim, os esforços efectuados pelo Governo Regional poderão ser complementados com a utilização deste instrumento para a efectivação do Campo de Golfe na Ilha de Santa Maria e uma Unidade Hoteleira na Ilha Graciosa.

Ainda a nível interno este Programa propõe medidas concretas de forma a reforçar a discriminação positiva da ultraperiferia da nossa Região, nomeadamente pela comparticipação dos encargos com o transporte inter-ilhas.

No âmbito do PRIME (Programa de Incentivos à Modernização da Economia) e relativamente ao URBCOM está concluída a 1ª Fase do Projecto, ou seja, o Estudo Prévio e Qualificação do Projecto Global, com a aprovação no passado mês de Outubro, dos Projectos para os concelhos de Vila do Porto, Santa Cruz da Graciosa e Madalena do Pico, o que permitirá o aproveitamento das verbas disponibilizadas para a modernização e dinamização do respectivo sector empresarial.

A nível externo, o Programa do IX Governo Regional propõe “**Continuar a estimular a competitividade da oferta externa através do Sistema de Incentivos à exportação e promoção dos produtos regionais**”. Com esta medida pretende-se melhorar a produtividade e a

competitividade do tecido empresarial regional, através da redução dos custos com o transporte e promoção no exterior dos produtos regionais.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com as propostas apresentadas neste Programa de Governo pretende o IX Governo Regional acentuar o crescimento económico da nossa Região de forma convergente e harmoniosa, conciliando o exercício das funções de justiça social com a promoção da eficiência e da estabilidade económica.

Tenho dito.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha):

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O IX Governo Regional dos Açores saído das eleições do passado dia 17 de Outubro, e, legitimado, pela primeira vez na História da Autonomia, nesta Assembleia Legislativa, apresenta para discussão o seu Programa que contém estratégias e objectivos para a política social, nas áreas da Solidariedade, Segurança Social e Saúde.

Procurarei proferir uma intervenção com a serenidade, objectividade e responsabilidade que as circunstâncias obrigam.

Pela primeira vez, ocupo a tribuna desta Assembleia Legislativa, local por excelência para o debate responsável e democrático.

Permitam-me, antes do mais, que comece por saudar e cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa da R.A.A., felicitando-o pela sua eleição e desejando-lhe as maiores felicidades no desempenho do cargo, e quando em sua representatividade.

Cumprimento e saúdo, também, todas as Senhoras e Senhores Deputados, nomeadamente, aqueles que, como eu, se iniciam nas tarefas de representatividade e defesa intransigente dos cidadãos que em nós confiaram, e *contribuir para a eficácia e o prestígio dos trabalhos da Assembleia, e, em geral, para a observância da Constituição e do Estatuto da Região*, para cumprimento da alínea f), do Artº 10º, Capítulo II, do Decreto Legislativo Regional nº 19/90/A, de 20 de Novembro.

Estou, como os demais, obrigado ao respeito mútuo, norma de conduta que mantereirei e irei defender em toda e qualquer circunstância.

Os quadros legais vigentes – Constituição da República, o Estatuto Político Administrativo da Região, a Lei de Bases da Segurança Social, a Lei de Bases da Saúde e o Estatuto do Serviço Regional de Saúde - legitimam as políticas de Solidariedade, Segurança Social e Saúde.

O princípio da igualdade veio, progressivamente, a consolidar um conjunto de direitos civis, políticos e sócio-económicos, que permitem a consolidação de uma cidadania plena, exigente no contexto de políticas que fomentem o bem-estar e os direitos de solidariedade.

As políticas sociais que o IX Governo Regional se propõe implementar, vêm na sequência daquelas que foram promovidas pelo anterior Governo, e visam criar e consolidar condições para que todos os Açorianos desenvolvam os seus direitos legítimos de cidadania.

Para um desenvolvimento social integrado, o Governo Regional propõe-se continuar a desenvolver uma política de implementação de acções integradas, dirigidas a grupos sociais considerados mais vulneráveis, mas que não se limitam apenas a resolver problemas sociais, mas também implementar estratégias de prevenção do aparecimento ou do agravamento de situações de risco.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pretendemos que as políticas de intervenção social assentem em iniciativas que visem **Promover os Direitos de Cidadania**, que favoreçam a iniciativa económica das pessoas em risco de pobreza, promovam a divulgação dos valores da igualdade, da justiça social e da tolerância, garantam o apoio técnico, a informação para a contínua promoção do mercado social do emprego e a iniciativa da economia social.

Com iniciativas para a promoção de uma **Política Integrada de Apoio às Famílias** pretendemos continuar a reforçar a rede de creches, jardins-de-infância e ATL's – ocupação de tempos livres, que, nos últimos anos, sofreu um impulso sem precedentes.

Através de uma rede organizada de técnicos, agentes comunitários, e entidades, e em parceria com IPSS's, pretendemos implementar um sistema de prestação de cuidados e de apoio a idosos dependentes ou não, e a cidadãos portadores de deficiência, como a cidadãos ou grupos socialmente vulneráveis e carenciados, com problemas temporários ou permanentes.

Continuaremos a apoiar as famílias que têm idosos dependentes ou acamados a seu cuidado e cargo, criando condições para a prestação dos cuidados no domicílio, fomentando uma visão positiva do idoso.

Ainda no âmbito do apoio à 3ª Idade pretendemos prosseguir a criação de pequenos lares locais, em meio rural.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com os programas de **Prevenção e Combate a Formas de Mau Trato Infantil e Juvenil** vamos organizar estratégias de combate ao mau trato infantil (entendido num sentido lato, abrangendo a negligência, o abuso sexual e a exploração do trabalho infantil), ampliando a oferta de serviços de terapia familiar.

Continuar-se-á a implementar o programa de integração familiar, de modo a evitar o recolhimento institucional ou reduzir a sua duração, com o apoio e acompanhamento às famílias biológicas, nucleares e alargadas, e incrementar respostas especializadas ao nível de centros de acolhimento para crianças e jovens em risco com problemas de dependências, quer do uso e abuso do tabaco e do álcool, quer das substâncias psicoativas/droga.

Neste âmbito, e em parceria com a Saúde, importa criar um plano regional de intervenção precoce, criando estratégias de prevenção, onde se inclui também, a prevenção e combate à sinistralidade rodoviária e laboral.

A **Plena Inclusão do Cidadão com Deficiência** requer o reconhecimento da sua participação activa nas políticas e medidas de intervenção precoce através da formação/educação que garantam o acesso a emprego e a um rendimento adequado, a iniciativas para a conclusão da rede de centros de actividades ocupacionais – CAO's, e a estratégias que levem à abolição de barreiras arquitectónicas ou outras, que condicionem a mobilidade e acessibilidade a bens e serviços.

De igual modo, continuaremos a investir na reabilitação, em todas as suas componentes – orgânica, física, recreativa, artística e desportiva.

No âmbito da **Prevenção Combate à Violência Doméstica**, queremos continuar a nossa intervenção criando e implementando um Plano Regional Contra a Violência Doméstica, e alargar as estruturas de apoio às vítimas.

A **Inclusão, Protecção e Justiça Social** impõe-nos medidas e estratégias que reduzam o impacto da pobreza, a prevenção de comportamentos de risco e da delinquência, que criem um programa de apoio às mães adolescentes e dos seus companheiros, e continuem a apoiar no arrendamento da habitação as famílias necessitadas, em especial as monoparentais.

Apostar no Rendimento Social de Inserção como um instrumento facilitador da inclusão, e promover a inserção dos imigrantes, desde a escolaridade, saúde, domínio da língua portuguesa e emprego, impõem-nos, também, a obrigatoriedade de monitorizar e fiscalizar os sistemas de protecção social existentes e as entidades que recebem financiamento público para esses fins, para garantir o cumprimento dos protocolos e a qualidade e adequação das respostas.

Mas, todas estas medidas e intenções do Governo para darem dignidade aos cidadãos desprotegidos social e economicamente, passam, também, pela necessidade premente de termos capacidade, de desenvolver campanhas que visem uma maior responsabilização de todos os cidadãos face às suas obrigações cívicas perante a segurança social e a sociedade em que se integram.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Regional de Saúde previsto no artº 49º, do Decreto Legislativo Regional nº 28/99/A, de 31 de Julho, é definido como *o instrumento de planeamento estratégico para o desenvolvimento da saúde na Região Autónoma dos Açores*”.

Este Plano tem como principais orientações e estratégias a Promoção de um Sistema Integrado de Prestação de Cuidados de Saúde, que permita mais saúde e melhor gestão.

A Saúde é a maior área de negócios em todo o Mundo, e, geri-la, implica um domínio dos conceitos modernos técnico-científicos e de gestão.

O tipo de recursos humanos que tem e exige, o equipamento tecnológico que lhe é inerente e os montantes financeiros envolvidos, tornam a Saúde uma das áreas mais complexas de gestão.

Promover um sistema integrado de prestação de cuidados de saúde eficiente implica orientações consensuais em matérias de política de saúde.

Os **Centros de Saúde**, tal como prevê o Decreto Regulamentar Regional nº 3/86/A, de 20 de Janeiro, são, ainda, a porta principal de entrada no Serviço Regional de Saúde, a base do sistema integrado de prestação de cuidados de saúde, e onde se resolve a maior parte dos problemas de saúde da população.

Para a **Promoção da Saúde e Prevenção da Doença** temos que garantir a acessibilidade do utente aos seus cuidados, promover a saúde materno-infantil, o planeamento familiar, a implementação de medidas de combate às doenças sexualmente transmissíveis, e reforçar os programas específicos para os grupos de doenças de risco com forte expressão na população, como sejam, a diabetes, as doenças cérebro-vasculares, cárdio-vasculares, a doença oncológica, as doenças respiratórias e as doenças do foro da saúde mental.

Entre outras medidas há que assegurar a cobertura assistencial a toda a população por médicos especialistas em Clínica Geral, prosseguindo e aperfeiçoando os incentivos ao seu recrutamento e fixação.

A escassez de médicos com esta especialidade que se verifica nesta Região, levar-nos-á a estudar e propor medidas concretas no campo legislativo ou outros, que visem solucionar a cobertura dos utentes do SRS que não têm acesso a médicos de Clínica Geral, no sector público, sem excluir o recurso à articulação do SRS com as actividades particulares, conforme o previsto no artº 40º, do Decreto Legislativo Regional nº 28/99/A, de 31 de Julho.

Continuaremos a apostar fortemente nos incentivos para a frequência de licenciaturas de cursos de saúde, internatos médicos e apoio às novas pós-especializações em enfermagem.

As **Dependências**, essencialmente em alcoolismo e drogas ilícitas deverão ser alvo de planos e estratégias de intervenção mais adequados ao momento, e concertadas com outros Departamentos Governamentais, mas também com a comunidade, através de organizações não governamentais, Instituições Particulares de Solidariedade Social, autarquias e organizações profissionais.

Os Hospitais *articulam-se funcionalmente, e em termos de complementaridade, com os Centros de Saúde*, conforme o previsto no artº 5º, do Decreto Regulamentar Regional nº 12/90/A, de 20 de Março.

Da interacção/complementaridade deverá resultar critérios de selecção de prioridades para o atendimento de doentes em especialidades em que a demora tem influência decisiva no prognóstico clínico, e desenvolver, também, os mecanismos que visem a diminuição das listas de espera de consultas, cirurgias e meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

Pretendemos implementar e utilizar instrumentos de gestão previsional e por objectivos, assumindo a SAUDAÇOR, S.A. a importância na racionalização entre as componentes financeira/administrativa e a técnica, e dotar os Conselhos de Administração das Unidades de Saúde de instrumentos adequados de gestão.

A implementação do projecto de informatização do SRS é uma alteração quantitativa e qualitativa de grande impacto, que melhorará os resultados em saúde, melhorará a gestão técnico-assistencial, e os mecanismos de intercâmbio de informação entre serviços e instituições, melhorando a oportunidade e qualidade da informação.

Permitirá e facilitará, também, ao Governo Regional em conjunto com o Governo da República definir critérios de acesso dos beneficiários do SRS e subsistemas, residentes na Região, às redes de referenciação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para as situações em que a capacidade de resposta das Unidades de Saúde Regionais se encontre tecnicamente limitada ou esgotada.

Nos **Cuidados Continuados** pretendemos garantir e reforçar o papel das IPSS's na relação com o SRS, e nas áreas de saúde mental e dependências garantindo cuidados de saúde adequados a uma vida mais aceitável e digna possível.

Continuaremos a melhorar as estruturas e meios de intervenção em situações de **Emergência Médica** e de **Catástrofe**, aperfeiçoando a interligação entre as instituições do SRS e o Serviço Regional de Protecção Civil e de Bombeiros dos Açores.

Sensibilizar o cidadão para a responsabilidade que tem a sua saúde individual e perante o sistema regional de saúde, exige assumi-lo como parceiro principal e interessado no sistema, informá-lo dos seus direitos e dos seus deveres em matéria de saúde, alertando-o para os comportamentos de risco que fazem perigar a sua saúde, e as despesas acrescidas que esses comportamentos determinam no sistema de saúde.

Implementar a **Carta Hospitalar** e a **Carta de Equipamentos de Saúde** permitirá continuar o recrutamento em recursos humanos e o apetrechamento em equipamentos, para diversos serviços em Centros de Saúde e Hospitais, que sejam considerados indispensáveis ao bom desempenho nas vertentes assistencial, do diagnóstico e terapêutica.

A actividade profissional de quantos trabalham no SRS sofre a influência do vertiginoso progresso dos conceitos, das tecnologias e das teorias decorrentes das evidências.

A prática profissional é, por isso, cada vez menos um acto isolado de um ou de outro, passando a ser uma actuação em equipa multidisciplinar orientada para o diagnóstico, tratamento e reabilitação do doente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O IX Governo Regional, em geral, e a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais em particular, reconhecem a importância das políticas sociais, e sabem da importância que as mesmas têm para os Açorianos.

No passado dia 17 de Outubro os Açorianos legitimaram, inequivocamente, as propostas apresentadas pelo Partido Socialista porque reconheceram e identificaram o seu mérito.

Compete-nos assegurar aos cidadãos a aplicação de políticas de solidariedade, segurança social e saúde por profissionais tecnicamente competentes, idóneos e empenhados.

A nossa determinação e empenho faz-nos levar por diante este Programa, que agora apresentamos e submetemos a esta Assembleia, para que o legitime.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os nossos princípios são os da Ética.

Os nossos valores são os do Humanismo.

Disse!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados Pedro Gomes, Maria José Duarte, Fernanda Mendes, Nélia Amaral, Osório Silva, Carla Bretão, José Manuel Bolieiro, Manuel Avelar e Rogério Veiros.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Devo dizer que esperava mais, muito mais da sua intervenção na apresentação do Programa do Governo.

(Risos da bancada do PS)

Fiquei desiludido, Sr. Secretário, e devo dizer-lhe que não há uma segunda oportunidade para causar uma primeira boa impressão e a impressão que V. Exa. deixou aqui nesta sala foi a de que não tem opções para o sector da saúde.

V. Exa. falou aqui como se a gestão da política de saúde deste Governo tivesse começado neste exacto momento e o que é verdade é que a gestão da política de saúde desta maioria começou há oito anos atrás.

Deputado Paulo Messias (PS): O Sr. Deputado não ouviu a intervenção.

O Orador: Aliás, eu percebo a perturbação da bancada da maioria, porque a área da saúde, durante o consulado da gestão socialista, transformou-se num cemitério de titulares desta área.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Misericórdia!

O Orador: V. Exa. é o 5º titular desta área. Já vai em cinco titulares e cada um deles com pouco mais de ano e meio de gestão no sector e alguns desses que foram titulares estão aqui sentados.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito mais que 4 meses.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que é verdade é que a saúde dos Açores está gravemente doente e o senhor veio aqui falar-nos de aspirinas. Não é a maneira de resolver os problemas da saúde.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Tenham calma Srs. Deputados da maioria. Se precisarem de uma aspirina, certamente que o Sr. Secretário receitará.

Sr. Secretário Regional, diz o Programa do Governo que diariamente o Sistema Regional de Saúde gasta 603.414 euros.

Deputado Francisco Coelho (PS): O Sr. Dr. Victor Cruz disse que ainda ia gastar mais.

O Orador: Sr. Deputado Francisco Coelho, eu não sei se o senhor quer também defender o seu comportamento na área da saúde. Aliás, ainda iremos saber por que é que V. Exa. saiu da área da saúde e passou para a liderança da bancada do PS, mas teremos tempo ao longo da legislatura para apurar isso.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Sr. Presidente, espero que todos estes apartes sejam descontados, porque eu não tenho tempo para falar.

Presidente: Sr. Deputado, nós temos que prosseguir e vou dar-lhe mais alguns segundos, considerando os apartes.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O que é verdade é que o Sr. Secretário dos Assuntos Sociais falou de propostas, mas não apresentou prioridades e eu quero perguntar-lhe com toda a clareza e quero que V. Exa. diga aos açorianos que nos estão a ouvir e a acompanhar este debate, quais são as suas prioridades para resolver os problemas essenciais da saúde nos Açores?

O Sr. Presidente do Governo falou do financiamento do Sistema Regional de Saúde que é um dos problemas, mas não é o principal problema do Serviço Regional de Saúde.

O principal problema do Serviço Regional de Saúde é garantir condições de igualdade de acesso a todos os cidadãos, em particular aos cuidados primários de saúde. V. Exa. disse-o, mas não disse como é que o vai fazer e é aqui que está o problema. V. Exa. é o herdeiro de oito anos de governação do Partido Socialista nesta matéria.

Sr. Secretário, espero que nos dois anos de mandato que tem à sua frente, digo dois anos, porque essa é a média dos seus antecessores, consiga propor a esta Câmara propostas concretas e uma estratégia clara para resolver o problema do Serviço Regional da Saúde.

Deputado Nuno Amaral (PS): Alguns tiveram 4 meses.

O Orador: Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

(*) **Deputada Maria José Duarte (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sendo a primeira vez que intervenho nesta Assembleia, que muito me honra, gostaria de saudar V. Exas. e desejar-lhes as maiores felicidades no desempenho das vossas funções.

Sr. Secretário, eu gostaria que V. Exa. me fizesse o favor de responder a duas perguntas e a primeira é a seguinte:

Na página 159 do Programa do Programa do Governo, mais concretamente o ponto 5, diz o seguinte: “Prosseguir o esforço na criação de estruturas de tratamento dos toxicodependentes e dos alcoólicos”. Gostaria de saber que tipo de estruturas pretendem criar e em que ilhas?

A segunda pergunta é saber se pretendem criar programas e apoios específicos para famílias desestruturadas pela presença de situações familiares de toxicodependência ou consumo excessivo de bebidas alcoólicas e em caso afirmativo quais?

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

(*) **Deputada Fernanda Mendes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional vai responder no fim de uma série de pedidos de esclarecimento, mas como estou inscrita vou responder a algumas questões, dar alguns esclarecimentos, principalmente no que diz respeito às políticas de saúde.

Porque se falou em morte, devo dizer que o objectivo e a missão primeira de qualquer serviço regional ou nacional de saúde é, acima de tudo, prolongar a vida das pessoas. O Sr. Secretário é uma pessoa cheia de vida e eu sou também um exemplo.

Quando se põem questões perfeitamente lícitas, e acho que todos os pedidos de esclarecimento têm cabimento, as políticas de saúde em qualquer país têm um objectivo que pode ser medido por alguns indicadores e alguns desses indicadores são como a evolução da esperança de vida à nascença, que na Região tem crescido e tem a ver com a evolução da taxa de mortalidade que, havendo anos que às vezes até parece excessiva, é um problema da estatística dos pequenos números, nós temos tido uma evolução da taxa de mortalidade infantil que é clara como se poderá ver em qualquer gráfico.

Quando se fala do problema do Serviço Regional de Saúde, do problema da sua despesa e da sua produtividade, com certeza que não lêem determinados indicadores que são os indicadores que nos podem levar a ver se há ou não melhoria dos cuidados ou um aumento do número de cuidados. Por exemplo, nos nossos hospitais nós temos evoluído na nossa taxa de demora média de internamento e embora nós tenhamos problemas estruturais devido a não termos ainda a possibilidade de aligeirar os internamentos pelas causas sociais, mas lendo este documento, que é um documento público, tenho a dizer que a demora média tem evoluído e a taxa de ocupação tem aumentado. É no jogo destas duas vertentes que se faz a análise.

Gostaria de prestar mais alguns esclarecimentos, mas como o meu tempo deve estar a terminar, aguardarei para uma próxima intervenção.

Presidente: Muito obrigado pelo cumprimento rigoroso do seu tempo.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Iniciaria, em primeiro lugar, por uma apreciação, uma vez que estamos aqui a debater o Programa do IX Governo Regional, do contributo que até agora tem sido feito pela bancada do Partido Social Democrata, para dizer que me parece que o vosso contributo se tem limitado, em grande parte, a críticas mais ou menos gratuitas que em nada têm contribuído, quer para esclarecer os açorianos, quer para aprofundar a discussão que está a ser levada a cabo nesta casa.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

A Oradora: Já ouvimos, por um lado, intitular o Programa do Governo de modesto, sem alma e agora o Deputado Pedro Gomes vem dizer que está desiludido. Eu diria mais ou menos o mesmo, eu também estou desiludida, não com o Programa do IX Governo Regional, mas com a vossa participação que, talvez, se deve ao facto do vosso programa eleitoral...

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Eles não tiveram programa eleitoral. A coligação é que teve.

A Oradora: ... se limitar, em grande parte, a formular objectivos e acções que se propõem implementar, acções essas já iniciadas pelos anteriores programas do Partido Socialista, e isto é notório no que se refere às políticas de solidariedade social, ou talvez se deva ao facto de alguns dos vossos colegas de partido dizerem que o vosso programa, a vossa discussão política e o conjunto de propostas a esta inerentes foram e cito: "...pouco realistas, pouco inovadoras". Isto não é a minha opinião. Estou a citar o Dr. Adolfo Lima.

"É preciso ter em conta que a qualidade de vida dos açorianos evoluiu de forma significativa.

Por outro lado, não esqueçamos que a política de governo de Carlos César para a terceira idade e para a aplicação do Rendimento Mínimo Garantido foi bastante eficaz".

Não sou eu que estou a fazer esta apreciação, estou apenas a citar.

Deputado Paulo Messias (PS): *Muito bem!*

A Oradora: Em relação à questão colocada pela Deputada Maria José Duarte, eu gostaria de recomendar uma consulta ao Programa Regional de combate ao uso e mau uso de substâncias psicotrópicas e em particular a um objectivo que remete uma avaliação concreta da situação vivida na Região Autónoma dos Açores.

Por certo as medidas a desencadear em termos de novas estruturas a criar na Região Autónoma dos Açores decorrerão da análise que venha a ser feita dessa situação.

Aproveitaria ainda, se me restam alguns segundos, para lembrar ao Sr. Deputado Jorge Macedo, que falou na falta de prevenção primária nas toxicodependências nos Açores, que os governos do Partido Socialista desenvolveram acções no âmbito de formação de equipas de rua, de prevenção em meio escolar, de prevenção em meio familiar, de intervenção nocturna em espaços recreativos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Foi muito pouco.

A Oradora: Não foi. Pode ser para si, mas se é para si representa a visão que o senhor tem destes problemas.

Lembrar-lhe-ia ainda que cada vez que este Governo Regional abre uma creche, cada vez que este Governo Regional abriu um centro de ocupação de tempos livres para crianças e jovens, retirando-os da rua e inserindo-os em actividades organizadas que promovem o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, cada vez que este Governo Regional incentivou o associativismo juvenil, incentivou a prática desportiva, esteve a fazer prevenção primária.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

Deputado Osório Silva (PS): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de direccionar a minha pergunta ao Sr. Secretário dos Assuntos Sociais, gostaria apenas de fazer uma breve referência a um comentário que a Sra. Deputada Nélia Amaral fez: referiu que o nosso discurso estava pautado por algumas críticas gratuitas e eu diria que por algumas perguntas e críticas incómodas. Eu não esperaria que tivesse contente com a nossa prestação.

Por outro lado, achava que deviam concertar as suas posições relativamente a se tínhamos ou não programa eleitoral.

Deputado Herberto Rosa (PS): Os açorianos também não sabem.

Deputado Nuno Tomé (PS): A boca foge sempre para a verdade.

A Oradora: Ainda não percebi, mas não é isso que está aqui em discussão, o que está em discussão é o Programa do Governo.

Sr. Secretário dos Assuntos Sociais, como já foi aqui realçado pelo Sr. Deputado Jorge Macedo, este Programa do Governo é, relativamente a medidas concretas, mais descritivo quanto ao passado do que em relação ao futuro. Mas, quanto a isso o senhor vai responder-me que algumas dessas questões vão estar no Plano. No Programa do Governo referem que no plano de investimentos de saúde dos últimos anos desenvolveram trabalhos preparatórios para a construção do novo Hospital de Angra do Heroísmo, mas em relação ao futuro nada é dito em concreto, eu gostaria de saber qual é a posição do Sr. Secretário relativamente à construção de tão importante infra-estrutura de saúde para a nossa Região, designadamente os prazos previstos para início e conclusão da obra?

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

(* **Deputado Manuel Avelar (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente para, em relação à Sra. Deputado Carla Bretão e ao Sr. Deputado Pedro Gomes, que são novos aqui tal como eu, mas sou um pouco mais velho, explicar que estamos a debater um Programa, conjunto de objectivos que temos para os próximos 4 anos.

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor está cá há mais tempo e ainda não percebeu isso.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O que é isto?

O Orador: Em Janeiro possivelmente estaremos cá para debater o Plano e Orçamento e aí teremos coisas concretas para debatermos.

Vamos ao debate do Programa do Governo que é extremamente importante.

Muito obrigado.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(* **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Quero saudar os novos deputados que, como eu, estão aqui pela primeira vez e também uma saudação aos Sr. Membros do Governo.

Relativamente às questões da saúde queria saudar o Sr. Secretário que há pouco interveio, que pela primeira vez está neste plenário, tal qual como eu, e que abdicou duma posição, tal como outros, que tinha, para vir servir os interesses superiores dos açorianos. Isso é de louvar e é de dignificar a classe política. Só por essa matéria, gostaria de vos louvar.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Tal como a gente louva.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Não é bem assim.

O Orador: Relativamente às questões que são aqui faladas sobre a saúde, admira-me muito o PSD vir falar em saúde e querer governar, porque quando se fala de economia, o PSD fala de nuvens negras, quando se fala de saúde, fala de cemitérios. Assim nunca os açorianos vão confiar em vós.

Relativamente aos assuntos cemitérios...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Cemitérios políticos.

O Orador: ... e dos Secretários que por aqui passaram, gostaria de dizer que este governo se tem pautado por boas políticas de saúde e eficiência na sua gestão. Tem sido feito um trabalho continuado para essa optimização e para essa melhoria. Ele vai ser continuado e os açorianos têm muita melhor saúde, a avaliar por aquilo que nós vemos, porque basta vermos os telejornais e os jornais do Continente, basta analisarmos os números da Região Autónoma da Madeira para percebermos que os socialistas açorianos são melhores que toda a direita nacional a governar a nossa saúde.

Por isso os açorianos têm melhor saúde e continuarão a ter melhor saúde com este Governo Regional.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ninguém acredita!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

(*) Deputada Maria José Duarte (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Nélia Amaral, não sei se entendeu, mas as perguntas que formulei foram dirigidas ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais e não a V. Exa..

Muito obrigado.

Deputada Nélia Amaral (PS): Haja paciência, Sr. Deputada!

Deputada Maria José Duarte (PSD): Haja paciência, digo eu!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar agradeço as questões que foram colocadas e o elevado número de inscrições para pedidos de esclarecimentos demonstra bem a importância que a saúde e as políticas de solidariedade e segurança social têm neste Região e por isso nos comprometemos a implementá-las e a defendê-las.

Vou responder ao Sr. Deputado Pedro Gomes dizendo-lhe que não estive muito atento àquilo que eu disse na minha intervenção.

Aquilo que eu estou a defender e vou continuar a fazê-lo vem na sequência de Programas de Governo que são conhecidos, que estão aprovados e de medidas que foram implementadas.

Também gostaria de dizer ao Sr. Deputado que a aspirina é de venda livre e que eu, pelas funções que desempenho, estou totalmente impedido de prescrever nem que seja uma aspirina.

Queria também dizer ao Sr. Deputado Pedro Gomes que lamento imenso que esteje a passar um atestado de incompetência aos profissionais de saúde da Região quando diz que a saúde na Região está pior.

Os indicadores que nós temos a nível regional e que foram aqui apresentados demonstram bem que, apesar dos limites e das condições que nós temos de poucos recursos humanos em determinadas áreas específicas, trabalhamos bem e esses médicos têm garantido uma melhor e mais saúde para todos os açorianos. Basta ver a taxa de mortalidade infantil que é nitidamente o indicador que mostra que a qualidade de saúde e a prestação de cuidados é eficiente.

Eu não acredito que os meus colegas médicos, enquanto desempenham as suas funções e eu desempenhei as minhas, que fizeram o vosso programa se sintam muito confortados com esta intervenção.

Queria dizer-lhe que as prioridades fundamentais para o Serviço Regional de Saúde são garantir a acessibilidade, promover a saúde e a prevenção da doença.

Como é que vamos garantir a acessibilidade dos cidadãos ao Serviço Regional de Saúde?

Vamos pensar que tal como está estabelecido e está legislado, a porta de entrada no Serviço Regional de Saúde são os Centros de Saúde.

Os Centros de Saúde da Região têm especialistas que são os médicos de clínica geral.

Neste momento, por problemas que não são da nossa responsabilidade, porque não somos nós que definimos a abertura de vagas para a entrada de médicos em clínica geral, mas sim o Governo Central, temos dificuldade em que haja médicos que, no seu internato complementar, optem pela especialidade de clínica geral e o que acontece é que neste momento temos 126 médicos de clínica geral distribuídos em toda a Região para dar cobertura a toda a população.

Nos centros em que há maior limitação e menor número de recursos humanos, nos grandes centros, evidentemente que a taxa de cobertura não é satisfatória, mas temos que arranjar alternativas e por isso eu disse no meu discurso que vamos tomar iniciativas legislativas ou outras que permitam rentabilizar os recursos que temos nos Centros de Saúde de maneira que os médicos, com o envolvimento que têm, com a sua competência e disponibilidade que eu espero que venham a ter, possamos alargar a cobertura aos utentes que ainda não têm médico de clínica geral no serviço público, nos Centros de Saúde.

Esgotadas as capacidades de serviço público podemos avançar para a situação, que está prevista no Estatuto, que é recorrer à prestação de cuidados em serviço privado.

Relembro aqui nesta câmara, e é bom que recuemos uns anos atrás, que em 1991 os médicos do Centro de Saúde de Angra do Heroísmo propuseram à então secretaria a solução das listas de utentes, principalmente daqueles que não tinham cobertura por médico de família. Escusado também será dizer que essas propostas, que partiram do quadro clínico do Centro de Saúde de Angra, não tiveram a aceitação nem a aprovação do então Director Regional de Saúde.

Também relembro que em 1994 nesta Assembleia foi apresentado, pelo vosso partido, um projecto de decreto legislativo regional na tentativa também de solucionar esta situação e que não foi implementado por ter sido considerado inconstitucional, porque o Decreto-Lei nº 73/90, diz que os médicos de clínica geral têm que ter uma lista de cerca de 1500 utentes e passado esse número não é possível autorizar a abertura dessas listas.

É também importante dizer que a grande maioria dos médicos de clínica geral nesta Região já têm todos nas suas listas mais de 2.000 utentes e não lhes é reconhecido nenhum benefício por isso. Eles têm esse número, porque têm-se empenhado seriamente na tentativa de solucionar esta carência.

Quero ainda lembrar que a grande maioria dos 126 médicos que estão nos Centros de Saúde já têm mais de 50 anos e a própria legislação dá determinadas condicionantes ao exercício da actividade quando se atinge determinada área. Este é um problema estrutural que nós temos.

Portanto, ou vamos manter a prestação de cuidados centralizada, como porta única de entrada no Serviço Regional de Saúde dos Centros de Saúde, ou temos que alterar a filosofia de cuidados, mas isso tem que passar por alteração de legislação a nível nacional.

A nossa disponibilidade e a nossa convicção é que vamos ter capacidade, em colaboração com os médicos dos Centros de Saúde, com a Associação Portuguesa dos Médicos de Clínica Geral e com a Ordem dos Médicos, para arranjar uma forma intermédia de podermos, de facto, dar satisfação à falta de médicos de clínica geral na Região.

Quero dizer-lhe que a seu tempo faremos chegar a esta Assembleia e a todos os interessados as nossas propostas para discussão e aprovação.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que fizesse um esforço de síntese.

O Orador: Quero dizer Sra. Deputada Maria José Duarte que, em relação às estruturas e equipamentos de tratamento e controlo de toxicodependência e alcoolismo, o Serviço Regional de Saúde se articula em protocolos com as Casas de Saúde preferencialmente. Neste momento há três instituições em S. Miguel e vai abrir uma para jovens, há uma na Terceira e vamos continuar a incentivar o protocolo nestas áreas.

Também vamos incentivar a articulação com o IDT, a nível nacional com os Centros de Acolhimento e de Recuperação de Toxicodependentes.

Neste momento posso-lhe dizer que temos 41 jovens deslocados da Região em tratamento nessas comunidades terapêuticas.

Portanto, vamos consolidar esta articulação e dinamizar estes cuidados no âmbito da prevenção.

Sobre a questão das famílias estruturadas vamos continuar com as nossas equipas de campo para, junto das famílias que estão identificadas nas comunidades que têm estes problemas de disfunção, tentarmos encontrar alternativas em que seja possível intervir, melhorar e rentabilizar a sua actuação neste âmbito.

Recordo e cito aqui as palavras do Sr. Deputado Costa Pereira, com as quais concordo plenamente, quando diz que: “a família é a estrutura nuclear deste processo”. Nós continuamos a defender que, de facto, a família é a estrutura nuclear e é sobre a família que temos que intervir se queremos ter programas de prevenção e de promoção, principalmente nesta área da toxicodependência e da droga.

Relativamente à construção ou não do Hospital de Angra quero dizer à Sra. Deputada Carla Bretão que este processo não está parado. É um compromisso do Governo e há vários estudos que foram pedidos pelos respectivos secretários anteriores, estão documentados. Esses estudos foram feitos em parceria com a saúde, com a Direcção Geral de Equipamentos e Instalações do Ministério da Saúde, com a Secretaria Regional do Ambiente e da Habitação e Equipamentos, de maneira a definirmos os terrenos ideais onde possa ser instalada uma estrutura desta natureza.

Temos também que discutir com os profissionais que trabalham no Hospital de Angra para saber se há ou não a necessidade premente de fazer um investimento numa estrutura desta natureza, porque podem surgir outras alternativas.

O compromisso está assumido e vamos dar continuidade a isso.

O que nós pretendemos é rentabilizar e reorganizar os serviços e não queremos correr o risco que se correu com a construção do Hospital de Ponta Delgada e com as dificuldades que trouxe na sua manutenção, como é do seu conhecimento.

Temos que salvaguardar isto e temos que perspectivar o futuro, porque nós sabemos que até 2010 temos muitos médicos em formação e temos que redimensionar os quadros e saber aquilo que temos e o que queremos fazer.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Eu reafirmo as observações que aqui fiz e volto a lembrar o seguinte:

Estamos num contínuo período de governação durante oito anos. O Sr. Secretário pode citar exemplos de 91, 92 ou de 93, mas o que é verdade é que o Partido Socialista e esta maioria está na governação dos Açores há 8 anos, legitimada pelo voto popular, com certeza, voto democrático e, portanto, com toda a liberdade para assumir as suas opções, quer sejam legislativas, quer sejam elas de natureza funcional e de estruturação do Serviço Regional de Saúde.

Quero recordar-lhe, Sr. Secretário, que nesta câmara, mesmo no período de 96 a 2000 em que não havia maioria absoluta do Partido Socialista, nenhuma medida legislativa de carácter estrutural para o Serviço Regional de Saúde ficou por tomar por oposição do Partido Social Democrata.

Quero lembrar-lhe aqui as alterações que foram introduzidas por proposta do Partido Socialista ao Serviço Regional de Saúde, em relação às quais o PSD se absteve, viabilizando assim a sua aprovação, nas quais estavam as unidades de saúde de ilha, das quais apenas duas estão instaladas, o Pico e S. Jorge.

Portanto, não foi por oposição do PSD, nem por limitação introduzida pelo PSD que nenhuma medida essencial de carácter estrutural do Serviço Regional de Saúde foi tomada de 96 para cá.

Se outras medidas não foram tomadas para resolver alguns dos problemas do Serviço Regional de Saúde foi por incapacidade do governo ou desta maioria de as aprovar e as propor a esta Câmara. Que isto fique bem claro neste debate.

Em segundo lugar, Sr. Secretário, é óbvio que há um conjunto de indicadores...

Deputado Francisco Coelho (PS): De contenção.

O Orador: ... positivos no Serviço Regional de Saúde a começar pela taxa de mortalidade infantil, que é obra deste Governo, mas também é obra de todo o esforço que foi feito desde a consolidação da autonomia, porque a diminuição da taxa de mortalidade infantil não acontece por obra do acaso nem por uma política de um ano, é a continuidade duma política consolidada nesse sentido e a tendência é de decréscimo da taxa de mortalidade infantil.

Agora, o que é verdade é que alguns dos problemas estruturais estão cá: listas de espera acima do que é clinicamente aceitável. Lembro-lhe, por exemplo, que a lista de espera para fazer um TAC, aqui no Faial, é de dois anos. Isto é inaceitável, quer do ponto de vista clínico, quer do ponto de vista de cidadania.

Podemos falar de várias especialidades, nomeadamente cirurgia pelas várias unidades de saúde da Região.

Este é que é o problema, Sr. Secretário, e é para esses problemas que tem de haver resposta.

O que é verdade é que tem havido uma desestruturação do Serviço Regional de Saúde.

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Francisco Coelho)

O Orador: Ó Sr. Deputado Francisco Coelho, isto é um debate sério.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O senhor que acusa a oposição de não querer fazer debate, no momento em que nós estamos aqui a tentar debater com seriedade algumas questões, está a brincar.

Deputado Francisco Coelho (PS): O senhor é muito susceptível.

O Orador: Não sou muito susceptível, V. Exa. é que é muito brincalhão.

Sr. Secretário, o problema é que há alguma desestruturação do Serviço Regional de Saúde.

Nós temos os Centros de Saúde com recursos limitados do ponto de vista médico e de pessoal de enfermagem.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): No serviço de enfermagem não é bem assim.

O Orador: Sr. Secretário, eu lembro-lhe os casos de S. Jorge, Graciosa e Santa Maria que têm 2 ou 3 médicos de clínica geral e, como sabe, tem havido um disparo, quer no atendimento urgente, quer no número de consultas e tem havido uma distorção brutal, porque os cidadãos são levados a entrarem na urgência dos hospitais.

Portanto, estes são alguns problemas que distorcem do nosso Sistema Regional de Saúde. É para esses que tem de haver resposta e o Governo Regional do Partido Socialista e esta maioria não foi capaz de dar resposta a estas questões durante os últimos dois anos. Esse é que é o problema, Sr. Secretário.

Isto não é uma crítica generalizada que eu faço aos médicos nem ao pessoal de enfermagem, eu faço uma crítica é à maneira estrutural como o Sistema Regional de Saúde está gerido e administrado.

Para terminar, porque o meu tempo deve estar no fim, quero perguntar ao Sr. Secretário Regional o seguinte:

O que é que este Governo Regional se propõe fazer do ponto de vista da gestão financeira deste sistema?

Tem abundado nos últimos tempos os relatórios do Tribunal de Contas sobre a anormal gestão dos dinheiros públicos em unidades de saúde da Região e lembro, por exemplo, o caso recente das unidades de saúde do Pico.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não é verdade.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Pura ignorância.

O Orador: É verdade. Está nos relatórios do Tribunal de Contas.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Além de não saber usar a defesa da honra, também não sabe ler.

O Orador: Sr. Deputado Lizuarte Machado, eu tenho todo o gosto em dar-lhe uma cópia do relatório do Tribunal de Contas de auditorias realizadas aos centros de saúde da sua ilha, para que leia.

Eu sei ler e posso ajudá-lo a interpretar o relatório do Tribunal de Contas.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse com alguma rapidez.

O Orador: Vou concluir dizendo que há também problemas de gestão de dinheiros públicos nessas unidades de saúde.

Deputado Francisco Coelho (PS): O seu cabeça de lista pela Graciosa poderá informá-lo sobre essa matéria.

O Orador: Queremos saber o que é que o Sr. Secretário Regional e este Governo se propõem fazer nessa matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço e retomaremos pelas 15,00 horas.

Entretanto, passo a anunciar os tempos ainda disponíveis.

Partido Social Democrata dispõe de 58 m;

Partido Socialista dispõe de 114 m;

Governo dispõe de 58 m;

O PP já não tem tempo.

(Eram 13,00 horas)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 15 minutos)

Retomando o debate, dou a palavra para esclarecimentos à Sra. Deputado Maria José Duarte e dispõe de 3 minutos.

(*) **Deputada Maria José Duarte (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário referiu que se tem procedido ao encaminhamento de doentes toxicodependentes em fase de tratamento para comunidades terapêuticas no Continente.

Todos nós sabemos e certamente estamos de acordo que isso traz graves consequências para o doente, quer no isolamento que isso acarreta assim como a falta de apoio familiar, extremamente importante nesta fase.

Como também o Sr. Secretário deve ter conhecimento, foi elaborado um relatório da Comissão Permanente dos Assuntos Sociais em que no seu ponto 10 das conclusões aconselha o Governo a criar uma unidade terapêutica aqui na Região.

Gostaria de saber se realmente está prevista a criação dessa unidade e em que ilha?

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais para responder às questões colocadas.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à pergunta colocada pela Sra. Deputado Maria José Duarte, devo dizer-lhe que essa é uma questão que faz parte dessa recomendação.

Neste momento não estão criadas ainda as condições que nos digam que é benéfico criar uma comunidade terapêutica na Região.

Esta é uma questão que é passível de avaliações das áreas dos profissionais que estão envolvidos com a problemática da toxicodependência, que vai avançar precisamente, como vos disse no início e na sequência das minhas intervenções, no sentido de estudar e avaliar. Se se concluir que neste momento se justifica a criação duma comunidade terapêutica na Região, criá-la-emos e poderá ser criada anexa às Casas de Saúde de S. Miguel.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

Deputada Carla Bretão (PSD): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

(*) **Deputada Fernanda Mendes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Gomes:

Para que não se diga que não há continuidade nas políticas dos governos do PS, para que não se diga que há uma anormal gestão do Serviço Regional de Saúde, para que não se diga que há uma amnésia geral sobre estas questões e para que se compreenda um pouco melhor o que é isto do problema estrutural da saúde, gostaria de lembrar que nos anteriores Programas de Governo do PS, quando se fala em instalações, tecnologia e equipamentos dizia-se uma coisa deste género: “No âmbito do desenvolvimento da sociedade de informação, o Programa Açores/Região Digital terá cabimento através de diversas acções em que a telemedicina ...”.

Para dar conhecimento temos neste momento um projecto que vem na continuidade do Sistema de Informação da Saúde-Região Digital, que é um projecto estruturante, arrojado e ambicioso, que visa o sistema regional de recenseamento de utentes, ou seja, o Cartão de Utente que, como sabe, já está sendo emitido ao ritmo que a própria Casa da Moeda vai podendo fazer, que permite um sistema integrado de gestão de unidades de saúde, mas não é a gestão económico-financeira somente, mas também a gestão dos utentes, é a gestão das agendas e marcações, é o processo clínico electrónico com tudo o que isto engloba, a prestação de cuidados ambulatoriais, domicílio, internamento,

urgência, bloco operatório, hospital de dia, respectiva prescrição de meios complementares de diagnósticos e terapêuticas e análises.

Tudo isto permite também a gestão de todos os recursos materiais, humanos e financeiros, auditoria e informação, - o Sr. Deputado sabe que a questão da informação na nossa Região é um problema e na saúde também o é - permite um sistema integrado da gestão do Serviço Regional de Saúde e o apoio à decisão de planeamento, etc, etc, etc.

Quero dizer que se tem vindo a trabalhar e neste momento já se encontra na fase da compra do hardware para todo o Sistema Regional de Saúde. É um projecto ambicioso e que vai permitir também que possamos fazer uma gestão económico-financeira mais eficiente.

Quando se fala de controlo de custos na saúde nós temos que pensar bem do que é que estamos a falar, porque o controle de custos na saúde só se processa por três vias:

- Diminuição da qualidade, impedindo que entre novas tecnologias no sistema, que são caras e, com certeza, ninguém deseja isto para o Serviço Regional de Saúde :

- Aumento da eficiência que tem a ver com os instrumentos de gestão existentes neste momento, que estão a ser implementados com orçamentos planeados e com contratualização dos cuidados de saúde, permitindo o controle;

- Diminuição do investimento público na despesa com a saúde, promovendo indirectamente que os cidadãos, através do seu bolso, vão aos cuidados de saúde.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

Deputado Rogério Veiros (PS): Prescindo.

Presidente: Passamos às intervenções de tribuna.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Aras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais gostaria, Sr. Presidente, de desejar-lhe os maiores sucessos no exercício das suas funções, bem como ao jovem IX Governo Regional dos Açores que agora inicia o seu mandato.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O desenvolvimento sustentado e sustentável de um país, região ou comunidade, só é possível quando gerado num núcleo matricial estruturante constituído pela Educação, onde se inserem a escolaridade e formação profissional, e pela Saúde, cujo objectivo não é só melhorar saúde das pessoas e da comunidade, mas, também, prevenir contra o custo financeiro da doença.

Assim, ao se eleger alguns sectores como prioritários para se dar continuidade ao crescimento económico e ao desenvolvimento dos Açores, como o Agrícola e o do Turismo, sectores essenciais da economia açoriana, como vem referido no Programa do IX Governo Regional dos Açores, agora em debate, assenta nessa realidade inquestionável.

Ao longo do século XX os sistemas de saúde tiveram um papel importante no aumento da esperança de vida, tendo contribuído para melhorar a saúde e bem-estar de biliões de homens, mulheres e crianças no mundo.

Este facto, de acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), no seu relatório de 2000, levou a que a esperança de vida à nascença a nível mundial, que era de somente 48 anos, há meio século, passasse para 66 anos, em 2000. E que, na Europa dos quinze, em 2001, era já de 78 anos, em Portugal de 76,5 anos, e nos Açores de 73,6 anos;

Porque muitas vezes se fala de ânimo leve das questões relacionadas com o financiamento da Saúde, é bom lembrar que os Sistemas de Saúde têm sido ainda alvo de uma transferência maciça do esforço económico da má saúde. Até há pouco tempo essa carga manifestava-se sobretudo por uma baixa produtividade na medida que as pessoas morriam jovens, ou ficavam doentes e restabeleciam-se sem condições (má saúde) para trabalhar com pleno rendimento.

O sucesso no prolongamento da vida e na redução das incapacidades têm levado os sistemas de saúde a assumirem esse esforço crescente através dos custos dos medicamentos e na luta contra doenças como a diabetes, hipertensão, cardiopatias, que permitem às pessoas continuarem activas e produtivas.

Actualmente, os sistemas de saúde representam um dos principais sectores da economia mundial. Em 1997, as despesas consagradas aos cuidados de saúde a nível mundial eram à volta de **\$2.985 mil milhões**, ou seja 8% do produto interno bruto a nível mundial, e a Organização Internacional do Trabalho estimava a existência de 35 milhões de agentes de saúde efectivos no mundo. Estamos a reportar - nos a dados relativos a 1997!

Ainda de acordo com o mesmo relatório da OMS, o aumento dos recursos utilizados pelos sistemas de saúde é em parte uma simples transferência de fundos que se destinam a repor, antecipadamente, as perdas económicas devido à doença e às mortes prematuras.

Na nossa opinião, a transferência desta pequena fatia da riqueza não deveria ser encarada como uma mera despesa corrente, com toda a carga pejorativa que muitas vezes lhe é atribuída, mas antes, como um investimento, já que se trata de um Sector, tal como a Educação, que visa o desenvolvimento e equilíbrio das pessoas, enquanto sujeitos e predicados da própria acção política na sua globalidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr., Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Saúde é um direito constitucionalmente instituído e um bem fundamental que difere de todos os outros, na medida em que o nosso corpo é diferente de todas as outras coisas que reivindicamos como nossas. Não há dúvidas que podemos perder uma casa, um automóvel mas não podemos conceber a ideia de uma pessoa desencarnada.

Esta é uma das razões porque os seguros de doença são muito mais complexos do que todos os outros seguros: se um carro vale 10 000 euros, e a reparação de uma avaria custa 15000 euros, o Seguro não reembolsa mais do que os 10 000 euros. Em Saúde, porque não é possível substituir o corpo, é também impossível fixar um limite para as despesas de saúde.

Também é sabido que o progresso tecnológico da medicina, ao contrário do que sucede noutros sectores económicos, não leva ao aumento da produtividade, ou seja, não tem possibilitado efectuar mais cuidados de saúde, nem levado a uma diminuição dos seus custos, já que esse progresso consubstancia-se na maior parte das vezes na criação de novos produtos, quase sempre mais caros e alguns extremamente caros, e que na maior parte das vezes não substitui os anteriores, antes concorrem em acumulação. Todos sabemos que as ecografias não substituíram os Rx convencionais, nem estes foram substituídos pelas tomografias axiais computadorizadas (TCS) e assim sucessivamente com outros equipamentos, técnicas e tecnologias.

Estes factos acentuam os diversos desajustes das leis do mercado, como os riscos subjectivos e as informações inexactas ou tendenciosas, e explica porque o mercado funciona pior na saúde do que para outros bens, e fornece algumas das razões porque devem os Estados ter um papel essencial nesse Sector – papel que o IX Governo da Região Autónoma dos Açores, e terceiro do Partido Socialista, continua a assumir na sua plenitude.

O Programa do Governo, agora em debate, e no que respeita à Saúde, tem em conta esses pressupostos e a sua importância no desenvolvimento integrado da Região. Os seus objectivos estratégicos sustentam-se na componente ideológica nascida do entrecruzamento da primeira Constituição da República Portuguesa, pós 1974, e da Lei Arnault de 1979, de cunho indelével do Partido Socialista, resistente, até hoje, a todas as investidas oportunistas da direita liberal no que concerne aos seus princípios.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A melhoria da saúde dos açorianos, constatada através dos indicadores de saúde, a melhoria das respostas da oferta procurando ir ao encontro das expectativas das pessoas, e a protecção financeira contra os custos de uma má saúde, através de um Sistema Regional de Saúde sustentado num Serviço Regional de Saúde, baseado num seguro obrigatório, pago previamente com os impostos a que todos estamos obrigados, é a essência, o núcleo, onde se enxerta a política de Saúde do IX Governo Regional, onde se podem ver contempladas as questões que devem mobilizar os agentes relacionados com a sua operacionalidade e respectiva agenda para os próximos 4 anos.

As estratégias para a Saúde consagradas no Programa do IX Governo Regional a desenvolverem-se através das medidas preconizadas para cada um dos seus objectivos, visam, na sua essência, a concretização da missão do SRS, que é, em última estância, a melhoria da saúde dos açorianos.

É através do desenvolvimento do sistema de cuidados integrados e sua gestão “on line”, do acompanhamento da introdução das novas técnicas e tecnologias nas intervenções de cuidados de saúde, da maximização da utilização dos recursos disponíveis, e, ainda, do exercício de tutela, concretizado no acompanhamento rigoroso e controlo da gestão económico-financeira do Sistema, da responsabilidade da Sudaçor, que se poderá responder aos desafios da eficiência e efectividade desses mesmos cuidados de saúde.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A bondade dos objectivos e respectivas medidas contidas no Programa do IX Governo Regional dos Açores no que à Saúde respeita, e a concomitante exigência de rigor nas suas concretizações, são tarefas complexas por a sua abrangência se localizar em esferas tão diversas como a da prestação de cuidados, a “produção” de recursos humanos e físicos necessários aos seus fins, o financiamento, e a sua administração geral.

Concerteza que estas dimensões obrigam a um esforço colectivo para a sua compreensibilidade, a um olhar político acutilante e alargado na sua percepção e apreciação, e uma exigência de rigor na sua concretização. Estou certa que todos os seus actores estão prontos a corresponder a estes desafios, em prol do desenvolvimento dos Açores e da saúde de todos os açorianos.

Disse!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No início desta minha intervenção quero deixar uma primeira palavra de saudação para o Sr. Presidente e para a investidura parlamentar do Governo e cumprimento ao Sr. Presidente na condução dos trabalhos nesta legislatura.

Quero também deixar uma palavra de saudação ao Governo e em particular ao Sr. Secretário da Saúde, tema que abordarei na minha intervenção.

Um dos melhores indicadores de progresso de uma sociedade moderna reside no estado de saúde dos seus cidadãos.

Uma sociedade desenvolvida tem prioridade política na promoção da saúde e no combate eficaz à doença de todos e de cada um.

A ideia da saúde para todos impõe projectos de inclusão para as pessoas sem recursos, combate aos flagelos da vida, do álcool, da droga, das doenças transmissíveis tais como a sida, das doenças crónicas, do envelhecimento da população e do aumento dos cuidados geriátricos. Ela impõe-se na opção de uma medicina preventiva e no investimento por uma medicina predictiva, que na actualidade começa a ter relevante importância.

A política regional de saúde, no âmbito da defesa da vida, deve assegurar acessibilidade facilitada a mães grávidas e a crianças de tenra idade.

Vislumbramos como estratégia a progressiva implementação de um programa regional de saúde escolar de âmbito multidisciplinar, de modo a promover uma educação para a saúde o mais cedo possível, garantindo assim uma melhor prevenção da doença.

Importaria dar oportunidade a todas as crianças, que iniciem o primeiro ciclo, a terem acesso a uma consulta de oftalmologia, de medicina dentária e de otorrinolaringologia.

Garantir, com eficácia fiscalizada, o acompanhamento médico e de enfermagem a todas as grávidas durante o período de gravidez e durante o primeiro ano de vida da criança.

Mas esta não tem sido uma prioridade estratégica e coerente na prática dos governos do Partido Socialista.

Em oito anos e dois governos, foram já quatro os responsáveis governativos por esta área da governação.

Apesar da continuidade dos programas de governo, a verdade é, no entanto, que a prática governativa foi sempre mais casuística, conjuntural e em função das opções e da visão pessoal de cada um dos diferentes membros do Governo.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O Presidente do Governo dispensou-se da sua obrigação de assegurar qualquer coordenação política em matéria de Saúde. Limitou-se a exonerar e a nomear Secretários.

Na saída de cada um dos Secretários da Saúde exonerados, registamos sempre com mais relevo a sensação de alívio dos que saíam do Governo e a falta de convicção dos novos Secretários Regionais nas propostas do programa do Governo.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: É por isso que hoje, no debate do Programa do terceiro governo da responsabilidade do Partido Socialista, atendemos cada vez menos às generalidades, de mui abalada credibilidade, escritas no programa do Governo e atendemos mais à responsabilidade do quinto Secretário Regional da Saúde, que na passagem do oitavo ano se apresenta a este Assembleia Legislativa.

Aliás, este modelo escrito de Programa do Governo é mais um relatório conformado de algumas actividades realizadas, do que é, como devia ser, um documento de formulação de políticas estratégicas e de definição de prioridades.

Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais,

É urgente aumentar a confiança dos açorianos na sua acessibilidade aos cuidados de saúde.

Afinal, estivemos perante uma política de saúde que, na generalidade, foi descontínua, desarticulada e incoerente, incapaz de promover a gestão eficaz dos recursos materiais, técnicos e humanos, sem aptidão para lidar com os profissionais de saúde e onde os principais prejudicados foram sempre os utentes.

A herança que recebe não é a mais estimulante. O seu desafio governativo é, por isso, maior e mais difícil.

Pela sua duração política e pela Saúde dos açorianos, esperamos pela sua capacidade de resistência e pela inteligência estratégica na execução da sua política de Saúde.

Não confiamos na fragilidade deste programa do Governo.

Não cremos que, também, possa confiar na letra deste programa do Governo ou ter a esperança de que a Saudação seja a garantia do êxito e do mérito da sua política de Saúde.

Também o extinto Instituto de Gestão Financeira da Saúde nos foi apresentado nesta casa como o instrumento essencial e suficiente para resolver então todos os problemas do Serviço Regional de Saúde.

Afinal teve vida curta e foi recentemente substituído pela nova esperança para os problemas financeiros da saúde nos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Os cuidados primários de saúde são a principal porta de entrada e, na maioria das vezes, o primeiro ponto de contacto do utente com o Serviço Regional de Saúde, motivo pelo qual é fundamental um maior desenvolvimento desses cuidados, mormente numa região como os Açores, com três hospitais e dezasseis centros de saúde.

Os cuidados primários de saúde deverão ser o principal PILAR dos cuidados de saúde, num sistema de saúde moderno, eficiente, capaz de responder atempadamente às necessidades dos utentes.

Para tal é imperioso um reconhecimento efectivo do papel preponderante do médico de família, na avaliação do estado de saúde do utente e na gestão da própria doença, conferindo uma maior funcionalidade e proximidade do sistema junto dos cidadãos.

Na área da medicina geral, o Programa do Governo Regional anuncia que vai assegurar a cobertura assistencial a toda a população por médicos de clínica geral, contudo, não apresenta medidas concretas de execução a curto prazo que atenuem o défice de médicos de clínica geral.

Não vislumbramos nenhuma proposta concreta que, a curto prazo, assegure um aumento da cobertura assistencial nos cuidados primários.

No que se refere às “listas” de espera devem ser, em nossa opinião, elaborados, aprovados e implementados programas de combate às listas de espera cirúrgicas e de exames complementares de diagnóstico, bem como, relativamente às consultas externas.

Deputado José San-Bento (PS): O que é que os senhores têm feito?

O Orador: Mas sobre esta matéria, o programa do governo nada diz, a não ser generalidades, De 2000 a 2004 o Governo Regional somente aprovou um programa, denominado Programa Experimental de Melhoria do Tempo de Acesso aos Cuidados de Saúde, constante da Portaria nº 33/2000, de 1 de Junho, e que só teve vigência durante o ano de 2000, e ao que se sabe só terá sido aplicado no Hospital de Ponta Delgada em duas ou três especialidades.

Quanto à telemedicina, dos projectos evidenciados parece-nos que há preferência por iniciar a telemedicina a montante dos cuidados de saúde essenciais, isto é, entre os hospitais da Região e outros hospitais mais diferenciados.

No entanto, parece-nos que a prioridade da telemedicina na Região deve ser a de assegurar projectos que liguem os hospitais da Região aos centros de saúde de influência de cada um, situados nas ilhas onde não está localizado a unidade hospitalar nos domínios determinantes da teleconsulta e telediagnóstico, e nas especialidades mais comuns, quer no ambulatório, quer no serviço de atendimento permanente daquelas unidades.

Deputada Fernanda Mendes (PS): É o que existe.

O Orador: A nossa alternativa, vai no sentido da telemedicina iniciar a sua efectivação na prioridade da referência hospitalar para os centros de saúde situados em ilha diversa da unidade hospitalar.

Parece-nos, com efeito, que esta prioridade na implementação e execução da rede de telemedicina seria factor determinante para a redução, a curto prazo, dos custos sociais e financeiros relacionados com a deslocação de doentes e de especialistas.

Destacamos ainda a ausência de qualquer ideia no programa do governo sobre a importância da elaboração dum estudo que determine e contabilize os custos acrescidos que a prestação de cuidados de saúde nos Açores acarreta.

Na verdade, determinados que fossem estes custos de insularidade na saúde, os mesmos poderiam servir de argumento para o reforço de solidariedade do Estado nesta matéria.

Por fim, não se vêem novas ideias sobre o financiamento do Serviço Regional de Saúde, por exemplo sobre uma eventual negociação, no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio de 2007 a 2013, dum plano operacional e autónomo para a área da Saúde na Região.

Está na hora de pensar na saúde dos açorianos.

Está na hora de coordenar e garantir uma estratégia de qualidade e de eficiência de gestão do Serviços Regional de Saúde, à medida da competência profissional dos agentes de saúde que temos no nosso Serviço Regional.

Está na hora de mudar de atitude.

A letra deste Programa do Governo não traz nada de novo. É a continuidade duma política que já provou ser ineficaz.

Veremos a prática governativa do Sr. Secretário Regional.

Disse!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

(*) Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero esclarecer que os primeiros projectos de telemedicina são efectuados entre os Centros de Saúde e os Hospitais.

A continuidade desses projectos e a implementação dos mesmos, tal como eu disse na intervenção de esclarecimento que fiz há pouco, depende da rede de informatização de todo o sistema e da

substituição de determinados equipamentos, que se têm vindo a fazer, para que eles possam ser ligados através desse sistema.

Outra questão muito importante e interessante é quando o Sr. Deputado Bolieiro diz que o Programa do Governo é uma mera elencagem de propósitos. Eu, por acaso, tenho aqui a cópia do programa eleitoral do PSD,...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Ah! Afinal há programa!

A Oradora: ... ou melhor, da Coligação, no que diz respeito à saúde e se nós formos ver, vamos verificar que tem uma série de objectivos e uma elencagem de medidas tal como os diversos objectivos e medidas do programa do PS.

Deputado Mark Marques (PSD): Então, não era mau de todo!

A Oradora: O conteúdo é o mesmo, a forma é que é diferente.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Mas estamos aqui a discutir o Programa do Governo ou o manifesto eleitoral da Coligação?!

A Oradora: Se os Srs. Deputados tiverem um bocadinho de paciência eu quero ler uma coisa a respeito das listas de espera, que é real e é muito honesto o que aqui está escrito, mas não pelo que Sr. Deputado Bolieiro disse na sua intervenção. Há aqui uma incoerência, porque diz que é preciso uma atenção especial para as listas de espera em cirurgia, mas sendo certo que pelas particularidades do mercado da saúde elas não acabarão, porque são por si o reflexo do equilíbrio entre a procura e a oferta. Há, no entanto, que promover o programa de combate que permita reduzir o tempo de espera cirúrgica a um tempo clinicamente aceitável. Estamos plenamente de acordo.

Deixe-me lhe dizer que tem existido programas de diminuição da lista de espera.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Experimentam nalgumas unidades de saúde!

A Oradora: Não tem a abrangência que nós queremos e dizemos que vamos continuar, mas tem existido um programa de lista de espera em determinadas especialidade e isto tem que ficar claro.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito poucas!

A Oradora: É a sua opinião. Mas são muito importantes, porque nós temos que ter prioridades.

Ao mesmo tempo dizem-nos que é um desastre a gestão económico-financeira da saúde.

Ou nós temos prioridades e vamos fazer de uma forma sustentada, ou então, tal como dizia o vosso Ministro das Finanças, que, aquilo que o mais tinha surpreendido, era a conta aritmética em que queriam por um lado aumentar uma parcela e por outro criticavam porque não se diminuía.

É esta a questão que os senhores deputados estão pondo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(* **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Hoje, sobre assuntos da saúde, trouxeram-nos aqui algumas questões que merecem resposta.

A primeira tem a ver com a falta de médicos de clínica geral e, inclusive, foi apontada a falta de médicos de clínica geral na Ilha de São Jorge.

Eu queria dizer aos Srs. Deputados do PSD que, além de olharem para os números e das vagas que estão preenchidas nos quadros das Unidades de Saúde, deveriam ir comigo às Unidades de Saúde ver os médicos que estão em efectividade de funções nesses centros de saúde e a prestar cuidados de saúde primários, nomeadamente de clínica geral.

Esses médicos estão lá com o esforço de muitos secretários do Governo Regional que os senhores dizem que por aqui passaram e alguns daqueles que os senhores criticam dizendo que gerem mal as nossas unidades de saúde. É com o esforço deles que eles estão lá, com muito trabalho e com muita dificuldade.

Deputado Mark Marques (PSD): Isso é um auto-elogio a si?

Fica-lhe muito bem!

“Presunção e água benta, cada um toma a que quer!”

O Orador: Porque houve governos que, infelizmente, criaram os *numerus clausus* e arranjam-nos esta trapalhada de termos hoje poucos médicos de clínica geral.

Relativamente àquilo que os senhores dizem que não há proposta da parte deste governo para o Serviço Regional de Saúde, há muitas propostas e elas têm sido postas em prática ao longo dos anos.

Uma delas tem a ver com a informatização do Serviço Regional de Saúde que nos irá permitir dar melhor informação para que as pessoas que gerem as nossas Unidades de Saúde possam ter melhores instrumentos de gestão da saúde, irá permitir descobrir quem somos, quantos somos e ainda irá permitir que os açorianos não sejam tratados pelos Governos de Lisboa como portugueses de segunda.

Alem disso, irá permitir a implementação da telemedicina nos Açores através da rede estruturada que este Governo já há muito tempo está a colocar em prática nas Unidades de Saúde, para que a telemedicina seja um facto e não seja palavras vãs dos nossos políticos.

Relativamente à questão que aqui coloca sobre a falta de uma eventual coordenação política dos Governos do PS em relação a matéria da saúde, eu queria vos dizer que em relação à falta de coordenação política, os senhores não nos dão lição, porque não somos nós que estamos órfãos de líder.

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

O Orador: Nós estamos muito bem coordenados, muito bem orientados e os açorianos concordam com essa orientação e provaram isso no dia 17 de Outubro.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Ainda no que respeita àquilo que aqui foi dito hoje sobre a anormal gestão do Serviço Regional de Saúde, eu queria vos dizer que a gestão do Serviço Regional de Saúde é feita na sua maioria por homens e mulheres provenientes do Serviço Regional de Saúde e que os seus Presidentes do Conselho de Administração são médicos que honradamente e em muitos casos com muita luta e com muitas horas de dedicação ao Serviço Regional de Saúde, promovem as suas consultas de clínica geral, atendem os seus utentes e ainda promovem a boa gestão e a gestão racional dos recursos que nós temos na saúde.

Esses gestores já provaram em muita altura, apesar de terem que fazer outros trabalhos, que são melhores gestores do que aqueles gestores que vêm do privado, tal qual como aqueles gestores que os senhores arranjaram para os hospitais SA, para encobrir o deficit do Serviço Nacional de Saúde e que, ao fim e ao cabo, ainda é maior do que aquele que já estava quando os senhores lá chegaram.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O facto do Sr. Secretário Regional não ter pedido a palavra para dar esclarecimentos, surpreendeu-me.

No entanto, gostaria de esclarecer que a minha intervenção foi de avaliação da prática governativa e uma análise à letra do Programa Eleitoral.

Avancei com propostas que são no entendimento do PSD prioritárias para a política de saúde, o que me pareceu merecerem, gestualmente, nalguns casos, a concordância do Sr. Secretário Regional.

Esta é uma questão de regime que deve merecer coincidência nas prioridades políticas, porque a nossa preocupação é a saúde dos açorianos.

Gostava de deixar nota de alguns dados que me parecem confirmar que em matéria de saúde a política dos dois Governos do Partido Socialista não foi seguramente a melhor.

Se é verdade, e nisso concordo com o Sr. Secretário Regional, que a porta de entrada para o Serviço Regional de Saúde passa pelos cuidados primários, a evolução de 96 para 2002, parece contrariar, na prática, essa prioridade teórica.

Se avaliarmos as consultas de clínica geral de 96 para 2002, nos registos que hoje tenho, a tendência é sempre em sentido decrescente. Tenho aqui um gráfico que demonstra exactamente isso.

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso não lhe agrada!

Deputado José San-Bento (PS): Esses são dados do PSD!

Deputado Lizuarte Machado (PS): A nível nacional!

O Orador: Estes dados são oficiais e são a demonstração de ineficiência do funcionamento do sistema.

Se virmos a relação entre consultas e atendimentos urgentes temos, em 1996, 61% para as consultas e o restante para os atendimentos urgentes.

Em 2002, a maioria já era em sentido contrário.

Para lhe dar números, Sr. Secretário, em 2002, os centros de saúde fizeram menos 50.752 consultas. A quebra de capacidade de resposta dos cuidados primários é quase constante ao longo daqueles anos. Só foi atenuada pelo aumento das consultas de especialidade nos centros de saúde, cujo incremento é, como sabe, teoricamente discutível.

Ainda nas consultas de clínica geral, em 2002, fizeram-se menos 78.610 consultas, bem como o conjunto das consultas de planeamento, saúde materna e saúde infantil, que registou menos 16.835 consultas.

Deputado Francisco Coelho (PS): Em 2004 foram mais de 15 mil!

O Orador: Este é o registo da evolução do sistema.

Por outro lado, em matéria de apetrechamento de recursos humanos, em 1996, as consultas passaram de 318 mil para 267.467, em 2002.

Ora, parece-me que temos concordância teórica no ideal do funcionamento do Serviço Regional de Saúde, mas a prática demonstra que de 1996 a 2000 (data que temos dados), tudo funcionou em sentido contrário.

E é este o registo negativo da prática governativa dos Governos do Partido Socialista desde 1996 até hoje. Os dados estatísticos confirmam que a intenção deste Programa do Governo não tem correspondência com a prática governativa. Por isso lhe digo, Sr. Secretário – a sua herança é pesada e o seu desafio é maior.

O nosso compromisso será o de procurar exigir melhor política de saúde para o Serviço Regional de Saúde e para a saúde dos açorianos, naturalmente.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Francisco Coelho (PS): O pior é que vocês passam a ter 6 deputados!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para que conste e fique registado no Diário das Sessões que a disponibilidade do Governo para debater este assunto é total, conforme se prova pelo debate que antecedeu.

Esta discussão não começou com a intervenção do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro e a única razão pela qual o Governo não pode intervir neste momento tem a ver com questões de gestão de tempo que o Sr. Deputado, com a experiência que tem desta Casa, sabe perfeitamente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de fazer aqui umas breves considerações à última intervenção do Sr. Deputado Bolieiro. Realmente, os números que ele tem fazem-no chegar a essa interpretação, mas é preciso que verifique que alguma da redução das consultas materno e de acompanhamento infantil, tem a ver com dados estatísticos, tem a ver com a baixa natalidade que nós temos vindo a ter nos últimos anos. Quando faz as contas deve analisar as coisas pelos dois lados.

Relativamente às consultas de urgência e às consultas de clínica geral, é verdade. O próprio Sr. Secretário, aqui e hoje, falou sobre as dificuldades que existem ao nível da oferta no mercado de médicos de clínica geral e eu também já disse quem são os verdadeiros culpados dessa matéria, mas é preciso que se note que os açorianos, apesar de terem tido uma diminuição do número de consultas de clínica geral por indisponibilidade de agenda, não deixaram de ser atendidos nas urgências do centro de saúde e por isso o que interessa são, em primeiro lugar, as pessoas e as pessoas estão a ser devidamente atendidas e as respostas estão a ser dadas às necessidades das pessoas pelo nosso Serviço Regional de Saúde.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Lubélia Chaves.

(*) **Deputada Lubélia Chaves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma vez mais estamos a falar de números e mais uma vez se nota que se calhar a interpretação, em relação aos números, pode não ser a mesma.

Chamava a atenção do Sr. Deputado, e não sei se foi esta a interpretação que ele teve, que desde alguns anos para cá havia actos médicos que eram antes englobados como consultas de clínica geral e a algum tempo a esta parte deixaram de o ser, como é o caso da prescrição médica.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): *Muito bem!*

A Oradora: Ou seja, nas estatísticas dos centros de saúde, onde antes tínhamos consultas de urgência e consultas de clínica geral, muitos dos actos que eram considerados consultas de clínica geral passaram a ser prescrição médica ou mesmo atestados.

Presidente: Encerrado este debate, para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputado Piedade Lalanda.

Deputada Piedade Lalanda (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Parafraseando o poeta, “hoje é a primeira vez do resto da minha vida parlamentar” que subo a esta tribuna. Por esse facto, gostaria de saudar Vossa Excelência, Sr. Presidente da Assembleia, bem como os deputados e as deputadas que constituem este Parlamento. Saúdo ainda Vs. Exas., equipa que constitui o IX Governo Regional. Faço votos que este mandato, que nos coloca responsáveis pela defesa dos interesses da nossa Região, da nossa terra, seja uma oportunidade para todos, e cada um, contribuirmos para o desenvolvimento dos Açores.

Começo por congratular-me pelo facto de, o Programa do IX Governo, em particular, no que toca ao capítulo das políticas de solidariedade e segurança social, não só reproduzir o programa eleitoral que foi sufragado nas últimas eleições regionais, como traduzir grande parte, para não dizer a quase totalidade, das medidas apontadas pelo grupo de independentes que constituíram o Conselho Consultivo, a que tive a honra de pertencer.

A designação adoptada, “para um desenvolvimento social integrado”, sintetiza a ideia central de que, não é possível perspectivar uns Açores melhores se a aposta se centrar única e exclusivamente em objectivos de crescimento económico. O objectivo último deste programa de Governo é o de contribuir para a coesão social e para a melhoria dos níveis de bem-estar de todos os cidadãos, o mesmo é dizer aposta na inclusão social e no combate às desigualdades que atingem indivíduos e grupos menos favorecidos.

As políticas sociais, ou de solidariedade, quando devidamente planeadas e coordenadas, garantem a humanização da intervenção governativa. Apostar na educação, na criação de emprego para faixas sociais mais desfavorecidas, no alargamento de serviços de apoio à família, no combate à desigualdade e a todas as formas de violência, mau-trato ou abandono social, não representa apenas um dever de solidariedade, mas consubstancia a defesa da cidadania, que constrói uma sociedade que se quer mais justa, equilibrada e coesa. Aliás, os Açores são e continuarão a ser pioneiros nesta área, acrescidas que ficam as possibilidades de intervenção legislativa, ao abrigo da Revisão do Estatuto Político-Administrativo.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Ao valorizar, no contexto da governação para os próximos quatro anos, os objectivos e medidas de apoio social, o IX Governo Regional dos Açores reconhece que, sem as condições de vida adequadas, dificilmente os cidadãos poderão participar de forma activa, no desenvolvimento da nossa Região. Durante décadas, os cuidados prestados à família, em particular às crianças e o apoio aos doentes e aos deficientes, foram considerados domínios de trabalho não pago, realizado por mulheres, em geral domésticas, que assumiam essas e muitas outras tarefas como um destino e uma obrigação nem sempre ou quase nunca valorizadas.

Ao programar uma intervenção política que garanta a estabilidade das famílias e promova a inclusão social, o governo reconhece a necessidade de fazer política no feminino. Não que seja uma área para mulheres tratarem, mesmo que durante décadas elas o tenham assumido, mas porque representa a proximidade e o cuidado devido aos mais carenciados.

As políticas sociais, até agora implementadas ou que são propostas neste programa, não pretendem alimentar dependências, mas visam a emancipação dos cidadãos, ou seja, criam condições para que todos possam participar de forma autónoma e criativa, quer como utentes quer como prestadores de cuidados. Há por isso uma preocupação em aumentar as respostas ao nível local, criando estruturas de pequena dimensão, com características familiares, como se pretende implementar em relação aos idosos, bem como favorecer a formação dos prestadores de cuidados, que localmente, ou familiarmente, prestem serviço na comunidade, não esquecendo também os voluntários.

A criação da rede de amas, o reforço de medidas de apoio às famílias com doentes crónicos, idosos acamados, deficientes (nomeadamente no apoio ao transporte, no acolhimento dos doentes/idosos em períodos de férias dos familiares) são alguns exemplos das políticas sociais que este Governo pretende implementar e reforçar, apostando na proximidade dos equipamentos sociais às populações e na qualidade humana do serviço prestado.

A viabilidade de uma Política de família depende, em grande parte, da existência de uma Rede de Serviços e de Equipamentos sociais (R.S.E), como aliás está patente na “Carta Social” recentemente publicada pelo Governo Regional. Esta Rede, ao apoiar as famílias, contribui para sustentar as alterações que se têm registado ao nível da participação social das mulheres, nomeadamente em termos da sua qualificação, formação e inserção no mercado de emprego. Num contexto tradicional, de divisão das tarefas domésticas e dos cuidados às crianças, que ainda sobrecarrega as mulheres, dificilmente se pode pensar em igualdade de oportunidades, sem garantir serviços e equipamentos de apoio, quer ao nível da guarda de crianças quer na assistência a idosos, deficientes ou doentes crónicos. Apoiar os casais e as famílias com crianças e outros familiares a cargo, representa uma garantia de estabilidade emocional e, indirectamente, contribui para uma maior produtividade nos postos de trabalho.

Ao apoiar a família, os equipamentos e os serviços sociais, estão também a contribuir para uma renovação da lógica tradicional de divisão de tarefas, favorecendo uma consciência social de que, as crianças, os idosos, os doentes crónicos e os deficientes, não são problemas de mulheres ou para mulheres tratarem, mas preocupações que devem ser assumidas por todos nós, homens e mulheres, em particular, aqueles que são responsáveis pelo poder económico e político.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Apesar de o essencial do investimento, em medidas de intervenção social, englobar as questões da família, em particular do apoio à infância e aos idosos, não nos podemos esquecer que a inclusão social representa um objectivo que exige medidas concretas que apoiem outros grupos em risco, como sejam, as vítimas de violência, os repatriados, os ex-reclusos, os ex-toxicodependentes ou ex-alcoólicos, as mães adolescentes e os jovens desempregados. As respostas sociais, nestes e noutros casos, não passam apenas pela terapia ou pela recuperação de uma vida condigna, mas exigem medidas concretas ao nível do apoio, em especial, na habitação e no emprego. A este nível contam-se já exemplos positivos em termos de criação de empresas de economia social, no entanto, como aliás é referido neste programa, o governo pretende reforçar a aposta nesta área, valorizando “as iniciativas de economia social, bem como as acções de reestruturação dos rendimentos no espaço rural e de potenciação empresarial privada na área da solidariedade social”.

Um desenvolvimento social integrado, não passa apenas pelos objectivos e medidas, tradicionalmente intitulados de políticas de solidariedade, mas implica, como já foi dito nesta câmara, um trabalho interdepartamental, que operacionalize, uma intervenção conjunta ao nível da saúde, educação, habitação, emprego e acção social. A Região tem experimentado a eficácia das equipas multidisciplinares em muitos projectos de intervenção, nomeadamente a implementação do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) ou Rendimento Social de Inserção (RSI). Importa generalizar esta boa prática, aliás prevista no programa, em particular no apoio necessário às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e outras entidades que, em parceria ou em protocolo com o Governo Regional, intervêm no terreno, junto das populações.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Termino esta intervenção, convicta de que, o programa do IX Governo, no que diz respeito às Políticas Sociais, mantém uma aposta segura e firme, alargando e reforçando a qualidade da Rede de Serviços e Equipamentos sociais, e é inovador, ao valorizar: a formação de uma consciência

cívica junto dos mais jovens; a conciliação entre vida familiar e actividade profissional; o combate ao mau-trato infantil e à violência doméstica; a promoção de uma sociedade mais tolerante para com os deficientes, os idosos e todos aqueles que carecem de apoio social.

O que motiva a aposta de um Governo num conjunto de políticas sociais, não é certamente a obtenção do lucro económico, mas a certeza de que esse investimento, correctamente gerido, pode contribuir para a coesão social e o bem-estar de todos cidadãos.

Atingir ou proporcionar a Felicidade, a todos, deverá continuar a ser uma utopia da acção política. Disse.

(Aplausos da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Tenho inscrito as Sras. Deputadas Nélia Amaral e Maria José Duarte.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Piedade Lalanda:

Na Legislatura anterior, aquando da transição do Rendimento Mínimo Garantido para Rendimento Social de Inserção, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista teve oportunidade de alertar para a eventual perversidade ou efeitos perversos de algumas das alterações introduzidas.

Agora, perante dados nacionais, um relatório da Segurança Social datado de Setembro de 2004, verificamos que existiram 1833 processos cessados, abrangendo 5108 beneficiários, sendo que 58% dessas cessações se deveram única e exclusivamente ao facto de ter sido alcançado o período de atribuição da prestação, ou seja, por falta de pedido de renovação anual.

Se tivermos em conta os dados referentes ao desemprego a nível nacional, bem como os dados referentes à taxa de problemas e à taxa de pobreza persistente, parece-me difícil acreditar que esta falta de renovação anual da candidatura se traduza numa real melhoria da qualidade de vida destas famílias, parece-me antes que traduz um travão burocrático que cria uma perversão. A medida, ao invés de beneficiar a inserção destas famílias e a melhoria da qualidade de vida das mesmas, parece-me a mim, está a fazer com que algumas famílias vejam a crise em que vivem agravada.

Mas esta é minha opinião pessoal, é a minha perspectiva.

Gostava que a Sra. Deputada Piedade Lalanda pudesse partilhar connosco a sua opinião quanto a estes dados.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

(*) **Deputada Maria José Duarte (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A Sra. Deputada Piedade Lalanda ofereceu-nos um cenário, até certo ponto, paradisíaco, da situação. Simplesmente eu gostaria de contrapor o seguinte:

No Atlântico Expresso do dia 29 de Novembro deste ano, vem o seguinte:

“A Caritas manifestou preocupação com o índice de pobreza na Região, um fenómeno que deriva do elevado número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, da grave situação de precariedade económica em que se encontram muitos cidadãos em idade activa, da baixa qualificação profissional e do excesso de emprego precário.

Esta é uma situação incompreensível tanto mais que nos últimos anos têm sido activados inúmeros programas de luta contra a pobreza e exclusão social”.

Deputado Nuno Amaral (PS): Isso saiu no Expresso!

A Oradora: Eu ainda não acabei.

“Das duas uma: ou os programas estão mal direccionados...”, e é este o caso, “... ou pura e simplesmente não funcionam”, também é este o caso.

Também aqui é urgente apresentar medidas concretas.

Tenho dito. Obrigada.

Deputado Nuno Amaral (PS): A queda do Governo vai engrossar a dívida!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando pela Deputada Nélia Amaral, em relação ao Rendimento Mínimo, eu penso que não é por acaso que o PSD passou ao lado das políticas sociais, porque esta é uma área onde o Partido Socialista tem créditos.

Em relação ao Rendimento Mínimo, foi uma medida de sucesso e uma medida inovadora no combate à exclusão social que teve um sucedâneo, o Rendimento Social de Inserção, o qual um dos efeitos que teve foi burocratizar o processo e acesso dos mais desfavorecidos à intervenção social.

Esta burocratização fez perder em muitos dos casos os tais 58% e, segundo o mesmo relatório da Segurança Social, há 94.281 processos em Maio de 2004 que ainda aguardavam a transição para o Rendimento Social de Inserção, ou seja, há pessoas que estão há um ano à espera de verem o seu processo transferido e são forçosamente famílias carenciadas nesta matéria.

Quanto ao comentário da Deputada Maria José Duarte, é evidente que eu não pintei um quadro paradisíaco dos casos que necessitam de apoio. O que eu fiz referência foi que há uma resposta social nesta área, há uma aposta inovadora que não existe no Continente, com a parceria das diferentes IPSS.

Portanto, o Estado apoia as iniciativas dos particulares e tem aumentado a sua rede de apoio em todas as ilhas, em todos os concelhos e a prova está que no apoio ao domicílio, por exemplo, todos os concelhos dos Açores, estão hoje em dia cobertos a esse nível.

Portanto, há que reforçar. Ninguém disse que resolvemos os problemas todos. Dissemos que estamos atentos a esse tipo de problemas e estamos a encontrar respostas e a apostar numa área que é normalmente desvalorizada pelo PSD, porque é uma área que não dá votos e é uma área que não dá lucro, mas é uma área que torna as pessoas mais felizes.

Não disse que não havia problemas.

Nós somos uma das Regiões do País que mais recebe ou que mais processos tem na área do Rendimento Social de Inserção,...

Deputada Maria José Duarte (PSD): É uma medida que não tem dado frutos!

A Oradora: ... mas isso é uma razão para continuarmos a apostar.

Sra. Deputada tem dado frutos...

Deputada Maria José Duarte (PSD): Pelo que diz aqui não!

A Oradora: ... simplesmente a área social não se resolve de um dia para o outro. A área social necessita de tempo.

Por exemplo, o PSD, durante a sua campanha, desvalorizou os beneficiários do Rendimento Social de Inserção dizendo que eram parasitas do sistema.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quem é que disse isso?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Foi o Paulo Gusmão!

A Oradora: Com propagandas a esse nível é evidente que estas medidas são sempre desvalorizadas e os beneficiários também são.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bem sei que a questão da Deputada Maria José Duarte não me foi dirigida, mas de qualquer das formas não me vou inibir de partilhar convosco a minha opinião sobre este assunto.

Informo a câmara que, nos Açores, 44,4% dos beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido têm menos de 18 anos; 10,3 têm mais de 60 anos, o que significa que cerca de 55% não pode ou não devia estar a trabalhar.

São estes os malandros que beneficiavam do Rendimento Mínimo Garantido.

Vozes dos Membros do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Mas há mais. Em Junho de 2004, tinham sido cessados mais de 10 mil processos e, ao contrário da taxa nacional, 58% por ter atingido o prazo limite da prestação, 50% cessou por se ter deixado de verificar a carência, ou seja, porque as famílias conseguiram resolver a situação de carência económica em que viviam. Foram reintegradas no mercado de trabalho, ou porque melhoraram a sua situação profissional, porque muitas destas famílias recebiam o Rendimento Mínimo Garantido e agora o Rendimento Social de Inserção, esta prestação é um complemento dos rendimentos do trabalho.

Se formos analisar as estatísticas dos beneficiários e dos titulares do Rendimento Mínimo Garantido, o que verificamos é que grande parte tem níveis de escolaridade muito baixos e, portanto, níveis na empregabilidade muito baixos. São pessoas que às vezes trabalham ao dia ou têm trabalho muito precário. Trabalham, não são malandros e o Rendimento Social de Inserção funciona como complemento.

Deixo-vos apenas um último número: a prestação média por titular varia entre os 33 e os 66 euros. Dá para alimentar muitos vícios, realmente.

Vozes da bancada do PS e dos Membros do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não há mais pedidos de esclarecimento sobre esta matéria.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas para fazer a sua intervenção.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sendo a primeira vez que me dirijo desta tribuna à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores como membro do 9º Executivo Regional, permitam-me que saúde todas as Senhoras e todos os Senhores Deputados, e afirmar que estarei sempre disponível para colaborar convosco em tudo o que possa dignificar a nossa Região, com a convicção de que o faço perante os legítimos representantes do nosso Povo. Espero, outrossim, receber da vossa parte a mesma firmeza de convicção e de colaboração o que nos permitirá realizar as tarefas a que todos nos propusemos.

Quando aceitei assumir as funções de Secretário Regional da Agricultura e Florestas, assumi o risco de trocar algum bem-estar e conforto pelo desafio de trabalhar num sector onde a determinação, o empenho e a teimosia são traços fundamentais.

Os nossos agricultores, os agricultores dos Açores, e todos aqueles que trabalham na agricultura e nas agro-indústrias açorianas, labutam e lutam contra tanta adversidade.

Umaz vezes contra o infortúnio das condições climatéricas, outras contra a incompreensão e falta de sensibilidade de muitos, e sempre contra a escassez de meios, o afastamento dos mercados, a crescente competitividade, a massificação e a globalização que sublinham a nossa dimensão ultraperiférica.

O meu contributo e da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas do IX Governo Regional dos Açores, para este importante e determinante sector da economia, assentará em quatro vectores fundamentais.

O primeiro, respeitante à fileira do leite e dos lacticínios, onde temos algumas vantagens comparativas, vocação natural e ampla tradição, mas onde nos falta dimensão para a massificação dos mercados e nos sobra para uma fácil diversificação.

Havendo, como há, uma margem significativa para o crescimento da produção de leite, quer em consequência do crescente redimensionamento das explorações, quer da melhoria genética e de maneio do efectivo pecuário, deveremos ter como desígnio a permanente reivindicação de mais quota leiteira, porque ela é essencial ao crescimento económico da Região e ao rendimento digno dos nossos produtores, sem deixar de os alertar permanentemente para produzirem dentro dos limites dos direitos que lhes sejam atribuídos.

Simultaneamente, sentimos que devemos concentrar esforços para que sejam reduzidos os custos de produção e combatidas as ineficiências que a fileira do leite e lacticínios ainda apresenta.

O contributo do Governo, nesta matéria, centrar-se-á no melhoramento do fornecimento de água e energia às explorações, no reforço do investimento na rede de caminhos agrícolas e sua manutenção, na sanidade e bem-estar animal e na confluência de todas estas medidas para incentivar e promover mais emparcelamento.

Ainda no que à fileira do leite diz respeito, dedicaremos especial atenção à interactividade entre a produção, a transformação e a comercialização com vista à sua sustentabilidade e estabilidade, incentivando e apoiando a criação e partilha de um observatório como será o centro do leite e dos lacticínios e de um laboratório inter-profissional do leite.

Na área da transformação queremos operacionalizar um plano de marketing capaz de captar novos mercados, promover a marca “Açores”, aprofundar a certificação de queijo “DOP” e valorizar a qualidade. Queremos, ainda, contribuir para a desejável diversificação dos nossos lacticínios, apoiando a investigação e a experimentação, as parcerias e estratégias integradas, bem como estimular a produção de queijos artesanais, o registo dos seus produtores e dos parâmetros da respectiva qualidade, integrando-os nos circuitos comerciais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O segundo vector dirige-se à fileira da carne, onde temos de pugnar pela manutenção na Região das mais valias que há muito nos fogem, pelo aumento da competitividade das explorações e pelo melhoramento dos circuitos de comercialização.

A existência de uma valiosa rede regional de abate, que os últimos anos viram nascer, permite-nos satisfazer uma justa esperança de muitos produtores. Com este poderoso instrumento, que em alguns casos será enriquecido com parcerias, estamos capacitados para apoiar unidades de desmancha, transformação e preparação, bem como para concentrar a comercialização para novos mercados. A existência estruturante de uma rede de abate, dará sucesso aos propósitos de apoiar a introdução de animais de raças vocacionadas para a produção de carne e potenciar o rendimento das explorações já especializadas, bem como a produção de cruzados que melhorarão o rendimento da fileira do leite.

Do mesmo passo, queremos ganhar competitividade para as explorações de carne, incentivando e fiscalizando o processo de certificação da carne dos Açores (IGP), desenvolvendo novos produtos para a exportação e contribuir para melhorar circuitos comerciais para a procura de novos mercados e para o aparecimento de parcerias enriquecedoras entre quem produz, quem transforma e quem comercializa.

O terceiro vector da nossa actuação dirige-se à recorrente diversificação da base produtiva regional. Nesta, como nas outras áreas do sector, a melhoria do rendimento das produções é factor fundamental de sucesso. Por isso, pugnaremos pela melhoria do rendimento das produções alternativas ao leite e à carne (definindo zonas de aptidão para as quais dirigiremos recursos e acessibilidades), incentivando o crescimento do peso relativo das produções hortícolas, florícolas e frutícolas, através do apoio à experimentação e divulgação de espécies e práticas de cultura e também pelo apoio a centrais de preparação e comercialização. Em particular, queremos contribuir para a criação de condições de viabilização de culturas como a beterraba sacarina e consolidar a marca “Ananás dos Açores” assegurando a preservação desta cultura tradicional e de notoriedade.

Ainda no âmbito das nossas preocupações pela diversificação da nossa base produtiva, faremos incidir no sector da vinha e do vinho parte significativa de recursos. Teremos de mobilizar e modernizar as unidades de transformação, particularmente as adegas cooperativas, promover os vinhos com denominação de origem, apoiar a reestruturação e a modernização das explorações e investir na valorização das áreas vitícolas tradicionais.

Por outro lado, queremos continuar e aprofundar o apoio às produções caracterizadas por métodos tradicionais e biológicos, incentivando as unidades de produção, transformação e comercialização, desde que economicamente sustentáveis, consolidar as produções de mel e chá, estimulando sistemas e parcerias de comercialização e prospecção do mercado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Finalmente, a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, dando justeza à sua nova denominação, terá uma redobrada preocupação com o apoio ao repovoamento florestal (quer da iniciativa dos serviços, quer de privados) e também com o desenvolvimento de planos de

ordenamento e gestão das reservas florestais e de recreio e, bem assim, com o reforço do povoamento de espécies cinegéticas.

Neste contexto, teremos de recriar o quadro jurídico de protecção do património florestal, do arrendamento dos baldios e da caça e pesca em águas interiores.

Também nos orientam preocupações relativas à sanidade vegetal e à valorização e financiamento auto-sustentado da floresta, do seu rejuvenescimento, da possível diversificação de espécies e dos seus planos directores.

Estas são, em suma, as tarefas a que nos propomos, partilhando com os nossos agricultores, com as suas organizações representativas e com todos os agentes do sector, as soluções e medidas previstas para a sua concretização.

Ao árduo trabalho dos nossos agricultores, à teimosia que demonstram em continuar a produzir com qualidade, tentaremos responder também com trabalho e com igual determinação pela busca do sucesso do sector.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Tenho inscrito os Srs. Deputados Henrique Ventura, Luís Paulo Alves, José Melo, António Ventura, Jaime Jorge, Manuel Silveira, Hernâni Jorge e António Parreira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

(* **Deputado Henrique Ventura (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Neste início de Legislatura gostaria de cumprimentar a todos os presentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com bastante agrado que constato como profissional da agricultura que a coragem e serenidade com que o Governo Regional nos apresenta um Programa do Governo, que de alguma forma dá continuidade à transformação e adaptação às novas realidades do sector.

Com mais agrado constato que tem na base dessa transformação/adaptação, o emparcelamento rural, o qual eu considero a base principal de todo este processo.

Reconheço que é um processo lento e nada fácil de conseguir, porque obriga a uma mudança de mentalidades dos nossos produtores, mas diria que é fundamental para o aumento do rendimento dos nossos produtores se tivermos em conta que do emparcelamento rural depende a qualidade do leite, a circulação dos animais (tem também a ver com a qualidade do leite). Isso leva-nos a ter zonas de aptidão. Esse emparcelamento depois levar-nos-á à diversificação. Após essas zonas de aptidão estarem demarcadas pelo emparcelamento, podemos ir avançando para a diversificação.

Conseguida a diversificação entramos naturalmente na reestruturação do sector.

Portanto, foi com agrado que constatei a preocupação do Governo Regional de, na diversificação, ter em linha de conta a produção da beterraba, do mel, das hortofloriculturas, do chá, etc. Na reestruturação a aposta na qualidade do leite.

Como sabem, todos nós temos um limite de produção e o sentido certo de se conseguir aumentar o rendimento dos produtores será através da qualidade do leite.

No sector da carne também estou plenamente de acordo, depois de termos a rede regional de abate, apostarmos nas raças cruzadas para podermos valorizar o nosso produto.

Estou confiante neste Programa do Governo, assim como confiaram a maioria dos açorianos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(* **Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sabendo que as zonas de perímetros agrários são zonas por excelência estruturantes para o sector, eu gostava de perguntar ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas qual é a política para o sector nesta área?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Melo.

(* **Deputado José Melo (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas:

Existe um conjunto de medidas agro-ambientais que estão em vigor no Continente e na Região não estão, tal como ajudas à sementeira directa.

Gostaria de saber se tenciona aplicá-las nos Açores e quando?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(* **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Como é a primeira vez que intervenho, também queria desejar as maiores felicitações a todos.

Gostaria de colocar duas perguntas, em concreto, ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

A primeira, salvaguardando aquilo que é o Programa e o Plano do Governo, é que não encontro neste Programa do Governo as medidas que utiliza, em substância, o artigo 26º do POSEIMA. Portanto, acho que é dinheiro que tem que ser aproveitado.

Por outro lado, em relação àquilo que foi anunciado na campanha, e como está no vosso Programa do Governo, que é a diminuição dos custos da produção, o resgate leiteiro é uma medida da redução dos custos de produção. Como tal, admira-me que ele não esteja lá.

Por outro lado, se o Sr. Presidente me permite e se o Sr. Secretário Regional da Agricultura me quiser responder, gostaria de saber e a minha bancada parlamentar, sobre um assunto que não é da ordem do dia do plenário, mas é da ordem do dia dos agricultores: qual é que vai ser o desfecho em relação ao resgate em curso? Ou seja, antes das eleições, o Governo convidou os produtores a venderem a sua autorização administrativa produtiva de leite, não estabelecendo limites quantitativos a isto, para depois das eleições limitar. Portanto, criou expectativas aos agricultores para depois não os satisfazer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

(* **Deputado Jaime Jorge (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, nesta minha primeira intervenção, gostaria de fazer uma saudação a todas as Sras. e Srs. Deputados e a todos os Membros do Governo. Faço votos de bons desempenhos no exercício das funções que a cada um vós está atribuído.

Tenho uma pergunta para colocar ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, no domínio da diversificação da produção agrícola, designadamente o ponto 3 e 4 do Objectivo 3.

Preconizam estes objectivos “apoiar as acções de reestruturação e modernização das explorações vitícolas, assegurando os mais adequados encetamentos” e o ponto 4 “investir na valorização das áreas vitícolas”.

Pergunto: o que é que, em concreto, o Sr. Secretário Regional pretende fazer para atingir estes dois objectivos?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Parreira.

Deputado António Parreira (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

(* **Deputado Henrique Ventura (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como estamos numa troca de esclarecimentos, penso que poderei ajudar a esclarecer o Sr. Deputado António Ventura, desde que esta discussão não passe a ser a discussão dos Venturas.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Vai ser um comentário venturoso!

O Orador: Em relação ao resgate, claro que sempre que o Governo Regional põe um resgate cá fora, os lavradores criam expectativas. No entanto, este resgate que estamos aqui a discutir, direi que ultrapassou todas as expectativas dos lavradores e passo a explicar porquê.

Este resgate tinha como limite 60 mil quilos de produção e ele atinge lavradores que têm uma quota de 93 mil litros. Isto quer dizer que surgiram notícias que existiriam 230 candidatos, 39 desses não foram aceites e posso explicar porquê, porque tinham feito investimentos nos últimos 5 anos na área e, portanto, não estavam candidatáveis, digamos assim. Ficaram aceites 201 candidatos. Estamos a falar em cerca de 16 milhões de litros de leite.

Desses candidatos, 150 foram aprovados, o que representa uma percentagem de 75% do total das candidaturas.

Portanto, penso que respondi às suas dúvidas.

Deputado António Ventura (PSD): E os outros?

O Orador: Em relação ao resgate ele era bem claro. Dava prioridade à existência de brucelose e depois dava prioridade àqueles produtores que estavam abaixo de 60 mil quilos.

Deputado António Ventura (PSD): Mas limitava o quantitativo!

O Orador: Se nós aqui limitamos o quantitativo? Claro, porque se entrarmos em altas produções já não estamos a fazer a reestruturação do sector, como é óbvio.

Deputado António Ventura (PSD): Mas pela primeira vez não há limite!

O Orador: A reestruturação dá-se com aqueles produtores que por alguma razão não conseguem competir e se um grande produtor não consegue competir é porque a gestão dele não é a melhor.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Primeira questão – emparcelamento rural.

Como todos sabem, o emparcelamento rural é uma matéria que leva muitos anos a fazer, não é de um dia para o outro. Faz-se com solidez, sustentadamente.

Alguns advogam o regresso das leis do morgadio. Há séculos que desapareceram. Outros advogam que devíamos, imperialmente, impor aos proprietários da terra alterações de leis, que são gerais da República e outros ainda acham que nós devíamos canalizar os recursos que existem e os que não existem para fazer emparcelamento agrícola.

Nós achamos que o emparcelamento agrícola se faz com a confluência de várias medidas, por exemplo, com o aprofundamento do SICATE que deverá privilegiar e majorar os apoios dados a quem compra terras em situação de emparcelamento ou vocacionadas para o emparcelamento. O emparcelamento faz-se com a distribuição de água e luz às explorações; o emparcelamento faz-se com a melhoria das acessibilidades; o emparcelamento faz-se também e provavelmente com alguma abordagem inteligente que se deve fazer ao arrendamento rural.

Quanto aos perímetros de ordenamento agrário, eles são essenciais, nomeadamente para se estruturar a boa rede de caminhos, de distribuição da água e de acesso às pastagens.

Quanto à questão do Deputado José Melo relativamente a sementeiras que no Continente têm apoio e que aqui não têm, o senhor sabe que a base produtiva é muito diferente daquela que existe na Região.

A vocação natural da produção regional é muito diferente daquela que existe na Região.

Portanto, nos programas de apoio que foram estabelecidos só de vez em quando aparece alguns apoios para sementeiras, nomeadamente sementeiras de pastagem.

Quanto às questões colocadas pelo Sr. Deputado António Ventura, ligadas fundamentalmente à fileira da carne, julgo que estão bem explicadas no enunciado que fiz.

Na questão da fileira da carne, nós temos uma situação que hoje é incomparavelmente diferente daquela que existia. Temos uma rede regional de abate que antes não existia. Como não se podia fazer uma omoleta sem ovos, primeiro se fez a rede regional de abate e agora vamos caminhar para a necessária reconversão da fileira do leite, em parte para a fileira da carne.

Quanto ao resgate leiteiro, ele não está nem podia estar no Programa do Governo, porque esta não é uma questão que deva constar do programa.

O resgate leiteiro faz parte, naturalmente, das áreas que o Governo anuncia como redimensionamento e de viabilização sustentada das explorações agrícolas. Portanto, não tinha que estar lá “resgate”.

Agora, se há muita curiosidade no resgate que está em curso, eu aproveitaria para explicar aos Srs. Deputados e ao Sr. Deputado Ventura, em particular, como é que está a operação de resgate a decorrer.

Houve pessoas, talvez lendo alguns jornais, aqueles outros que davam em Outubro uns certos resultados eleitorais, que nós temos no resgate mundos e fundos de propostas, uma imensidade de pedidos e uma incapacidade da Região de resolver seja o que for, mas não é assim. Enganam-se novamente.

No resgate, o que nós temos são 201 candidaturas admitidas e, dessas 201, 150 produtores vão ser abrangidos. Isto representa 75% das candidaturas.

Como os senhores sabem, o resgate representa também uma medida de reestruturação do sector e das explorações e este resgate que está em curso é feito de acordo com uma portaria publicada no Jornal Oficial, previamente anunciada e negociada com as organizações da produção e prevê prioridades na operação de resgate, desde logo, resgatar as explorações que estejam dizimadas pela brucelose – e é um contributo que se dá à erradicação da brucelose – e o segundo critério são explorações cuja dimensão de produção é insuficiente e que urge apoiar a sua retirada com dignidade da fileira do leite.

Com estes critérios, nós apoiamos e vamos apoiar 150 produtores que representam 75% das candidaturas.

Poder-me-ão perguntar, mas por que é que não são os 100% das candidaturas? Por que é que não são admitidas mais candidaturas?

Eu responderei de uma forma muito simples: quem vai ao cinema tem que comprar bilhete. Se vamos ao cinema sem bilhete, o porteiro não nos deixa entrar. Portanto, como eu não sou de dar jeitos, aqueles que têm o processo organizado, de acordo com a legislação em vigor, são admitidos ao resgate, os que não têm não podem entrar.

Quanto à diversificação, Sr. Deputado Jaime Jorge, no que se refere a apoios à viticultura e a áreas vitícolas tradicionais, nós temos necessidade de diversificar a nossa base produtiva. Nós temos a possibilidade de recorrer aos fundos comunitários para apoiar e mobilizar as transformações necessárias nas adegas cooperativas e junto com a vontade das adegas cooperativas, vamos apoiar essa reconversão, essa modernização destas agro-indústrias que são fundamentais à diversificação do sector.

Por outro lado, nós temos zonas de especial vocação, de tradicional vocação, para a produção vitícola e essas zonas vão ser especialmente objecto dos recursos que lhes vamos afectar para preservar a produção vitícola que elas têm.

Julgo ter respondido a todas as questões.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Melo.

(* **Deputado José Melo (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas:

A ajuda à sementeira directa não é vista como uma ajuda à sementeira, mas sim como uma medida de que não há remoção do terreno e tem a ver com o ambiente e com todas essas direcções.

Se por um lado defendemos a não remoção do terreno, o ambiente e todas essas questões, por outro lado, não vamos buscar as ajudas a que temos direito para isso.

Era só isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(* **Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só para complementar um esclarecimento acerca do resgate.

O resgate é uma medida estruturante, mas que é normalmente empregue no decorrer do tempo e no acompanhamento das dificuldades e dos problemas que vão surgindo. É assim que isso deve ser

encarado. Não pode ser nunca encarado na perspectiva de esta é a última oportunidade, esta é a única oportunidade.

Estas coisas devem ser feitas com equilíbrio. Não se podem tirar do sector volumes sem ir ponderando as repercussões que isso vai tendo no nosso ordenamento, no nosso território urbano ou no nosso território rural, sobretudo. Temos que ir ponderando todas essas coisas.

É mais que provável que outros resgates no decorrer dos próximos anos terão que ter incidência para poder reestruturar a fileira.

É um pouco neste complemento de desmistificar a situação, de que esta é a oportunidade perdida. Não é uma oportunidade perdida, é uma oportunidade a qual tem o seu regulamento, tem os seus fins, os seus propósitos. Penso que estão a ser complementados até de uma forma que não era aquela inicial, ou seja, majorando até os valores que estavam a ser apresentados e de forma alguma é uma oportunidade perdida.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A primeira pergunta não foi respondida. Não me referia amplamente ao sector da carne. Falava da utilização do artigo 26º e as medidas que podiam estar instaladas no programa.

Em relação ao resgate, não fui eu que anunciei o resgate na campanha.

O resgate é uma diminuição dos custos de produção e a única forma das explorações criarem grandeza económica em relação àquilo que é o evolucionismo, em relação à queda dos preços.

Portanto, é uma reorientação da grandeza produtiva. Acho que deve ser utilizada pontualmente, mas não fui eu que anunciei como medida prioritária para o programa.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As medidas concretas do Programa, os Srs. Deputado vão ver no Plano. Lá os senhores vão ter as medidas todas discriminadas.

Deputado António Ventura (PSD): O artigo 26º?

O Orador: Sim senhor.

Deputado António Ventura (PSD): Para começar o artigo 26º nunca foi utilizado!

Presidente: Antes de dar a palavra aos Srs. Deputados inscritos, pedia aos Presidentes dos Grupos Parlamentares e ao Sr. Secretário Regional para virem aqui ao pé de mim, para acertarmos os nossos trabalhos.

(Pausa)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria que estas minhas primeiras palavras no início da VIII Legislatura fossem de saudação a Vossas Excelências, desejando a todos os maiores êxitos neste elevado desígnio de representação e governação do povo açoriano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui reunidos no debate do terceiro Programa de Governo da responsabilidade do Partido Socialista. Três Programas que formatam o nosso modelo de desenvolvimento para os Açores. Um modelo de desenvolvimento integrado, com liderança, com estabilidade nos objectivos e nos compromissos. Um modelo onde se afirmam e coexistem, a responsabilidade financeira, o crescimento económico sustentado e uma sociedade mais justa e mais solidária.

É um modelo com significativo impacto na sociedade açoriana. E disso se tem dado conta os açorianos. Dão-se conta que os Açores têm um rumo, que os Açores se desenvolvem, que estamos já longe, consideravelmente longe daquela economia incipiente que caracterizava um passado recente. Dão-se bem conta de quem com eles estava quando arriaram a ensombrosa bandeira (e os

insidiosos cartazes) de “Região mais pobre da Europa”, e ergueram no seu lugar a de uns Açores em desenvolvimento, abertos ao mundo.

Todos nós temos percebido o conjunto de alterações estruturantes que tem sustentabilizado o nosso desenvolvimento económico. A melhoria das acessibilidades, do custo dos transportes, da competitividade dos portos, do custo da energia e dos combustíveis, da qualificação do capital humano, da sociedade da informação, da independência energética. E em todos estes aspectos estamos hoje mais consistentes que no passado. Hoje, os operadores económicos em particular e a sociedade açoriana de uma maneira geral desfrutam-no no dia a dia, nas suas decisões de investimento ou na sua melhor qualidade de vida.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também no sector primário e no caso particular da agricultura, ouve que ultrapassar constrangimentos e imprimir outros ritmos que saneassem o enorme passivo que representava o nível do nosso atraso. O sector falia e houve que proceder a investimentos sem precedentes para o recuperar e o fortalecer.

E porque é bom recordar o ponto de partida para se entender porque ainda encontramos tanto para fazer, e perceber também o quanto já foi feito, gostaria de lembrar, porque ainda ontem me pareceu esquecido, que não há muitos anos, por essa ilhas abaixo o que havia era um parque industrial obsoleto, desde as indústrias de lacticínios aos matadouros, eram organizações de produtores falidas, produtores em várias ilhas com pagamentos com mais de um ano em atraso, abandonos em massa do sector, saneamentos financeiros para empresas e produtores.

Hoje temos na indústria de lacticínios um quadro de reestruturação e de modernização profundamente melhorado por todas as ilhas, temos uma rede de matadouros moderna, paga-se o leite, a tempo e horas, valorizando a qualidade e as organizações de produtores, de falidas, tornaram-se parceiras no desenvolvimento do sector. No ordenamento agrário, ainda que continuando a necessitar de contínuo investimento, o enorme esforço colocado na melhoria de condições de produção, trouxe para um conjunto muito alargado de explorações, enormes benefícios.

Todos reconhecemos que continuamos a enfrentar dificuldades. Dificuldades próprias de uma pequena economia ultra periférica em desenvolvimento, que procura o seu espaço num mundo globalizado cada vez mais livre de barreiras e mais mercantilizado. Mas não podemos deixar de reconhecer também, que estamos hoje inegavelmente melhor preparados para responder a essas dificuldades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem proceder a uma elencação exaustiva das linhas do Programa do Governo, que considero já devidamente apresentadas pelo Sr. Secretário, gostaria de proceder no entanto a alguns sublinhados. O Programa do Governo ao reiterar a importância do sector agrícola como um pilar fundamental da economia dos Açores, dá aos seus agentes a garantia de poderem continuar a contar com o elevado empenho do Governo e com os montantes e ritmos de investimentos adequados à reforçada recuperação e fortalecimento do sector.

Assim o Governo define como sua prioridade a defesa do rendimento do produtor. Neste sentido, é necessário produzir e transformar com qualidade, valorizando as produções, continuar a baixar custos melhorando a rentabilidade e adequando o Marketing para obter o retorno adequado.

Na vertente de baixar custos, as actuações a nível do ordenamento do território, nomeadamente dos caminhos agrícolas, abastecimento de água e electrificações, sofrerão com a passagem do IROA a Sociedade Anónima, um reforçado incremento. Também neste contexto, as suas actuações poderão contribuir para que, num esforço conjunto com as Associações, o Governo e os Produtores se enfrente com melhores resultados o desafio do emparcelamento.

Na fileira do leite, muito se pode também conseguir na redução de custos eliminando ineficiências quer ao nível da transformação, quer ao nível da produção. Ainda que reconhecendo situações diferenciadas todos o percebemos. É por isso que na nossa opinião é importante qualificar o sector trazendo e reunindo os vários saberes – dos produtores, dos homens de ciência, dos transformadores – numa participação e num acompanhamento mais eficaz no estudo das suas problemáticas, mas

fazê-lo sobretudo, depois, com a presença no terreno na aplicação programada e sistemática desses saberes junto das explorações, das fábricas ou dos mercados.

Muita da sustentabilidade competitiva do sector agrícola passa, na nossa opinião, por aqui.

Na indústria pela melhoria da adequabilidade de produtos e processos na recolha, na transformação ou nos mercados.

Na lavoura por estruturas produtivas adequadas, por alimentação e maneios correctos, pela escolha e utilização adequada de factores de produção, pela identificação e tratamento adequado das doenças, por uma gestão organizada das explorações, entre outras ineficiências que consomem um conjunto elevadíssimo de recursos, hoje tão necessário à viabilidade dessas explorações.

O Programa do Governo ao fomentar a interactividade entre os agentes da fileira, no caso, no Laboratório Interprofissional do Leite ou no Centro de Leite e Lacticínios, cria de facto as condições para que tal possa acontecer. Tudo dependerá, no entanto, como é óbvio, também da sua vontade dos seus agentes.

O aumento do nível de investigação e desenvolvimento é um dos factores decisivos em todas as economias que se tornaram competitivas.

O apelo que se faz, diga-se insistentemente à inovação, carece sempre de ser precedido por uma aposta na ciência. A inovação decorre da aplicação prática do trabalho científico.

Pensamos por isso e utilizando linguagem das novas tecnologias, que este upgrad no software do sector seria importante.

Por outro lado, aumentar o peso das exportações é decisivo para o nosso crescimento económico. Neste sentido inovar nos circuitos de comercialização, nomeadamente apostando nas regiões da Macarronésia e nos seus Países, pode abrir novas fronteiras às produções açorianas.

Quanto à carne, ela assume-se naturalmente no Programa do Governo como o produto com massa crítica de diversificação. Com a conclusão da Rede Regional de Abate em 2005, a carne constitui o produto que como alternativa especializada ou como complemento ao rendimento na exploração leiteira, pode assumir no futuro próximo – agora que parecem desaparecer os constrangimentos que se colocavam por via do embargo Nacional à BSE – no produto cujo valor acrescentado mais pode crescer. Com efeito com a retenção das mais valias na Região, em resultado da redução da exportação do gado vivo e com a melhoria dos circuitos comerciais que se podem obter realizando por exemplo parcerias como já existem no sector do leite, pretende-se que a carne com o empenhamento do sector ganhe outra dimensão.

Num outro nível, gostaríamos de referir ainda que o desenvolvimento do sector do turismo terá um impacto cada vez mais significativo na agricultura, podendo mesmo nas áreas da hortofrutifloricultura com o aumento da base de consumidores na Região através de uma população flutuante importante, que procura precisamente aquilo que é nosso, vir a criar excelentes condições para que se estruturam e consolidem estas actividades.

Por último referir que tudo na Região tem uma marca. Essa marca constitui, enquanto mantiver o conceito que a associa, provavelmente o nosso melhor património. Protejamo-la e utilizemo-la. O Programa do Governo aposta e bem na Promoção da marca Açores.

Termino deixando aos agricultores dos Açores uma certeza final. Podem seguramente contar com este Grupo Parlamentar e com o Governo do Partido Socialista para continuarem a mudar os Açores para melhor.

Disse!

(Aplausos da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Membros do Governo:

A edificação de um futuro melhor para a Agricultura deveria começar hoje, porque as dificuldades económicas neste sector estão presentemente a agravar-se.

Contudo, neste programa as soluções-futuro não se apresentam de suficiente aspecto duradouro e consistente de modo, a até, se poderem alhear dos imponderáveis políticos.

Começava assim porque penso que as linhas de condução e a matriz deste programa de Governo para o sector da Agricultura cingem-se a meras obras e medidas pontuais, que ao seu arrepio, pecam por não estarem ligadas a uma visão estratégica para alguns dos seus ramos sectoriais. Acima de tudo, este programa não foca medidas agrícolas fundamentais para o desenvolvimento agrícola desta Região.

O Governo neste programa omite muitas medidas que consideramos importantes, retira parte do interesse económico-social público porque não envolve parcialmente a sociedade como centro de decisão, na medida em que iria facultar a compreensão dos problemas do Agricultor e descuida-se na existência de um plano global exclusivo regional para os novos conceitos como o Desenvolvimento Rural e seus filhos, emanados da última reforma da PAC.

Onde está por exemplo o agro-ambiente, o agro-turismo, o agro-florestal ou o agro-comercial como um sistema completado entre si, capaz de proporcionar o plurindimento aos Agricultores e consequentemente favorecer a fixação de população em algumas zonas desta região. Esta preocupação de âmbito regional não ficou espelhada no vosso programa.

Este programa, na sua generalidade, é um conjunto de intenções desconexas e viradas para a satisfação imediata da governação.

Todos nós sabemos que atravessamos tempos difíceis, tempos caracterizados por incertezas de cariz mundial, não temos dúvidas, contudo mais abrolosos se tornam se não soubermos a cada momento para onde caminhamos e que instrumentos legislativos utilizar.

Este programa não possibilita aos Agricultores poderem construir os seus preços ou pelo menos passarem a ter certezas ou não da veracidade destes preços. Nós propúnhamos um “observatório dos preços Agrícolas” os Senhores deixam os preços ao Agricultor sem referências, sem indicadores e não instalam nenhuma acção de previsibilidade do comportamento dos mercados.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados:

Uma das formas de amortecer, os imprevistos na agricultura descreve-se sob o domínio do conhecimento, da inovação, da adaptação e do ajustamento.

Deve assim, ser posto à disposição dos Agricultores e indústrias transformadoras os instrumentos legislativos necessários para que exista a capacidade destes instalarem uma moderna inovação produtiva, que por sua vez possibilite a tão urgente adaptabilidade e o necessário ajustamento que exige a evolução agrícola dos nossos dias.

Mas tudo isto só pode vingar se a agro-formação coexistir. Transmitir conhecimentos hoje em dia na Agricultura é um exercício que deve contemplar profundamente a experimentação e a vulgarização.

Nem uma única vez se escreve sobre vulgarização rural ou mesmo em parte, como seja em Agricultura. Nós fazíamos uma aposta consistente na extensão rural, em que esta ferramenta iria mais além do simples produtivismo, teria uma abrangência familiar de orientação. Medida esta que estaria ligada a um gabinete de economia agrícola essencial na identificação e posterior eliminação dos eventuais custos excessivos dos sistemas produtivos.

Esperava que este programa fosse empreendedor de mudanças usando a agro-inovação como trampolim na potencialização de uma perfeita aproximação entre a investigação científica e quem produz bens alimentares. O Governo não fala sobre a pesquisa científica no subsector agro-pecuário. Consideramos a investigação uma das principais lareiras deste Inverno agrícola que vivemos.

Assim, e de forma genérica não consigo ler no vosso programa, um verdadeiro rumo competitivo agrícola aos vários níveis, pelo contrário encontro um punhado de ideias semi-fechadas enclausuradas em propósitos de solucionar sempre o imediato em detrimento do médio prazo. São ideias situadas no dia a dia. Sem que a estratégia seja uma obra. Desta maneira continuaremos a ter certamente uma inanimada competitividade agrícola.

Não li no vosso programa a capacidade de perceberem a dinâmica comercial do marketing agrícola moderno, virada para os Açores como um conjunto o agro-comercial. Nós propositamos uma forma alargada de publicidade situada em aspectos comuns a muitos bens alimentares que saem desta Região mas singulares no valor geográfico, o Governo continua a propor campanhas de marketing confinadas só alguns produtos.

Mais.

Não descobri neste programa a voz do emparcelamento e do redimensionamento das explorações como os Srs. tão elevadamente a anunciaram na campanha eleitoral ou seja de cariz prioritário e profundo. Afinal terá a mesma importância que teve nestes últimos anos. Continuará a ser uma política F2?

Não encontro neste programa um sentido de visão dedicada ao agro-rural nem à qualificação do rural. Nós iríamos instalar um programa regional do desenvolvimento rural em sintonia com o comunitário. O Governo irá mais uma vez limitar-se a transpor legislação comunitária.

É notório a falta de um eixo que aborde o meio rural. Percebi que este poderá continuar a ser um espaço neutro sem interesse, já que por exemplo o agro-turismo só existe como habitação, não o encontro em aproveitamento do patamar primário, que possa traduzir-se em benefícios para os Agricultores.

O Governo tem de entender que o meio rural tem de assentar sob aspectos como o produtivo, o ambiental, o patrimonial e o paisagístico, no sentido de se criarem condições para o desenvolvimento de oportunidades agrícolas e não agrícolas nos Açores para os Agricultores. Esta deverá ser a coluna dorsal da orientação agrícola dos próximos tempos.

O governo continuará assim a promover a monofuncionalidade em prejuízo da multifuncionalidade económica. É exemplo disso o sector florestal onde não evidencia a florestação parcial de terras agrícolas como uma complementaridade ao rendimento pecuário.

No subsector pecuário da carne não entendo porque não se materializa como medida o aumento do rendimento das explorações de carne por via do incremento do número de direitos de vacas aleitantes que vão ser atribuídas à Região, ou seja, os 10 000.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Pergunte ao Sr. Ministro!

O Orador: Aliás nesta matéria o Governo sabe que terá total autonomia sobre estes direitos. Não houve como o Governo quis dar a entender nenhum recuo de princípio em relação ao compromisso estabelecido pelo Governo da República.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Mas, ao ler o vosso programa também aprendi, encontrei, por exemplo, novos conceitos como o da diversificação agrícola onde fiquei a saber que não é mais do que os Agricultores passarem a produzir aquilo que não estão habituados a produzir. Os senhores ausentaram totalmente a versatilidade produtiva nas tradicionais áreas produtivas.

Igualmente, fiquei a saber que o rejuvenescimento agrícola, em grandeza como mencionam, significa esperar que um activo morra. Isto é, como medida regional não vai existir, pois o Governo propõe reforçar o que já existe e que é manifestamente insuficiente para termos mudanças aceites e compreendidas. Atenção, precisam-se jovens na Agricultura.

Descobri que não pretendem utilizar termos como a simplificação quer no acesso dos jovens a esta actividade quer nas reformas antecipadas. Estas últimas continuam a ser um autêntico calvário para quem pretende candidatar-se, de tal modo que muitos Agricultores desistem quando são informados do manancial de complexidade que este tipo de candidatura exige.

Entendi que as medidas de sanidade animal para os próximos quatro anos resumem-se ao combate à Brucelose, ficando de fora campanhas sanitárias contra outras zoonoses e outras patologias que estão a provocar elevados custos nas explorações como o IBR, BVD ou a fotossensibilidade bovina.

Exmos. Sras. Deputadas e Srs. Deputados:

Este programa para a Agricultura deveria incorporar um conjunto de medidas inovadoras e sustentadas, perfeitamente articuladas de modo a estabelecerem um conceito novo de Agricultura, o de "Agricultura Mais". Um conceito impulsionador no fortalecimento da nossa identidade territorial e principalmente capaz de aumentar os rendimentos das famílias que trabalham na Agricultura.

Em suma, julgamos, e de forma global que o somatório de medidas apresentadas neste programa do Governo para a Agricultura está muito aflorado, desabitado de um rumo estratégico e pobre em inovação primária.

Sendo assim, não nos satisfaz como revelador de uma previsível melhoria de rendimento dos Agricultores, pois não sustenta as mudanças e comportamentos mundiais a que vamos assistir nos próximos anos para a Agricultura.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados Luís Paulo Alves, António Parreira, Henrique Ventura e António Ventura.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(* **Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar eu gostava de perguntar ao Sr. Deputado António Ventura como é que é possível, sem nenhuma estratégia, tirar a agricultura do fundo de um poço, quando ela se agonizava. Confesso que não acredito em obra do acaso e não foi por mero acaso que apareceram matadouros na Terceira e em S. Miguel.

Não foi por mero acaso que apareceram as fábricas de lacticínios por todas as ilhas.

Não foi por mero acaso que se arranjou um plano para a sanidade animal na BSE. Nós somos uma Região isenta e pudemos, não tanto quanto gostaríamos, usar desse estatuto.

Deputado António Ventura (PSD): Tiveram que fazer alguma coisa.

O Orador: Tivemos que fazer muita coisa e isso não se faz sem uma estratégia que começa por se montar os alicerces e foi isso que nós fizemos, dotando a estrutura da capacidade de podermos montar os alicerces. Se nós não tivéssemos feito isto, hoje não podíamos pôr um único produto derivado dos lacticínios no mercado. Se nós não tivéssemos feito isto nós não podíamos exportar um único quilo de carne para fora da Região. Mais: nem podíamos ter consumo de carne nos Açores e, portanto, alguma estratégia começa com a construção da base.

É evidente que os recursos que temos são escassos e não se pode fazer tudo ao mesmo tempo em todo o lado e por isso começou-se a construir a arquitectura daquilo que é o modelo competitivo baseado no agro-alimentar para a Região Autónoma dos Açores e com as suas estruturas.

V. Exa. disse ali que o Governo não cuidava dos preços e que deixava os produtores desamparados.

Eu não vejo plasmado neste Programa mais do que a inter-relação entre o Governo, as Associações de Produtores de forma a criar organismos comuns,...

Deputado António Ventura (PSD): E o resto?

O Orador: ... nomeadamente no caso do leite e nos desafios lançados para o caso da carne para se criar estruturas idênticas.

Dá-me a sensação que V. Exa. não conseguiu interpretar na exacta medida aquelas que eram as intenções do Governo quando constituiu o Programa.

Deputado António Ventura (PSD): Foi porque não escreveram bem!

O Orador: Eu penso que se cai muito nessa tentação, e V. Exa. caiu, de avaliar a árvore em vez de olhar para a floresta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Parreira.

(* **Deputado António Parreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como é a primeira intervenção que faço nesta Assembleia, saúdo a todos e em especial a todos os meus colegas que aqui estão pela primeira vez.

Gostava de dizer que estou aqui convicto e empenhado em continuar a ajudar no desenvolvimento dos Açores para bem de todos os açorianos.

Tenho estado atento ao debate desde a primeira hora até agora e já falou aqui muita gente e os da oposição o que têm feito aqui constantemente é dizer que tudo está mal e nada está bem. Parece impossível.

Tanta obra que foi feita nestes últimos oito anos. Fez-se mais em oito anos do que os partidos da oposição fizeram em 20.

Eu tenho presenciado aqui que se o Governo faz uma obra com eficiência, num curto espaço de tempo e bem, logo se diz que é por questões eleitoralistas, que está mal, que se devia consultar, devia-se ver e devia-se saber.

Se o Governo tem uma obra de grande dimensão, tem que tomar cuidados, tem que fazer concursos, tem que saber, tem que fazer, tem que ver e por isso mais demorada, logo se diz que não se faz nada, que o Governo anda devagar e que não sabe.

Portanto, temos aqui o ditado que é: “preso por ter cão e preso por não ter cão”, ou seja, se se faz devagar, devia-se fazer depressa e se se faz depressa, devia fazer-se devagar.

Em relação à agricultura eu falo aqui sem os números que o meu conterrâneo Ventura tem na sua posse, como presidente da Associação, mas falo pelo conhecimento que tenho do dia a dia com as pessoas, por aquilo que falo com eles, por aquilo que sei e por aquilo que vejo.

O que eu vejo hoje, relativamente a 96, são quilómetros e quilómetros de estradas feitos por este Governo, são quilómetros de rede de abastecimento de água, são quilómetros de abastecimentos de energia eléctrica, são todos os matadouros feitos nesta Região, faltando apenas dois para que a rede de abate fique completa em todos os Açores. Só assim podemos ter a melhoria do preço da carne, o que até aqui não tivemos, porque, como o meu colega disse há bocado, nós saímos de um fosso muito grande e temos que ir fazendo passo a passo, porque não se pode fazer tudo de uma só vez.

Neste momento com a rede que temos, com as condições de aquisição de rações que hoje temos e que anteriormente não tínhamos, com a raça de cruzados que temos, poderemos melhorar a qualidade e a quantidade.

Tenho dito.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

(* **Deputado Henrique Ventura (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas questões muito rápidas.

O Sr. Deputado António Ventura disse que este Governo pretendia fazer a diversificação, obrigando as pessoas a produzirem coisas diferentes.

Eu pergunto: como é que o senhor conseguia? Era produzindo mais do mesmo? Assim não conseguia diversificar.

Em relação às vacas aleitantes, espero que o senhor tenha o cuidado de ver se ainda temos Ministro da Agricultura para que possa fazer a transferência das 10 mil vacas aleitantes.

Muito obrigado.

Deputado António Ventura (PSD): Isso já está no site do Ministério da Agricultura.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(* **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais: Evidentemente que eu não disse que não havia obra feita. Todos os governos fazem obra, umas mais aceleradas outras menos.

As estratégias é que estão atrasadas. Por exemplo, há quanto tempo é que nós temos o matadouro de S. Miguel e o das Flores a funcionar e não existe uma estratégia de comercialização da carne?

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Tivemos que esperar que o matadouro da Terceira ficasse pronto. São as estratégias que estão atrasadas.

Deputado Paulo Messias (PS): O senhor é que é da Federação.

O Orador: Nós já discutimos isso várias vezes com o Governo e já apresentámos propostas concretas em relação a isto e nunca houve intenção nem vontade de fazer.

O que eu quero dizer é que a estratégia é que está atrasada e não a obra.

Evidentemente que a Região tem recursos e há-de avançar ao passo que puder, agora a estratégia para valorizar os preços está atrasada.

Por outro lado, eu não só critiquei, mas também apontei as soluções. Falar mal é o mais fácil.

Deputados José Manuel Bolieiro e Luís Henrique (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Eu na minha intervenção dizia que, em alternativa, propúnhamos isto como forma de funcionar.

Se os senhores quiserem receber estes contributos para o vosso Programa de Governo, muito bem. Se não quiserem, paciência, mas era a nossa forma e a nossa visão de ver as coisas com objectividade em relação a um percurso de futuro, em relação àquilo que vai acontecendo em termos de acontecimentos mundiais de alteração que se avizinham.

Em relação à diversificação, evidentemente que se pode alterar e diversificar dentro das fileiras produtivas.

Devido ao seu valor geográfico, devido aos condicionalismos, devido às condições edafo-climáticas e o nosso modo de produzir, nós somos uma Região com produtos com elementos particulares e são elementos que têm uma aceitação crescente ao consumidor.

Evidentemente que se você alterar a alimentação no processo produtivo da produção de leite, consegue ter um leite biológico, aliás, mais biológico do que o nosso não há, e isso significa diversificar sem alterar a forma de produzir que as pessoas estão habituadas. Dentro da carne isso também acontece.

Deputados Mark Marques e Jorge Macedo (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Portanto, o que eu digo é que, dentro de determinadas fileiras produtivas, os senhores não têm uma visão. Para os senhores, diversificar é ausentar as pessoas dessas fileiras e pô-las a produzir outro tipo de produção que não estão habituadas.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Parreira.

(* **Deputado António Parreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Ventura:

O senhor falou há bocadinho que o Matadouro de S. Miguel já estava pronto há muito tempo, que não se fazia as salas de desmancha e que não se fazia nada. Parece que ao Governo compete fazer tudo.

Deputado António Ventura (PSD): Nós assumimos a estratégia.

O Orador: Lembro que o senhor esteve na Associação da Lavoura e não se preocupou em resolver isso, mas preocupou-se em organizar uma tourada de praça, onde lhe faltou o dinheiro e depois foi pedir ao Governo para pagar.

O que os lavradores dizem é que era mais importante desenvolver o comércio da carne do que propriamente fazer aquela tourada.

Tenho dito.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Parecendo não haver mais intervenções sobre este assunto, dou a palavra à Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar para uma intervenção.

Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar Vossa Excelência, Senhor Presidente, desejando-lhe as maiores felicidades no exercício das altas funções que irá desempenhar na qualidade de Presidente desta Assembleia.

Quero também desejar a todos os Senhores Deputados as maiores felicidades e, desde já, manifestar a minha total disponibilidade para convosco estabelecer um diálogo que salvguarde os interesses dos Açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não há desenvolvimento sustentado sem preservação do Ambiente. É um bem comum que todos somos chamados a defender e que iremos legar aos nossos filhos. De facto, de nada vale preocuparmo-nos com a floresta da Amazónia ou com o buraco do ozono se formos indiferentes à qualidade do Ambiente do nosso concelho ou da nossa Região.

A aposta no Ambiente implica a mudança de comportamentos na nossa vida quotidiana e a assunção de uma nova atitude em relação ao mundo que nos rodeia.

O Arquipélago dos Açores é uma região com elevados padrões de qualidade ambiental, preservando uma riqueza natural de inquestionável valor que importa saber preservar e potenciar.

Há quatro anos, quando o VII Governo Regional dos Açores criou a Secretaria Regional do Ambiente, num claro reconhecimento político da importância crescente e transversal do Ambiente em toda a área da governação, iniciou-se um projecto que constitui um grande desafio, um enorme desafio, que vai exigir uma grande audácia, um grande empenhamento de todos, sobretudo agora que, pela orgânica do IX Governo Regional, para além das competências da gestão dos recursos hídricos, faunísticos e reservas naturais, ordenamento do território e urbanismo, orlas costeiras, adquiriu também competências na área das Pescas, incluindo os respectivos sectores de transformação e comercialização.

O Mar dos Açores tem um dos ecossistemas mais ricos do Mundo. A investigação nas fontes hidrotermais pode contribuir até para dar novos rumos à Medicina. A investigação científica que se faz aqui nos Açores, no Departamento de Oceanografia e Pescas, tem vindo a merecer destaque e reconhecimento nas páginas de importantes publicações nacionais e estrangeiras. É um trabalho que prestigia quem o realiza, e do qual todos nós nos devemos orgulhar.

O Mar constitui um recurso de inegável valor na Região Autónoma dos Açores, do qual depende o nosso desenvolvimento, quer através da exploração dos produtos da Pesca, quer pela crescente importância na actividade turística e desportos náuticos, quer ainda no âmbito da investigação científica.

A questão da classificação de áreas marinhas protegidas, quer a nível regional, quer a nível internacional, carece de um extenso debate interno sobre a matéria, com as diferentes entidades competentes e utilizadores, no sentido de se chegar a um consenso sobre a visão e os objectivos da gestão dos recursos marinhos dos Açores, numa perspectiva integrada para toda a ZEE, sendo que estes deverão ser articulados com a estratégia nacional para os oceanos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O VIII Governo Regional dos Açores deu passos significativos para a resolução dos problemas ambientais.

Nesta legislatura, assumiremos os compromissos já lançados e iremos implementar outros que consideramos estratégicos para o desenvolvimento sustentável da Região.

Neste sentido, continuaremos a implementar uma política global de desenvolvimento sustentável que permita aos Açores ser uma região exemplar no contexto nacional e europeu, de elevada qualidade ambiental.

Constitui pois um imperativo a criação da Inspeção Regional do Ambiente para uma melhor qualidade ambiental. É necessário não só definir estratégias, mas fiscalizar e fazer aplicar a legislação existente. É uma prioridade que a muito curto prazo, e através da revisão da Lei Orgânica da Secretaria Regional, passará a estar instituída.

O Ordenamento do Território é um investimento fundamental de gestão do Ambiente, evitando a utilização desregrada dos recursos naturais, procurando-se compatibilizar espacialmente as vertentes que balizam o desenvolvimento, como sejam os factores de ordem económica, ambiental, social e cultural. Neste âmbito, desenvolver-se-á ao longo desta legislatura o Plano Regional do Ordenamento do Território, já adjudicado.

Iniciaremos o processo da implementação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira das ilhas de S. Miguel, Terceira e S. Jorge.

Continuaremos a reforçar as acções desenvolvidas de correcção e naturalização dos leitos e margens dos cursos de água, bem como apoiaremos as Juntas de Freguesia no âmbito da regularização e limpeza das ribeiras.

Ao nível da promoção da Educação Ambiental, o Governo prosseguirá uma política de promoção e sensibilização ambiental, através da conclusão da implementação da Rede Regional de Ecotecas. E continuará a investir na prossecução dos projectos de intervenção em áreas protegidas, nomeadamente ao nível da requalificação paisagística e da instalação de centros de recepção e de interpretação associados à Educação e sensibilização ambientais, bem como a sua adequação a zonas de turismo de lazer.

Importa igualmente promover um crescimento económico capaz de compatibilizar o aumento da produtividade e da riqueza com o recurso crescente a energias renováveis, a diminuição dos consumos de energias poluentes e a protecção integrada dos recursos hídricos. Destaco, como medida mais importante, a implementação da Estratégia Regional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

Vamos prosseguir com a reclassificação de áreas protegidas existentes e com a classificação de novas áreas protegidas, criando uma coesa e moderna rede regional de áreas protegidas, dotada de legislação actual e de órgãos de gestão mais consentâneos com os desígnios maiores de conservação da natureza e da paisagem, da protecção da biodiversidade e de manutenção da qualidade ambiental das ilhas. Implementaremos a política de dotação de mecanismos transparentes e universais de planeamento e gestão para as áreas classificadas ambientalmente.

Especial relevo vai ser dado à gestão de habitats e espécies classificadas ambientalmente através de legislação comunitária, vulgo Rede Natura 2000. Terminado que foi, na anterior legislatura, a realização de todos os planos de gestão para estas áreas, quer terrestres quer marinhas, terminada que foi a elaboração do plano chapéu de Gestão Global para toda a Rede Natura 2000, vamos prosseguir com a discussão pública horizontal e a tramitação legislativa necessária para que esta importante rede ambiental se torne também ela um motor e um garante de desenvolvimento equilibrado entre pessoas, paisagem e espécies animais e vegetais. Contamos, neste capítulo, desenvolver esforços junto das entidades competentes a nível nacional e comunitário para um correcto financiamento suplementar a que a Região tem direito, pelo facto de ser a única região biogeográfica da União Europeia, com a sua rede aprovada e com o respectivo plano sectorial de gestão, igualmente finalizado.

Por fim, neste capítulo da conservação da natureza, cabe ainda referir a especial importância que damos à geodiversidade do arquipélago e que está bem reflectida na prossecução de uma política de conhecimento e demonstração aplicada às suas cavidades vulcânicas.

Vamos implementar o Plano Regional da Água. A nossa aposta neste domínio é bem clara. Está em preparação a elaboração de um estudo de concepção geral de um Sistema Integrado de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais da Região Autónoma dos Açores, que pretende avaliar as necessidades de investimento e o modelo mais favorável para a sua implementação.

As lagoas dos Açores, para além da sua importância paisagística, turística e ecológica, são fundamentais na dinâmica hidrológica das ilhas e constituem valiosas reservas de água, pelo que a garantia da sua qualidade é um dos mais importantes desafios na gestão dos recursos hídricos da Região.

Avançaremos com determinação para a implementação das medidas e das acções decorrentes da aprovação dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas e das Sete Cidades, processo este que quero que seja amplamente participado pelos habitantes destes territórios.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria, ainda, de realçar a importância que nos merece a existência de definição de políticas estratégicas para a Região. Após a realização, aprovação e implementação, na anterior legislatura, do Plano Estratégico de Resíduos Hospitalares dos Açores, e, igualmente, do lançamento do Plano Estratégico de Resíduos Industriais e Especiais, assim como do lançamento da revisão do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos, ficaremos, a muito curto prazo, com a definição e concretização de políticas horizontais e sectoriais sobre os vários tipos de resíduos. De referir, neste capítulo, a forte aposta que este Governo continuará a fazer na implementação de uma correcta política ambiental de redução, reutilização e reciclagem de todos os tipos de resíduos, facto este que

se reflecte na firme vontade de termos uma Região mais limpa. Até porque todos os sistemas de Gestão de Resíduos da União Europeia terão de promover a reciclagem de 25% dos seus resíduos, de acordo com as directrizes comunitárias, quando em Portugal e aqui nos Açores a média é muito mais baixa.

Por último, continuaremos a implementar o Plano de Gestão da Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico e dos objectivos decorrentes do Estatuto de Património Mundial.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Continuaremos a implementar parcerias técnico-científicas com instituições vocacionadas na área do Ambiente e a reforçar os projectos e acções de promoção, educação e sensibilização ambiental em parcerias com as organizações não governamentais.

Nesta corrida pelo futuro, as questões ambientais mobilizam a nossa atenção, o nosso esforço, a nossa vontade de continuar a mudar os Açores para melhor.

Os problemas com a água, com o saneamento básico, o tratamento dos resíduos, a preservação dos espaços verdes, os parques e os jardins, a plantação de árvores, a preservação das espécies, a limpeza e a conservação das linhas de água, a implementação dos planos das bacias hidrográficas e a defesa intransigente de uma política que assegure a preservação do meio ambiente e da biodiversidade constituem um conjunto de acções que vão significar a projecção e a afirmação dos Açores como Região amiga do Ambiente na Europa e no Mundo.

Este é o desafio que proponho. Este é o desafio que vale a pena travar em defesa do nosso futuro colectivo. Um desafio que vale a pena vencer.”

Muito obrigada.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados Mark Marques, José Manuel Bolieiro, Herberto Rosa, José Ávila, Hernâni Jorge, Mariana Matos, Rui Meneses, Rogério Veiros e Aires Reis.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como tem sido a tónica desta tarde, queria dirigir uma palavra aos Srs. Deputados, sobretudo àqueles que nesta legislatura iniciam as suas funções, aos Membros do Governo, bem como ao Sr. Presidente e em especial à Sra. Secretária do Ambiente que tem, digamos, uma pasta muito interessante.

O assunto que eu queria colocar à Sra. Secretária tem a ver, como não podia deixar de ser, sendo eu do círculo eleitoral da Ilha de S. Jorge, a ilha faz Fajãs, com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira, ilha onde este POOC afecta, não no mau sentido, a vivência dos jorgenses. Está no vosso Programa do Governo e foi referido na sua intervenção a implementação do POOC.

É uma matéria que muito antes da campanha eleitoral foi objecto de notícias na comunicação social e as forças vivas da ilha pronunciaram-se, nomeadamente as Câmaras Municipais, as Juntas de Freguesia, etc. Foi uma luta de todos.

Houve alguma “teimosia” e depois o reconhecimento de que o Plano então apresentado tinha sido mal apresentado, ou seja, tinha começado do tecto para o chão. Tanto assim é que o Sr. Presidente do Governo se comprometeu a ir a S. Jorge correr rua a rua, casa a casa - e será muito bem recebido, porque nós recebemos todos muito bem - para tratar desse POOC.

A questão que eu lhe coloco é a seguinte:

Temos em S. Jorge cerca de 25 a 30 projectos de loteamento e de licenciamento que estão condicionados e, segundo os vossos serviços, não no seu reinado, mas no anterior, reza o seguinte: o facto do referido Plano Especial de Ordenamento do Território que se encontra na fase final de

elaboração, de ponderação da participação pública, pelo que os procedimentos de informação prévia, de licenciamento e de autorização encontram-se suspensos. É uma situação de impasse.

Eu anotei quando a Sra. Secretária disse que iria colocar todo o seu empenho, e eu acredito, porque a conheço noutras áreas, e que iria assumir todos os compromissos que vinham de trás.

Se não quiser considerar isto uma questão, considere como um apelo: era urgente que o Plano de Ordenamento da Orla Costeira nos Açores, mas sobretudo na ilha de S. Jorge, fosse implementado quanto antes.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, aproveito para fazer um cumprimento pessoal e institucional à Sra. Secretária, com votos de sucesso nas suas novas funções. Lembro que já foi nossa colega na anterior legislatura. É uma pasta difícil e espero que possa desempenhar as suas funções com sucesso.

Gostaria de ser muito breve nas questões que lhe vou colocar para, naturalmente, também obter respostas breves.

Queria que confirmasse se nas lagoas, que são tão importantes para os Açores, e no caso concreto falo da Lagoa das Sete Cidades, foram feitas descargas de alumínio? Com que objectivo? Quais as consequências?

Finalmente, queria saber que posição tem a Sra. Secretária e o Governo quanto à central de valorização energética dos resíduos de S. Miguel, proposta pela Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

(*) **Deputado Manuel Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Antes de mais deixe-me felicitá-la pela sua intervenção e fundamentalmente pela convicção com que nos trouxe a esta casa, como era sua obrigação, aquilo que são as grandes linhas que se prevêem para a actuação do Governo nos próximos quatro anos, nas áreas do Ambiente e do Mar.

Com efeito, Sras. e Srs. Deputados, o PS tem na área do Ambiente, do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos um património que é inquestionável, porque, quer queiramos quer não, só a partir de 96 e consubstanciada de forma particular em 2000 com a elevação deste sector, ao nível do departamento regional, em que as grandes questões que têm a ver com o Ambiente e com o nosso desenvolvimento sustentável foram tratadas como deve ser. Até aí tínhamos na Região medidas avulsas e basta olharmos para a forma como alguns sectores da nossa sociedade gerem as questões ambientais para vermos que esta questão é incontornável e insofismável.

Do Programa do Governo eu ressalto e relevo dois aspectos:

Por um lado as preocupações, e penso que é por aí, porque estas coisas passam fundamentalmente pela consciencialização, pela educação para o ambiente e para a preservação dum legado, porque esta Região não é nossa e nem sequer se pode dizer que nós a herdámos, nós tomámo-la ainda por antecipação aos vindouros e temos que deixar, a quem virá depois, algo igual ou melhor àquilo que recebemos.

Portanto, penso que a questão da educação para o ambiente é uma das linhas de força deste Programa e penso que é fundamental e tem a nossa concordância e o nosso apoio.

Há um outro aspecto que se coloca imediatamente a seguir que é o problema da fiscalização.

O Grupo Parlamentar do PS vê com muito gosto que há uma preocupação e que está expressamente inscrita no Programa do Governo que vai ser implementada, que é a Inspeção Regional do Ambiente.

Estes eram dois aspectos que nesta breve intervenção e nesta fase de esclarecimentos eu gostaria de deixar.

(Neste momento o Sr. Presidente foi substituído na Mesa pela Vice-Presidente, Deputada Fernanda Mendes).

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria dar os parabéns à Sra. Secretária, porque, para já, sobre a sua área não recaiu qualquer cor tenebrosa, nem o cinzento nem o negro e isso é bom, talvez, porque a sua área está conotada com o verde.

De qualquer das formas eu gostaria de deixar aqui a seguinte pergunta.

Toda a gente conhece e sabe que o nosso Ministro da Defesa e dos Assuntos do Mar, do Governo Nacional, foi recentemente às compras e gostaria de saber se a sua Secretaria tem alguma indicação se esses equipamentos que estão a ser adquiridos, e eu não estou a falar propriamente nas chaimites, irão servir para a fiscalização da nossa ZEE e se vai também equipar a nossa pobre polícia marítima que não tem qualquer tipo de equipamento, nem sequer motivação para cumprir o seu dever?

Obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

Deputada Mariana Matos (PS): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meneses.

(*) **Deputado Rui Meneses (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de levantar uma questão à Sra. Secretária relativamente à gestão de embalagens.

Como sabe, neste capítulo a Sra. Secretária tem uma pesada herança, ou seja, não há gestão de embalagens nos Açores apesar da legislação existir e, portanto, compreendo que no vosso Programa do Governo não pudesse existir um ponto que dissesse: “cumprir a legislação sobre gestão de embalagens”.

A minha questão é a seguinte:

Para quando cumprir a lei que existe neste momento sobre gestão de embalagens, uma vez que houve e há operadores económicos que se prepararam e que cumprem a lei, havendo outros que continuam a funcionar como se ela não existisse?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

Deputado Rogério Veiros (PS): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra a o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Prescindo.

Presidente: Assim sendo, dou a palavra à Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar para esclarecimentos.

(*) **Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Mark Marques:

Relativamente ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira de S. Jorge, de facto, a nossa humildade democrática leva-nos a assumir aquilo que fazemos menos bem e aquilo que fazemos bem.

Em relação a este assunto o que eu lhe digo é que estamos a rever o POOC de S. Jorge e enquanto ele não for aprovado estão previstas as medidas preventivas na Resolução nº 129, de 2003.

Para seu descanso quero-lhe dizer que ainda não sou titular desta pasta há um mês e já autorizei duas obras que não são construções e que estão de acordo, queria referir isso, com as alterações.

Não há que fazer um terror nesta situação,...

Deputado Mark Marques (PSD): Eu não fiz!

A Oradora: ... porque a legislação prevê actuarmos e eu tenciono rapidamente resolver este assunto.

Quero dizer também que em relação aos Planos de Ordenamento da Orla Costeira já aprovámos dois, que aguardam publicação.

Se algo correu menos bem no de S. Jorge, vamos imediatamente reflectir sobre isso, ouvir as pessoas e com elas resolver os problemas que a elas dizem respeito, porque eu entendo que o desenvolvimento faz-se com as pessoas.

Em relação às descargas de alumínio, Sr. Deputado Bolieiro, queria dizer-lhe que não tenho conhecimento dessa matéria. Já me informei e já li tudo o que há sobre o plano da Bacia Hidrográfica das Sete Cidades e os meus serviços não me comunicaram nada acerca de descargas de alumínio.

Relativamente à incineradora, e como advogado de profissão sabe, é um assunto que se encontra para decisão no tribunal, eu não me devo pronunciar, mas queria lhe dizer que ainda ontem o Sr. Subsecretário Adjunto do Ministro do Ambiente, Dr. Jorge Moreira da Silva,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Engenheiro.

A Oradora: ... disse no jornal “O Público” precisamente isto: “Quisemos ir mais longe em relação a algumas garantias de modo a potenciar a recolha e a reciclagem”. Ainda esta semana saiu mais uma orientação da União Europeia sobre este assunto.

Vamos privilegiar aqui nos Açores a reciclagem e a nossa postura relativamente à incineradora é exactamente a mesma que o anterior titular defendeu nesta casa.

O que eu lhe quero dizer é que nós temos uma Região ambientalmente pura e não vamos querer estragá-la quando as incineradoras estão definitivamente condenadas.

Há outros processos que estão estudados e que foram apresentados nas revistas da especialidade, por exemplo, da Universidade Nova de Lisboa, como é o tratamento mecânico dos resíduos e que é um processo muito mais barato e muito mais amigo do ambiente.

Não sei se isto vai acontecer ou não, porque neste momento o Governo da República vai ficar em gestão, mas o Projecto da ERSUC, por exemplo, pela informação que tenho, tudo levava a crer que não avançava com o actual Ministro do Ambiente.

Em relação à fiscalização, como sabe, essa é uma das principais prioridades e que nós contamos implementar imediatamente, porque defendemos que quem polui deve pagar.

Tal como o senhor, eu defendo que a educação ambiental é um caminho, é um desígnio fundamental, porque só através dele é que podemos avaliar e quanto mais pudermos demonstrar aquilo que está bem feito e aquilo que está mal, melhor ambiente podemos ter nos Açores.

Relativamente aos resíduos sólidos urbanos, Sr. Deputado Rui Meneses, queria comunicar-lhe que isso é competência dos municípios.

Quero também dizer que o Governo Regional só este ano já gastou 300 mil euros a exportar resíduos para o Continente.

Portanto, nesta matéria há responsabilidades do Governo da República e das empresas que estão contratualizadas para fazer a exportação de resíduos e que eu irei rapidamente resolver essa situação, porque o Governo Regional implementou o programa PAGIR, andou a limpar a Região e recuperámos cerca de 60% de resíduos e de lixo e na realidade continuamos a encontrar imenso lixo por toda a Região. Esta é uma questão que tem que ser resolvida de imediato.

Eu acho que, quanto a esta matéria, temos que ser muito sérios na nossa conduta, porque não podemos de maneira nenhuma fazer com que o destino dos Açores, nesta matéria dos resíduos, fique comprometida e que venha a comprometer o nosso grande desafio que é continuar a ter uma Região ecologicamente limpa.

Isto é matéria que certamente vai ter da minha parte um grande empenhamento e uma grande vontade de solucionar este problema.

É evidente que esta é uma matéria que o Governo tem uma quota parte da responsabilidade, porque a Associação de Municípios tem responsabilidade nesta matéria e, como sabe, já se deram alguns passos, mas ainda há muito para fazer.

Penso que se houver seriedade nesta matéria e se houver capacidade de negociação e diálogo institucional este assunto ficará resolvido para bem de todos nós e dos nossos filhos.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do Governo *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meneses.

(*) **Deputado Rui Meneses (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Eu peço desculpa, mas devo ter-me exprimido mal. Eu não estava a falar dos resíduos sólidos urbanos, estava a falar exactamente da gestão de embalagens reutilizáveis. Para ser mais específico, porque não temos muito tempo, neste momento, em tudo o que é consumo imediato, deveriam ser servidas taras reutilizáveis. A senhora sabe que isso não existe e temos aqui no bar da Assembleia um bom exemplo.

A lei diz que tem de ser taras reutilizáveis.

Eu sei que não é fácil, mas estou a ser sério. Se a lei existe ela tem que ser cumprida. Era a isto que eu me referia.

Peço desculpa, mas confundiu com os resíduos sólidos urbanos que é diferente.

Obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, vamos passar às intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

“O Ambiente terá sempre que participar na configuração do nosso modelo de desenvolvimento. Numa Região como a nossa terá mesmo que ser encarado como infra-estrutura fundamental de uma estratégia de desenvolvimento.

A preservação do Ambiente assume-se não só como condição de sustentabilidade do desenvolvimento, mas também como razão de ser desse mesmo desenvolvimento.”

Há quatro anos, terminámos desta forma a intervenção proferida no âmbito do debate do Programa do VIII Governo Regional. Hoje, reafirmamo-lo com maior pertinência e redobrada convicção, pois já todos percebemos que os problemas económicos, sociais e ambientais se encontram interligados e que, cada vez mais, problemas de ordem global atingem o nosso quotidiano.

Actualmente, não sobejarão dúvidas de que uma *sociedade sustentável* é aquela que mantém o *stock* de capital natural ou compensa uma reduzida depleção deste pelo desenvolvimento do capital tecnológico, permitindo, assim, não apenas a subsistência como o desenvolvimento das gerações futuras. Numa *sociedade sustentável* o progresso é medido pela qualidade de vida – aferida pelos níveis de saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, qualidade ambiental e de equidade e solidariedade social – e não pelo puro consumo material.

O conceito de *sociedade sustentável*, originalmente elaborado pelo Worldwatch Institute no começo da década de oitenta do século XX, disseminou-se mundialmente através dos relatórios anuais sobre o estado do mundo, produzidos por aquele instituto desde 1984, bem como pelo relatório “*O nosso Futuro Comum*” – mais conhecido por relatório Brundtland – produzido em 1987 pela Comissão Mundial da ONU para o Ambiente e Desenvolvimento (WCED). A partir de então, o conceito tornou-se um ponto de referência obrigatório dos debates académicos, políticos e culturais, passando a ser uma poderosíssima ideia-força sobre a ordem social desejável.

Não obstante a Humanidade ter acordado para os problemas ambientais há menos de 30 anos, depois de séculos de costas voltadas para o Ambiente, acreditamos que uma *sociedade sustentável* é ainda técnica e economicamente possível e é, indubitavelmente, preferível a uma sociedade que procure resolver os seus problemas através de uma lógica de constante expansão.

O desafio civilizacional é, pois, transformar os valores ambientais nos elementos reorganizadores da sociedade, tornando operacional o conceito de sustentabilidade. Para caminharmos em direcção a um *desenvolvimento sustentável* – tal como foi enunciado no relatório Brundtland e reafirmado na Declaração do Rio de 1992: “*desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades*” – impõe-se equacionar as opções de desenvolvimento com as de conservação da natureza e valorizar aspectos éticos com base em princípios como o de que “*não herdámos a Terra dos nossos pais, mas tomámo-la emprestada aos nossos filhos*”. Subjacente a estas questões está a afirmação central de que a política de desenvolvimento escolhida não comprometa de nenhuma forma o bem-estar das gerações futuras.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Contudo, somos quotidianamente confrontados com sinais contraditórios, vindos designadamente das principais potências mundiais. A título de exemplo e olhando apenas aos últimos dias, se, por um lado, nos devemos congratular com a ratificação pela Rússia do Protocolo de Quioto, viabilizando a sua entrada em vigor, bem como com a publicação no Reino Unido do Livro Branco da Energia, ainda com a Declaração de Praga tomada no 16.º encontro dos signatários do Protocolo de Montreal, e também com a atribuição do prémio Nobel da Paz à queniana Wangari Maathai, galardão que lhe será entregue amanhã em Oslo; por outro lado, somos confrontados, na edição de domingo do jornal “*The Independent*”, com a intenção da administração americana em dismantelar 30 anos de legislação e conquistas ambientais, abrindo o Ártico à exploração petrolífera, encorajando a construção de centrais nucleares – abandonada depois do acidente de *Three Mile Island* em 1979 – e alterando três importantes leis: a do ar limpo (*Clean Air Act*), uma das leis ambientais mais bem sucedidas a nível mundial que reduziu a poluição para metade em 30 anos, a das espécies em extinção (*Endangered Species Act*) e a lei da política nacional do ambiente (*National Environmental Policy Act*); ao que se juntam as declarações de Harlan Watson, enviado especial da Administração Bush na 10.ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-10), proferidas terça-feira em Buenos Aires, em que considera que “*não é o momento apropriado*” para aderir ao Protocolo de Quioto e que este não passa de “*um acordo político sem base científica*”.

Felizmente para os açorianos, o Programa do IX Governo Regional – em coerência com o programa eleitoral do Partido Socialista e com a política que, segura e persistentemente, vem sendo implementada desde 1996 – alinha pelas mais avançadas opções políticas nos domínios do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As Nações Unidas e a União Europeia têm apelado à necessidade de formulação e implantação de estratégias para o *desenvolvimento sustentável*. Neste domínio a própria União Europeia foi exemplar ao aprovar a Estratégia Comunitária para o Desenvolvimento Sustentável em 2001.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) está praticamente concluída – os objectivos e vectores estratégicos foram aprovados pelo Conselho de Ministros no passado dia 11 de Novembro – afirmando como grande desígnio “*fazer de Portugal, no horizonte de 2015, um dos países mais competitivos da União Europeia, num quadro de qualidade ambiental e da coesão e responsabilidade social*”.

No que nos diz directamente respeito, o Programa Regional de Desenvolvimento Sustentável dos Açores (PRDSA) também já está elaborado e pronto para a fase de discussão pública, embora, até agora, tenha ficado marcado por uma tendência de condução exclusiva pelo Ambiente, em representação apenas de um dos pilares do *desenvolvimento sustentável*, que não pode deixar de ser encarado nas suas três dimensões: económica, social e ambiental.

Neste quadro e com o idêntico entendimento, as propostas relativas às perspectivas financeiras da União Europeia para o período de 2007 a 2013 devem merecer-nos um especial acompanhamento, não apenas pela importância que esse novo quadro de apoio tem para uma região ultraperiférica com a nossa, mas sobretudo pelo destaque que as propostas em discussão atribuem às questões ambientais, convocando a uma ponderada atenção e activa participação da tutela ambiental.

Da análise das propostas da Comissão Europeia quanto às novas perspectivas financeiras, permitimo-nos relevar a afirmação transversal do conceito de *ecocondicionalidade* e destacar alguns aspectos relacionados com o financiamento da Rede Natura 2000.

A Rede Natura 2000 consiste num conjunto de territórios cuja gestão permitirá estruturar a política de conservação da natureza na Europa, ocupando nos Açores 13,4% do espaço terrestre, além dos 5 Sítios de Interesse Comunitário (SIC’s) marinhos.

Nos Açores o Plano Sectorial de Gestão dos Sítios da Rede Natura está concluído e pronto para ser lançado em discussão pública, precisamente na altura em que decorre na União Europeia o processo de definição do modo de financiamento da Rede Natura 2000.

Na proposta de financiamento apresentada pela Comissão Europeia prevê-se “*que os fundos comunitários, principalmente os fundos estruturais e de desenvolvimento rural, participem de forma substancial no financiamento da execução da Rede Natura 2000*”. Esta participação dos

fundos de desenvolvimento rural no financiamento da Rede Natura é uma consequência das características desses espaços, onde cerca de 2/3 da superfície está associada a usos florestais ou agrícolas, dependendo em grande parte da manutenção destes usos a conservação dos *habitats* incluídos na Rede Natura.

Também já está sobre a mesa a proposta de regulamento do futuro Fundo Agrícola Europeu do Desenvolvimento Rural (FAEDR), que inclui um conjunto de ajudas destinadas a agricultores fixados nos territórios da Rede Natura 2000, abrangendo a superfície agrícola utilizada e a superfície florestal, estando previstas, no caso da floresta, as ajudas silvo-ambientais, homólogas das actuais medidas agro-ambientais. As ajudas agro-ambientais e silvo-ambientais e as ajudas específicas à Rede Natura 2000 incidem genericamente sobre uma parte substancial das acções necessárias à manutenção da Rede Natura.

No aproveitamento eficaz dos programas de desenvolvimento rural poderá estar a chave do financiamento da Rede Natura 2000. Contudo, o Regulamento do Desenvolvimento Rural ainda continua muito focalizado na agricultura, quando talvez se justificasse a inclusão no Desenvolvimento Rural de todos os sectores socio-económicos das zonas rurais e não exclusivamente o sector agrário.

A proposta da Comissão Europeia para financiamento da Rede Natura 2000 envolve também um significativo aumento da dimensão financeira do programa LIFE. As expectativas actuais – baseadas na comunicação da Comissão COM(2004)0621, de 29 de Setembro – apontam para que o programa LIFE+ possa contribuir com cerca de 5% das necessidades de financiamento da Rede Natura em Portugal.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em pleno século XXI, vivemos numa sociedade quase absoluta e absurdamente dependente da queima dos combustíveis fósseis (por exemplo, o tráfego rodoviário e 87% da energia primária comercializada), com as gravíssimas consequências que daí advém para a degradação ambiental, designadamente o aquecimento global.

O Protocolo de Quioto é o mais visível esforço alguma vez realizado pela comunidade internacional para combater o problema do aquecimento global. Com a recente ratificação pela Rússia estão, finalmente, verificados os requisitos necessários para que passe a vigorar, a partir de 16 de Fevereiro de 2005, mesmo sem a adesão dos Estados Unidos da América, responsáveis por 36% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE's). Neste momento o Protocolo de Quioto está ratificado por 125 países correspondendo a 61,6% das emissões globais de GEE's, sendo que a sua entrada em vigor estava dependente da verificação de dois requisitos cumulativos: ratificação, no mínimo, por 55 países, representando, pelo menos, 55% das emissões totais de dióxido de carbono em 1990. Mantém-se, contudo, a indefinição quanto ao futuro, ou seja, se a não adesão dos Estados Unidos da América comprometerá a renovação dos compromissos assumidos para além de 2012 (data da caducidade do Protocolo de Quioto), ao mesmo tempo que as estratégias de *adaptação* às alterações climáticas começam a ganhar espaço no debate.

Na abertura da COP-10, a secretária-executiva Waller-Hunter realçou a queda de 6% das emissões globais entre 1990 e 2000 – ligeiramente acima da meta de 5,2% estabelecida no Protocolo de Quioto – notando, contudo, que este resultado positivo só foi alcançado pelo esforço dos países em desenvolvimento – ao que não será alheia a desaceleração económica dos últimos anos – já que no conjunto das nações desenvolvidas houve um aumento de 7% nas emissões.

Segundo o estudo “*Energia, Tecnologia e Política Climática: Perspectivas Mundiais para 2030*”, publicado pela Comissão Europeia em Maio de 2003, num cenário de manutenção do *status quo* – que não considera as políticas recentes da União Europeia em matéria de alterações climáticas – verificar-se-á uma duplicação do consumo mundial de energia até 2030, os combustíveis fósseis – o mesmo é dizer, o petróleo – continuarão a ser as fontes de energia predominantes e as emissões de dióxido de carbono quase duplicarão em relação às registadas em 1990.

É neste cenário que assistimos ao retomar da discussão sobre a energia nuclear, num momento em que Portugal é um dos países da União Europeia mais mal colocados para cumprir os compromissos do Protocolo de Quioto, não obstante os Açores destacarem-se positivamente por já terem efectuado alterações profundas na sua matriz energética, incorporando, em grande escala, fontes sustentáveis,

designadamente energia geotérmica, eólica e hídrica, que atingiram 20,2% da produção em 2003, claramente além da meta de 12% estabelecida pela União Europeia para 2010.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A actual situação de depauperamento de grande número de populações marinhas, a nível mundial, tem vindo a contrariar a ideia, até há pouco largamente aceite, de que certos recursos pesqueiros eram inexauríveis. O progresso tecnológico que nas recentes décadas se fez sentir ao nível das pescas, com o consequente aumento da vulnerabilidade dos recursos e intensificação da exploração (nos últimos 35 anos verificou-se uma duplicação das capturas globais de peixe), provocou graves desequilíbrios nas populações e ecossistemas, ao ponto de metade dos bancos de pesca mundiais estarem totalmente explorados e 1/4 se encontrarem sobre explorados.

Face à enorme importância da actividade da pesca e estimando-se que a capacidade pesqueira mundial seja 150% superior à sustentável, a gestão dos recursos piscícolas passou para a primeira linha das preocupações globais, conhecendo novas abordagens que passam não só pelo desenvolvimento de novas metodologias de avaliação dos recursos e de melhoramento das técnicas de pesca, mas também pela adopção de princípios que consagram uma maior integração das políticas ambientais nas políticas pesqueiras.

A redução da Zona Económica Exclusiva (ZEE) de 200 para 100 milhas, resultante das alterações ao Regulamento (CEE) 2847/93, de 12 de Outubro, abriu 3/4 das nossas águas territoriais às frotas pesqueiras de outros países comunitários, quando é conhecido que os ecossistemas marinhos nessas áreas possuem um equilíbrio ecológico extremamente frágil e que alguns deles, designadamente os montes submarinos, são únicos e essenciais para a reprodução e alimentação de um vasto número de espécies de grande importância ecológica e económica.

O facto das nossas águas apresentarem características únicas em termos ambientais, possuindo ecossistemas ricos, embora frágeis se perturbados em demasia, faz com que não possam suportar o esforço de pesca decorrente da *liberalização* dos mares. No sentido de minimizar as consequências para a conservação dos ecossistemas marinhos e dos recursos pesqueiros, que advêm dessas alterações, o nosso País – e a Região, dentro daquilo que são as suas competências – deverá reforçar substancialmente a sua capacidade de fiscalização, promover a monitorização das espécies e ecossistemas e incrementar a criação de áreas marinhas protegidas, seja no âmbito da Rede Natura 2000 ou ao abrigo da Convenção para a Protecção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste (Convenção OSPAR), garantindo assim a salvaguarda das áreas marinhas mais sensíveis.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Turismo Ambiental, também designado por Turismo Verde, Turismo de Natureza ou Ecoturismo, tem vindo a ter uma procura crescente a nível global e a eleger, cada vez mais, as áreas protegidas, como destino turístico preferencial e poderá assumir-se como produto potencial na estratégia regional de *marketing* e desenvolvimento turístico.

As áreas protegidas, pela natureza e sensibilidade do património que encerram, exigem que a gestão do seu potencial recreativo e turístico assegure a manutenção de um equilíbrio dinâmico entre a salvaguarda das riquezas naturais e culturais, o acesso a elas por parte dos visitantes e a melhoria da qualidade de vida da população residente. O turismo nas áreas protegidas tem, portanto, de ser sustentável e promovido através de planos integrados e específicos, assentes nos princípios da pluriactividade, complementaridade, diversidade, identidade e qualidade.

Num contexto de expansão turística serão crescentes as pressões sobre as áreas protegidas e outras zonas sensíveis, pelo que é de relevar o expresso empenhamento na prossecução do seu adequado planeamento, da construção de infra-estruturas de recepção do público e da melhoria do acompanhamento e da vigilância dos visitantes.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se acima foram evidenciados alguns indicadores de que a sociedade actual é insustentável, tanto para o planeta como para a maioria da sua população, coloca-se-nos um desafio de superação e de afirmação de uma nova ordem social.

Este desafio, pela sua complexidade, convoca a utopia, tal como a definiu Boaventura Sousa Santos, ou seja “*a exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da*

imaginação à necessidade do que existe, só porque existe, em nome de algo radicalmente melhor que a humanidade tem direito de desejar e porque merece a pena lutar.”

Assim, e se é certo que a preocupação ecológica não tem pátria e o seu enraizamento é o planeta, não é menos certo que não pode ter ideologia e que a agenda global terá de contemplar o fortalecimento das políticas públicas de Ambiente, como factor fundamental para induzir a mudanças estruturais. A agenda do século XXI é, pois, a criação duma *sociedade sustentável*.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Não havendo pedidos de esclarecimentos, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado José Lima.

Deputado José Lima (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sendo a primeira vez que intervenho nesta Assembleia, quero cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia desejando-lhe as maiores felicidades no seu cargo e desejar a este Parlamento e os novo Governo um bom trabalho para os próximos quatro anos em prol do desenvolvimento e do bem-estar de todo o povo dos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Mar dos Açores é uma componente absolutamente necessária ao desenvolvimento da nossa Região.

Quando em finais de 1996, o Governo da responsabilidade do Partido Socialista iniciou funções Governativas, encontrou o sector das Pescas em estado de abandono, com diversos problemas estruturais por resolver e com um total descrédito entre a classe piscatória.

Foi com os Governos Regionais do Partido Socialista, que o sector das Pescas e os próprios pescadores, começaram a ser visto com outros olhos; olhos de quem perspectiva as pescas como um sector de grande interesse na vida económica da Região e de importância fundamental para o seu desenvolvimento.

Desde 1997, que estes Governos vem investindo e dignificando as Pescas na nossa Região. No que se refere à frota Costeira, foram aplicados e aproveitados com rigor os fundos comunitários para a sua modernização, deixando para trás o estado anterior de sub-desenvolvimento, bem como a sub-utilização dos apoios.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não podia deixar de referir os grandes investimentos realizados em todas as Ilhas da Região, nos Portos e Núcleos de pesca, na recuperação de um património fundamental para o sector, em virtude do mesmo ter sido deixado ao abandono e à degradação total por parte dos governos do PSD.

Ao invés nos últimos anos, foram construídos e ampliados novos Portos de Pesca na Região, assim como molhes de protecção. Foram recuperadas várias rampas de varagem e instalados cais flutuantes, recuperadas as condições de operacionalidade da maioria dos portos da Região; construídas infra-estruturas de apoio ao sector tais como; casas de aprestos, oficinas de reparação naval destinadas à pintura e reparação de embarcações. Instalados guinchos e gruas em todos os portos, melhorando as condições de trabalho dos nossos pescadores.

Foi criado o Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais das Pescas dos Açores (FUNDO PESCAS), o qual veio criar mecanismos de compensação a todos os profissionais do sector. Este Fundo veio suprir uma lacuna em situações prolongadas de mau tempo, quando os pescadores ficam involuntariamente impedidos de exercer a sua actividade.

Foi efectuado o processo de reestruturação do serviço de Lotas na Região, dotando-as de modernos equipamentos informáticos, os quais vieram trazer melhores rendimentos ao sector.

Com tudo isto foram criadas melhores condições de escoamento do pescado e o preço médio nos Açores passou de 1,17 Euros/Kg em 1996 para 2,73 Euros/Kg em 2004

A nível da formação profissional foram ao longo dos últimos anos de mandato, efectuados diversos cursos de formação para os nossos pescadores, bem como acções de reciclagem de segurança marítima em todas as Ilhas da Região; com o apoio da embarcação de formação profissional cujo investimento foi de grande importância para o sector.

Investiu-se fortemente na Investigação Científica com vista a melhorar o conhecimento dos nossos mares. Estes investimentos foram realizados a pensar no futuro do Sector; a pensar no futuro das pessoas que trabalham e labutam na vida do mar; mais concretamente na melhoria das condições de todos os pescadores e suas famílias, assim como na criação de melhores oportunidades de negócios aos diversos parceiros do sector.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito se tem feito, mas também temos consciência que ainda há muito para fazer neste Sector. E porque reconhecemos esta realidade é que o Programa do IX Governo da Região Autónoma dos Açores continua a privilegiar os investimentos no sector para os próximos quatro anos.

A criação da Sub-secretaria das Pescas, é o reconhecimento da importância estratégica desta actividade para a nossa Região. Os investimentos de 127 milhões de euros de 1997 a 2004 são a expressão concreta da relevância que lhe atribuímos.

Embora a protecção da nossa Zona Económica Exclusiva esteja fora das nossas competências, pugnaremos sempre, para que sejam adstritos mais meios à sua fiscalização, afim de salvaguardar os nossos recursos. O recuo da nossa ZEE das duzentas para as cem milhas, reduziu parcialmente a nossa área de pesca, acabou com a exclusividade entre as cem e duzentas milhas e reflecte-se já na produtividade de algumas traineiras, que passaram a gastar sensivelmente o dobro do tempo para capturar a mesma quantidade de pescado.

O facto de não termos plataforma continental, e de grande parte do pescado mais valioso ser capturado até à batimétrica dos seiscentos ou setecentos metros, restringe muito a nossa área útil de pesca. Por esta razão e ainda porque a fragilidade dos nossos stocks é patente, devemos defender em todos os contactos nacionais ou internacionais a exclusividade de exploração da zona dos Açores pela frota Regional.

Na defesa da nossa exclusividade, temos de desenvolver campanhas de esclarecimento acerca da fragilidade dos nossos recursos naturais, aceitando a colaboração de todos e em especial das associações de pescadores e armadores, associações ambientalistas e cientistas. É importante ainda, desenvolver a cooperação activa entre todas as autoridades no controlo e fiscalização dos nossos mares, de modo que possamos transmitir às gerações vindouras a perpetuação dos nossos recursos marinhos. Daí também por considerarmos feliz a nova arrumação orgânica numa Secretaria Regional de Ambiente e do Mar.

É muito importante o conhecimento científico dos nossos mares e devemos apoiar os estudos que aprofundem esse conhecimento como ainda direccioná-los e condiciona-los a objectivos concretos e cuja utilidade e funcionalidade sejam implementáveis.

O Mar dos Açores é um vector absolutamente necessário ao desenvolvimento da nossa Região. Por isso o nosso mar tem de ser inalienável na sua exploração e na sua gestão. Na fase de sobre-exploração em que os Mares de toda a UE se encontram, seria inconsciência não pôr em causa globalmente e sem equívocos a sua política para as pescas. Não tem sentido, apesar das nossas especificidades, mantermos apenas a contestação à gestão da nossa ZEE. Porque o que está em causa é toda uma política de pescas utópica, assente em recursos cujos stocks quase já não existem ou se tornaram raros e cujo esforço de pesca continua excedentário. Há que, em alternativa, apresentar propostas realistas que salvem os recursos do mar, através de medidas concretas de gestão participada que incluam todas as partes, autoridades locais, pescadores e técnicos.

A política que tem vindo a ser seguida pelo Governo Regional no sector das pescas é uma política de futuro que se enquadra especificamente na defesa das pescas da nossa Região e no interesse dos nossos Pescadores.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Mão havendo pedidos de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na primeira vez em que subo a esta tribuna, gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar e saudar a Senhora Presidente, as Senhoras e os Senhores Deputados da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e manifestar a minha total disponibilidade para colaborar activa e respeitosamente na realização das nobres funções, deste importante órgão, símbolo da autonomia regional.

Para nós açorianos, o mar, tem constituído e constitui um desígnio regional, de importância estratégica para o nosso desenvolvimento económico, ambiental e cultural, quer seja no âmbito da exploração comercial dos recursos marinhos, quer seja através da sua utilização para actividades de lazer, turísticas ou desportivas, quer ainda no âmbito das ciências marinhas.

No que respeita às pescas, a inexistência de plataforma continental, a localização dispersa e a profundidade que separa os nossos montes submarinos, as condições do ecossistema e a situação geográfica da nossa Região, constituem uma realidade biológica e geográfica completamente distinta da zona continental Europeia. É por isso, que a nossa especificidade obriga à implementação de medidas e políticas condizentes com a exploração sustentável dos recursos haliêuticos.

O grande desafio que se nos coloca num futuro próximo, não é o de pescar mais, mas sim melhor, fazendo-o de uma forma sustentável e racional, de modo a assegurar a auto-renovação dos recursos pesqueiros e, ao mesmo tempo, conseguir uma valorização económica dos produtos da pesca através da melhoria da sua qualidade.

O livre acesso, à nossa Zona Económica Exclusiva, de frotas com grande capacidade pesqueira não se coaduna com a fragilidade dos nossos recursos vivos marinhos e pode conduzir à sua sobre-exploração e correspondente rarefacção.

É por isso que a protecção da nossa Zona Económica Exclusiva constitui um objectivo permanente para o Governo Regional dos Açores, independentemente das opções da União Europeia ou do Governo da República, já que se trata, não apenas da salvaguarda dos nossos interesses estratégicos, mas também, da protecção de ecossistemas frágeis e únicos à escala mundial.

Assim, o Governo Regional continuará a defender em todas as instituições nacionais e internacionais a necessidade da exclusividade de exploração por parte da frota regional da nossa Zona Económica Exclusiva, com base no princípio da precaução, em virtude da fragilidade biológica dos nossos recursos marinhos, e com base no princípio da estabilidade relativa, tendo em vista a manutenção dos nossos direitos históricos de pesca nesta zona do Atlântico.

As únicas excepções a este regime, que temos aceite e aceitaremos, reportam-se a embarcações que têm histórico de pesca nesta área. Falamos das embarcações da Madeira, que exercem a actividade da pesca ao atum com salto e vara e as embarcações do Continente, que exercem a actividade da pesca com palangre de superfície, dirigido ao espadarte e similares.

Mas para protegermos de uma forma permanente a nossa Zona Económica Exclusiva, temos que continuar a aprofundar o conhecimento científico dos nossos mares, através de acordos de colaboração com o Departamento de Oceanografia e Pescas e com o Instituto do Mar da Universidade dos Açores. Nessa perspectiva, também continuaremos a investir na modernização dos equipamentos das embarcações de investigação científica marinha que a Região dispõe e que, desde 1997, estão a ser geridos pela Universidade dos Açores, em parceria com o Governo Regional.

Para concretizar este objectivo aproveitaremos ao máximo os fundos comunitários, postos à nossa disposição, quer seja através do INTERREG, quer seja através do III e IV quadros comunitários de apoio.

As obrigações de todos os agentes do sector das pescas prendem-se com os princípios do desenvolvimento sustentável, da qualidade, da pesca responsável, da precaução e da acção preventiva. É impossível manter as actividades da pesca num nível economicamente rentável a longo prazo, se não for aplicado um regime de gestão racional e cauteloso, com vista a preservar os recursos esgotáveis de que a pesca depende. Serão estes os princípios que nortearão a postura do IX Governo Regional nas instâncias nacionais e comunitárias, aliás, na continuação do que vem sucedendo desde 1997.

Pretende-se assim desenvolver, em colaboração com cientistas, pescadores, armadores e ambientalistas ao nível regional, nacional e europeu, uma ampla campanha de esclarecimento

acerca da fragilidade dos nossos recursos naturais e da necessidade de não aumentar o esforço de pesca nesta zona, de forma a que as nossas gerações vindouras possam dispor de recursos pesqueiros.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As condições actuais de abertura da nossa Zona Económica Exclusiva, até às 100 milhas, não se compadecem com fragilidades no controlo e na fiscalização. Actualmente, no âmbito da Política Comum de Pescas, a fiscalização e controlo das águas de cada Estado-Membro é uma responsabilidade exclusivamente nacional. É por isso que consideramos que devem ser empenhados, efectivamente e de uma forma continuada, meios navais e aéreos nas nossas águas, de forma a garantir a protecção da situação biológica sensível, da nossa Zona Económica Exclusiva, e assim preservar este património da nossa Região.

Pela nossa parte continuaremos a cooperar activamente com as autoridades competentes no controlo e fiscalização no mar, de forma a fornecer-lhes, atempadamente, a informação via satélite das embarcações que entrem na nossa Zona Económica Exclusiva e que tenham o equipamento a funcionar. No nosso entendimento, só com inspecções a bordo das embarcações comunitárias, que não entram nos nossos portos, mas que exercem efectivamente a actividade da pesca na nossas águas, é que se poderá garantir o cumprimento das normas regionais, nacionais e comunitárias em vigor.

A linha de rumo da política regional de pescas também passa pelo reforço da competitividade e pelo fortalecimento do tecido económico e social, no qual se integra o Fundo de Compensação Salarial dos Pescadores dos Açores, conhecido por FUNDOPESCA, criado na anterior legislatura, que permitiu, de uma forma definitiva, criar um mecanismo de compensação a todos os profissionais do sector da pesca quando, por questões de intempéries, se encontrarem impedidos de exercerem a sua actividade.

A continuação da renovação e da modernização da frota, a diversificação da actividade da pesca para as espécies de grande profundidade, o alargamento da área de actuação dos nossos atuneiros, como também, a possibilidade da entrada no mercado turístico das embarcações de pesca, constituem, entre outras, algumas das oportunidades, que apoiaremos e que tem que ser aproveitadas pelos nossos pescadores, de forma a que o sector das pescas continue a ser uma alavanca para o desenvolvimento sustentável dos Açores.

O sector produtivo constitui um dos pilares do sector regional das pescas. Sem uma frota de pesca que permita boas condições de trabalho aos nossos pescadores, não se consegue modernizar o sector produtivo. É por isso que, já tendo obtido um tratamento de excepção, neste quadro comunitário de apoio, continuaremos a defender, junto das instâncias europeias, a necessidade de manter os apoios à renovação da nossa frota pesqueira, no próximo quadro comunitário de apoio.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta legislatura propomo-nos certificar o pescado capturado, na Região, com artes de linhas e anzóis, dinamizando, por essa via, a promoção do nosso pescado no exterior, na convicção de que esta acção contribuirá para valorizar economicamente a nossa actividade pesqueira e assim proporcionar melhores rendimentos aos nossos pescadores.

A melhoria das condições de escoamento de pescado fresco por via aérea, a partir de 1997, resultou na duplicação do preço médio do pescado fresco descarregado nas lotas da Região. É nossa intenção continuar a desenvolver esforços no sentido de melhorar as condições de escoamento de pescado para o continente europeu, como forma de aumentar a rentabilidade dos nossos produtores.

No que respeita à indústria, iremos continuar a apoiar as empresas tradicionais do sector, sejam conserveiras ou outras, e dinamizaremos, também, a criação de mais empresas de congelação e de filetagem de pescado na nossa Região, como forma de introduzir regionalmente outro tipo de produtos do mar.

A aposta em determinados recursos, com potencial, mas ainda não plenamente explorados na Região, com boa procura no mercado de congelados, seja regional, nacional ou comunitário, poderá ser uma excelente oportunidade, não só para os nossos pescadores e respectivas associações, como também para as nossas pequenas e médias empresas.

Mas, o grande salto qualitativo, no aspecto financeiro, para os pescadores, será quando se conseguirem organizar colectivamente e também entrarem no circuito da comercialização do pescado, fresco ou congelado, não só para participarem nos lucros da segunda venda, como também, para incrementar localmente a procura. É por isso, que as associações de pescadores ou as organizações de produtores, devem aproveitar plenamente os instrumentos financeiros regionais e comunitários, postos ao seu alcance nesta legislatura, para criarem estruturas e circuitos colectivos que introduzam mais valias económicas para as famílias que vivem deste sector.

Importa também referir que o Governo Regional irá continuar com o esforço de requalificação das infra-estruturas portuárias e dos equipamentos de apoio ao sector das pescas, de uma forma harmoniosa em todas as ilhas, construindo e recuperando portos de pesca, casas de aprestos, oficinas de reparação naval, lotas e postos de recolha, bem como, instalando novas gruas, guinchos, pórticos de varagem e equipamentos de gelo e de frio.

Nesta área, a passagem da Lotação de empresa pública para sociedade anónima, durante esta legislatura, assumirá um papel relevante, atendendo à agilização da sua capacidade de investimento. Mas a modernização deste sector não dispensa a formação profissional como forma de valorizar individualmente todos os intervenientes na fileira da pesca. O sector das pescas regional só poderá ser competitivo, se a formação nesta área for uma realidade activa e permanente, de forma a melhorar a qualidade, quer seja do trabalho dos profissionais, quer seja dos produtos da pesca.

Nesta área da formação profissional, temos, também, como prioridade, regionalizar a certificação marítima para as categorias de pescador, arrais de pesca local e arrais de pesca, tendo em vista uma maior celeridade no processo de obtenção da cédula marítima, documento este, de primordial importância para o acesso profissional à actividade da pesca.

Pretendemos, assim, através deste programa do IX Governo Regional, continuar a modernizar e a desenvolver sustentavelmente o sector das pescas, de uma forma harmoniosa em todas as ilhas da Região.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

(Neste momento o Sr. Presidente retoma o seu lugar na Mesa)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Apenas tenho a inscrição do Sr. Deputado Pedro Gomes a quem dou a palavra.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Subsecretário Regional das Pescas:

Começo por lhe dizer o seguinte:

O Partido Social Democrata partilha da preocupação expressa aqui por V. Exa., e constante do Programa do Governo, da protecção da nossa ZEE. Obviamente que subscrevemos essa preocupação e tudo faremos, naquilo que dependa da nossa capacidade de intervenção nesta Câmara e fora dela, para acompanhar o Governo neste desiderato.

Gostaria de perguntar-lhe concretamente o seguinte:

Refere o Programa do Governo que a protecção da nossa ZEE será feita, entre outros, através de colaboração com o Departamento de Oceanografia e Pescas e com o Instituto do Mar da Universidade dos Açores.

A pergunta concreta é esta: qual é a extensão e o alcance desses protocolos de cooperação, o que é que eles visam em concreto e que estratégias estão a ser delineadas pela Universidade dos Açores sobre a orientação destes protocolos para a protecção da Zona Económica Exclusiva?

Queria perguntar-lhe também que estratégia é que o Governo tenciona adoptar para a transformação da Lotação em Empresa Pública, SA?

O Sr. Secretário anunciou aqui esse princípio, está no Programa do Governo e gostaria de lhe perguntar se é apenas uma mera operação de natureza financeira para desorçamentar ou se visa outros objectivos e quais? = Programa do Governo refere apenas que é para reforçar a capacidade de investimento desta entidade.

Por outro lado, e para que fique claro neste Câmara, gostaria de lhe perguntar qual é neste momento o passivo da Lotação, EP?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

(*) **Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à intervenção da Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar o Sr. Deputado José Ávila perguntou para quando estava previsto o investimento em meios pelo Ministério da defesa para proteger a nossa ZEE.

De facto, tem havido um decréscimo de fiscalização da pesca nas nossas águas nos últimos dois anos, nomeadamente entre as 100 e as 200 milhas.

Nós temos neste momento cerca de 20 embarcações a pescar na nossa ZEE, entre as 100 e as 200 milhas e preocupa-nos que sistematicamente essas embarcações entrem na nossa Zona Económica Exclusiva e não sejam fiscalizadas, dado que até agora não temos conhecimento de fiscalizações no mar, porque é no mar que se consegue verificar se estas embarcações estão a pescar espécies de tamanho subdimensionado, se têm anzóis bem dimensionados ou se têm artes de pescas que não estão em condições de operar nas nossas águas.

De facto, aquilo que eu posso dizer é que considero que nos últimos dois anos houve um desinvestimento na área da defesa, relativamente à fiscalização da pesca.

Quanto ao protocolo com o IMAR e o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, nós temos vários protocolos, temos protocolos para a gestão dos navios com um período de duração de 4 anos. Esta investigação não se limita apenas à investigação científica pesqueira, mas também investigação ao nível dos fundos marinhos relacionados com a geotermia e a geologia.

Neste protocolo com o Departamento de Oceanografia e Pescas e com o IMAR temos também a definição das áreas marinhas protegidas e temos a definição das biomassas na Região Autónoma dos Açores.

Estes trabalhos que temos efectuado nos últimos 6 ou 7 anos permitiram que, de uma forma cientificamente correcta, fosse implementada uma protecção na Zona Económica Exclusiva dos Açores que só não chegou às 200 milhas porque, infelizmente, não tivemos a solidariedade do Governo da República.

Em relação à Lotação, é uma empresa que está a ser modernizada nestes últimos anos. Como sabe foram construídas lotas novas em quase todas as ilhas da Região, faltando praticamente uma lota no Corvo que vamos construir durante esta legislatura.

São estes procedimentos de modernização das descargas do pescado e dos meios administrativos dados aos pescadores que permitirão que a Lotação desempenhe funções numa forma mais moderna e de acordo com o Mercado Comum.

Relativamente ao passivo da Lotação posso dizer que a Lotação neste momento encontra-se numa situação financeira estável e neste momento é a Lotação que serve de instrumento financeiro para fazer as obras na Região Autónoma dos Açores no sector das pescas.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Quanto, Sr. Subsecretário?

O Orador: De momento não tenho essa informação, mas poderei dar-lha futuramente.

Presidente: Srs. Deputados, não há mais pedidos de esclarecimento.

Encerramos aqui os nossos trabalhos por hoje e regressamos amanhã às 10,00 horas para as intervenções finais e votação do Programa do Governo.

(Os trabalhos terminaram às 18 horas e 45 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Luís Paulo de Serpa Alves

Partido Social Democrata (PSD)

José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**

O Redactor, *José Rodrigues da Costa.*